

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

VANESSA MIGUEL CHAMMA

HEZBOLLAH PÓS-2006: FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO

SÃO PAULO

2016

VANESSA MIGUEL CHAMMA¹

HEZBOLLAH PÓS-2006: FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi como requisito à obtenção do título de bacharel. Orientadora: Profa. Ma. Mariana Bernussi

SÃO PAULO

2016

¹ Formada em idioma árabe pelo Centro Cultural Árabe Sírio de São Paulo, graduada em Relações Internacionais pela UAM (Universidade Anhembi Morumbi), participante do Programa de Iniciação Científica da UAM e autora de dois artigos científicos intitulados “A Política Externa do Hamas” e “Fortalecimento do Hezbollah após a guerra de 2006”.

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA MIGUEL CHAMMA

HEZBOLLAH PÓS-2006: FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Vanessa Miguel Chamma, denominado "Hezbollah pós-2006: Fortalecimento ou Enfraquecimento", apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi como requisito à obtenção do título de bacharel, pela seguinte banca examinadora:

Professora Ma. Mariana Bernussi
Orientadora

Professor Dr. Maurício Homma
Orientador e Coordenador do Curso de Relações Internacionais

José Antonio Lima
Mestre em Relações Internacionais pela USP e Jornalista

São Paulo
Novembro/2016

EPÍGRAFE

“Olho por olho, e o mundo ficará cego”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

CHAMMA, Vanessa. **Hezbollah pós-2006: Fortalecimento ou Enfraquecimento**. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais – Universidade Anhembi Morumbi.

Este trabalho pretende analisar o suposto fortalecimento político do Movimento de Resistência Islâmico, Hezbollah, ou “Partido de Deus”, após a guerra de 2006, travada entre este e Israel. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa historiográfica, incluindo os eventos que antecederam e que serviram de inspiração para a sua formação, a sua criação no contexto da Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e a Guerra de 2006. Posteriormente, o trabalho ilustra o contexto político dentro do qual o Hezbollah está inserido, o sistema regional do Oriente Médio como um todo, além das alianças regionais. O estudo também traz à tona o cenário pós-guerra, no qual foram sublinhadas as consequências da guerra para o Líbano, o que, logicamente, repercutiu na política libanesa. Em conclusões, o texto faz menção dos pareceres de grandes estudiosos acerca do assunto, especialmente sobre quem realmente conseguiu alcançar seus objetivos após o conflito.

Palavras-Chave: Líbano; Hezbollah; Guerra de 2006; Influência no Cenário Político.

ABSTRACT

CHAMMA, Vanessa. **Hezbollah after-2006: Strengthening or Weakening**. Course Competition Assignment of International Relations – University Anhembi Morumbi.

This work intends to analyse the supposed political strengthening of the Islamic Resistance Movement, Hezbollah, “Party of God”, after the 2006 war, between this and Israel. First, was carried out a historiographic research, including the events that preceded and served as inspiration for its formation, its creation in the context of the Lebanese Civil War (1975-1990) and the 2006 War. Subsequently, the work illustrates the political context within which Hezbollah is embedded, the regional system of the Middle East as a whole, and the regional alliances. The study also brings to light the post-war scenario, in which were underlined the consequences of the war for Lebanon, which, of course, had repercussions on Lebanese politics. In conclusions, the text mentions the opinions of great scholars on the subject, especially about who actually succeeded in reaching their goals after the conflict.

Key-words: Lebanon; Hezbollah; 2006 War; Influence of the Political Scenario.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO	TÍTULO	PÁGINA
Figura 1	Fotografia de Hassan Nasrallah	22
Mapa 1	Bombardeios Israelenses	36
Mapa 2	Fazendas de Shebaa	58
Mapa 3	Linha Azul	76

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. Revisão Bibliográfica	11
2.1.1. Eitan Azani	11
2.1.2. Augustus Richard Norton	12
2.1.3. Lisa M. Brennen	13
2.1.4. Henrietta Charlotte Wilkins	13
2.2. Marco Teórico	14
2.2.1. Robert Keohane e Joseph Nye	14
2.2.2. Leonhardt van Efferink e Stephen Krasner	15
3. HEZBOLLAH	16
3.1. Antecedentes	16
3.2. Fundação do Hezbollah	21
3.3. Guerra Civil Libanesa e suas Consequências	27
4. GUERRA DE 2006	34
5. CONTEXTO POLÍTICO	41
5.1. Sistema Político Libanês	41
5.2. Histórico Político	47
5.3. Sistema Regional	57
5.4. Consequências da Guerra de 2006	63
5.5. Alianças Regionais	67
5.5.1. Aliança Iraniano-Síria	67
5.5.2. Aliança liderada pelos EUA	69
5.5.3. Posição dos Estados Árabes	71
6. CENÁRIO PÓS-GUERRA	73
7. CONCLUSÕES	81
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1. INTRODUÇÃO

O embate entre o Hezbollah e Israel, o último ocorrido em 2006, parece ser algo que não mudou. Dez anos é o período mais longo sem grandes combates entre ambos. No entanto, no início de 2016, houve rumores no Líbano de que Israel estaria se preparando para atacar o Hezbollah, o que fomentou a especulação de que o verão de 2016 presenciaria um conflito ainda mais sangrento do que a guerra de 2006 (BBC NEWS, 2016, s/p). Na opinião dos comandantes do exército israelense:

A próxima guerra contra o Hezbollah será feroz e terrível para ambos os lados. Contudo, será muito pior para o Hezbollah e para os civis libaneses. Dez anos depois que Israel e o Hezbollah travaram uma guerra de 34 dias, sangrenta e inconclusiva, que deixou mais de mil soldados e civis mortos em julho e agosto de 2006, o grupo militante xiita libanês foi transformado. Atualmente o Hezbollah é um poder militar regional, uma força de ataque transfronteiriço, com milhares de soldados endurecidos por quatro anos de combates em campos de batalha sírios em nome do presidente Bashar al-Assad. Há 7.000 combatentes do Hezbollah na Síria (THE WASHINGTON POST, 2016, s/p).

O conflito armado de 2006, conhecido como “A Segunda Guerra do Líbano”, teve início no dia 12 de julho de 2006, quando membros do grupo xiita alvejaram uma patrulha israelense na fronteira com o Líbano e sequestraram dois soldados israelenses. O Hezbollah aproveitou a oportunidade para exigir a libertação de libaneses que estavam detidos em Israel, em troca dos soldados sequestrados. No entanto, a resposta de Israel foi uma série de ataques aéreos e, posteriormente, terrestres, que se estenderam por 34 dias, causando a morte de, pelo menos, 1.200 libaneses – a maioria civil – e 119 soldados e 45 civis israelenses. Ao decorrer do conflito, o Hezbollah lançou mais de 4.000 mísseis contra Israel. Um estudo indicou que os ataques aéreos de Israel causaram a destruição de 130.000 casas e trouxe danos à economia e infraestrutura libanesa, estimada a US\$ 7 bilhões. O conflito terminou em 14 de agosto de 2006, depois que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 1701, a qual estabelecia um cessar-fogo entre os dois lados beligerantes (BRENNEN, 2009, p. 44).

Tal conflito representou um importante ponto de inflexão no Oriente Médio, pois, até esse momento, a concepção tradicional do Ocidente, em grande parte, tinha sido de que os conflitos territoriais de Israel, ao longo de suas disputadas fronteiras, eram uma das principais fontes de instabilidade do Oriente Médio. Essa foi a afirmação que os diplomatas norte-americanos e europeus receberam de suas contrapartes no Mundo Árabe. Como consequência, os políticos ocidentais, especialmente os europeus, enfatizaram a emergência de resolver a

questão palestina, enquanto depreciavam a necessidade de enfrentar, mesmo que diplomaticamente, o desafio colocado no Líbano pelo Hezbollah (GOLD, 2007, p. 7).

Considerando o Hezbollah um grupo que exerce influência sobre o cenário político libanês e levando-se em conta as alianças indiretas que o grupo mantém com outros Estados, percebe-se a importância de analisar os desdobramentos que o conflito de 2006 causou ao grupo e à região como um todo. A transformação do Oriente Médio atribuída à Segunda Guerra do Líbano exige um novo pensamento político. Meios estratégicos que não funcionaram na década de 1990 têm ainda menos chances, atualmente, de alcançar resultados positivos. A diplomacia somente surtirá efeito se surgir um novo paradigma regional reconhecido e comprometido com propostas reais para estabilizar o Oriente Médio (GOLD, 2007, p.12).

Para entender como os desdobramentos do conflito de 2006, no qual o Hezbollah foi uma das partes beligerantes, conseguiram causar uma divisão, tanto na sociedade como no cenário político libanês, faz-se necessário utilizar o escopo das teorias das Relações Internacionais. Keohane e Nye (2001), em “*Power and the Interdependence*”, enfatizam que a interdependência seria uma dependência mútua, com efeitos recíprocos. Em outras palavras, para compreender o poder e a abrangência da interdependência, faz-se necessário diferenciar suas duas dimensões, a saber: a sensibilidade e a vulnerabilidade; sendo que a primeira considera o grau de reações às políticas (sociais, econômicas ou políticas) de outros atores em um Estado, e a segunda as possibilidades de sofrer consequências pelo fato de haver mudanças dos atores. Já, a vulnerabilidade é facilmente percebida e, dessa forma, consegue-se entender as relações entre as políticas empregadas (DACCACHE, 2009, p. 13).

O Líbano está dividido em dois campos formados por vários grupos religiosos. A Aliança 14 de Março, inicialmente liderada por Saad Al-Hariri, recebeu o apoio da Arábia Saudita, Egito, Jordânia e países ocidentais, como EUA e França. Já a Aliança 8 de Março, representante da maioria parlamentar, é formada pelo Hezbollah, apoiado pelo Irã e Síria, e seus aliados. Cada aliança conta com representantes dos vários segmentos religiosos: muçulmanos, cristãos, drusos, maronitas, entre outros. Em 2011, Michel Suleiman, na época presidente do Líbano, indicou Najib Mikati, um magnata sunita apoiado pelo Hezbollah e seus aliados, como primeiro-ministro do país. No entanto, a troca de premiês provocou a ira dos sunitas e os partidários de Hariri acusaram o Hezbollah de tentar colocar o governo libanês sob o controle indireto do Irã, grande aliado do movimento xiita (VEJA, 2011, s/p).

A pergunta da pesquisa norteará a hipótese de que o conflito de 2006 entre o Hezbollah e Israel fortaleceu o grupo xiita, devido à sua demonstração de resistência e atuação no cenário político, onde se mostrou bastante determinante. Porém, não é possível desconsiderar a hipótese alternativa de que, em um futuro próximo, o Hezbollah possa perder popularidade, uma vez que os desdobramentos do conflito ocasionaram uma divisão na sociedade, a qual repercute no âmbito político.

O objetivo geral desta pesquisa compreende analisar se o conflito armado entre o Hezbollah e Israel, em julho de 2006, causou o fortalecimento ou o enfraquecimento do grupo xiita, a sua atuação na política, como também os seus desdobramentos no contexto da região. Já com relação aos objetivos específicos, estes compreendem:

- A) Analisar, através de entrevistas, discursos, documentos oficiais e artigos acadêmicos, a repercussão internacional que o conflito de 2006 trouxe ao Hezbollah;
- B) Entender como os patrocinadores do Hezbollah fornecem treinamento, armas e apoio financeiro ao grupo. Também está presente, nessa pesquisa, a presença do Irã e da Síria, atores de grande importância para a sobrevivência do movimento de resistência;
- C) Investigar as estratégias que o Hezbollah utilizou para enfrentar Israel, em 2006, principalmente através dos meios de comunicação como, por exemplo, a TV Al Manar, na qual foram transmitidas as táticas de guerra usadas pela ala militar do grupo, assim como os pronunciamentos e discursos de Hassan Nasrallah, líder e secretário-geral do Hezbollah, desde 1992.

A pesquisa partirá da análise de materiais acadêmicos, em sua grande maioria, escritos por pesquisadores sobre o Oriente Médio, principalmente nas áreas da política, conflitos e movimentos islâmicos, como livros e artigos científicos. Além dessas fontes, o trabalho também fará uso de artigos de jornais conceituados internacionalmente, entrevistas com Hassan Nasrallah e discursos de líderes do Hezbollah, EUA, Israel, entre outros. A finalidade será identificar, partindo da análise destes materiais, com escopo nos grandes debates de Relações Internacionais, se o Hezbollah, após o conflito de 2006, alcançou um maior fortalecimento com mais apoio financeiro, ou simplesmente enfraqueceu.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Revisão Bibliográfica

A presente revisão bibliográfica é composta por análises que apreciam diversos argumentos sobre o tema dessa pesquisa, trazendo principalmente uma discussão acerca do papel do Hezbollah no cenário político libanês. A escolha feita possui o objetivo de colaborar com o desenvolvimento de um estudo minucioso, o qual utilizou fontes fidedignas e pareceres de especialistas no assunto. Logicamente, além dos atores e acadêmicos citados abaixo, diversos outros autores foram acrescentados como, por exemplo, Cunningham (2010), Demant (2006), Chafik (2013), Lindemann (2010), Nakhleh (2007), entre outros.

2.1.1. Eitan Azani

Atualmente, Azani atua como vice-diretor executivo do Instituto de Contraterrorismo no Centro Interdisciplinar em Herzliya, Israel. Ele é coronel das **Forças de Defesa de Israel** com experiência operacional, acadêmica e pesquisador de contraterrorismo nas arenas regionais e internacionais. Azani concluiu graduação de economia, ciências políticas e geografia na Universidade Bar Ilan, em Israel. Também participou do Programa de Estudos de Segurança e Estratégia da Universidade de Tel Aviv, além de ser autor da dissertação, intitulada “O Desenvolvimento de Movimentos Islâmicos Revolucionários, um estudo de caso do Hezbollah” para a Universidade Hebraica, em Jerusalém.

A obra “*Hezbollah: The Story of the Party of God – From Revolution to Institutionalization*” é parte de uma das fontes mais importantes desta pesquisa. O livro examina o Hezbollah sob uma perspectiva multidisciplinar, abrangente, histórica e sistemática para explicar como o movimento evoluiu desde a sua criação, no início dos anos 1980. O sexto capítulo, “*Hezbollah as a Player in the Lebanese Political Arena – Mutual Influences*”, dedica-se à descrição da formação do sistema político libanês durante a década de 1980 e como isso atingiu a comunidade xiita libanesa, assim como o Hezbollah. Também salientou as lutas entre os três segmentos religiosos do grupo muçulmano – xiitas, sunitas e drusos –, os quais almejavam ser o pilar da comunidade islâmica no Líbano, além das contendas entre o Amal e o Hezbollah (AZANI, 2011, pp. 137-138).

O sétimo capítulo, “*Hezbollah as a Regional Player*”, aborda uma questão de suma importância para esta pesquisa como, por exemplo, o sistema regional do Oriente Médio. Nesta seção, o autor evidencia as consequências da criação do Estado de Israel, em maio de 1948, no

coração do mundo muçulmano, além de enfatizar a relevância do Irã que, embora não seja um país árabe, deve ser inserido no sistema regional do Oriente Médio, devido à sua estreita relação com o Hezbollah (AZANI, 2011, p. 175).

Já o nono capítulo, “*Hezbollah between the IDF’s Withdrawal from Lebanon in May 2000 and the Second Lebanon War in July 2006*”, ilustra os eventos regionais e internacionais que influenciaram as relações entre os atores do sistema regional do Oriente Médio, quais sejam: a morte do presidente sírio Hafez al-Assad em junho de 2000, o início da Intifada Al-Aqsa em outubro de 2000, os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, a invasão do Iraque a partir de 2003 e a retirada das tropas sírias do Líbano em abril de 2005 (AZANI, 2009, p. 232). O autor ainda sublinhou o Hezbollah como um componente de grande importância para a estratégia iraniana e, principalmente, para o seu mapa de interesses no Oriente Médio (AZANI, 2011, p. 236).

2.1.2. Augustus Richard Norton

Norton foi oficial do exército americano e, atualmente, é professor de Relações Internacionais e Antropologia na Universidade de Boston, membro do Centro de Estudos Islâmicos da Oxford e experiente pesquisador sobre o Oriente Médio. Seus atuais interesses de pesquisa incluem relações interseccionais no Oriente Médio, pensamento reformista muçulmano, estratégias de reforma política e oposição em estados autoritários. Realizou nomeações acadêmicas na Universidade de Nova York e na Academia Militar dos Estados Unidos. Em 2006, foi assessor do Grupo de Estudo para o Iraque (Comissão Baker-Hamilton). Ele é membro do Grupo de Estudo de Boston sobre a Paz no Oriente Médio. Em 2010, a *Foreign Policy Association* publicou o artigo do Grupo de Estudos – Israel e Palestina, intitulado “Dois Estados para dois povos: se não agora, quando?”. Também atua como membro do Conselho de Relações Exteriores, da Associação de Estudos do Oriente Médio, da Associação Antropológica Americana e da Associação Americana de Ciência Política, além de ser cofundador do Fórum de Boston sobre o Oriente Médio e do Grupo de Conferências sobre o Oriente Médio.

O livro “*Hezbollah: A Short History*” descreve como o Hezbollah se desenvolveu, evoluiu e o que poderá acontecer em um futuro próximo. Norton explica que o movimento xiita é uma organização, não um grupo terrorista unidimensional. O autor defende a ideia de que o Hezbollah se transformou em um impressionante partido político, enquanto mantém sua ala militar, a qual pressionou Israel para que este efetuasse a retirada de suas tropas do Líbano, em 2000, após quase duas décadas de ocupação e conflito.

O quinto capítulo “*Playing Politics*”, aborda os eventos políticos após o término da Guerra Civil (1975-1990), ou seja, depois de um longo período de inércia política; a aderência da Síria sobre o Líbano, formalizada pelo Tratado de Irmandade, Cooperação e Coordenação, o qual legitimou a “mão síria” nas áreas de defesa e segurança; a participação do Hezbollah nas eleições de 1992; e a conquista de assentos parlamentares pelo movimento xiita. O autor ainda ressaltou o papel da resistência do Hezbollah em seus slogans de campanha, ao citar os dizeres de seus cartazes em 1996: “Eles resistem com o seu sangue, resistem com seu voto” (NORTON, 2007, p. 102).

Em conclusões, parte final do livro, Norton emite um parecer no qual demonstra uma consequência negativa do conflito de 2006 para o Hezbollah, afirmando que “embora a organização tenha se beneficiado pelas expressões pan-libanesas de solidariedade, sua popularidade diminuiu quando os libaneses começaram a questionar o papel do Hezbollah ao provocar a guerra”. Vale ressaltar ainda que o conflito dividiu o país em dois blocos: Aliança 8 de Março e Aliança 14 de Março.

2.1.3. Lisa M. Brennen

A tese do Programa de Mestrado da Escola Naval na Califórnia, denominada “*Hezbollah: Psychological Warfare Against Israel*”, de Lisa Brennen, trouxe uma grande contribuição para o desenvolvimento desse trabalho, principalmente ao que concerne à guerra de 2006. O segundo capítulo, “*Background on Hezbollah*”, traz os motivos pelos quais o Hezbollah foi criado – a marginalização dos xiitas no Líbano, a Revolução Islâmica do Irã de 1979 e a invasão israelense no sul do Líbano em 1982 – além da repercussão que tais eventos causaram na comunidade xiita libanesa. Já o quarto tópico do terceiro capítulo, “*34-Day War*”, relata os objetivos políticos e militares de Israel no âmbito da guerra de 2006; explica a estratégia israelense de “dissuasão pela punição” e a campanha de guerra psicológica, ao publicar em websites mensagens do tipo: “Ajude o Líbano erradicar o mal do Hezbollah e voltar a sua independência, liberdade e prosperidade” (BRENNEN, 2009, p. 41).

2.1.4. Henrietta Charlotte Wilkins

A tese “*The making of Lebanese foreign policy: the case of the 2006 Hizbollah-Israeli war*”, escrita por Henrietta Charlotte Wilkins para a Universidade de Durham, Inglaterra, ajudou a desenvolver e elaborar o contexto político libanês no qual o Hezbollah está inserido. O segundo tópico do quinto capítulo, “*The Middle East in 2006: Lebanon in the regional context*”, explica que, durante a guerra de 2006, a região foi dividida entre duas alianças, uma liderada pelos Estados Unidos, e outra liderada pela Síria e Irã, o que tem sido mencionado

como “uma nova Guerra Fria árabe”. Já o sexto tópico do quinto capítulo, “*Lebanon after the war*”, aborda as consequências causadas pela guerra, dentre as quais vale citar as mais relevantes: o agravamento das divisões políticas entre as duas alianças e a renúncia de seis ministros da Aliança 8 de Março, pois queriam que Siniora formasse um governo de unidade nacional no qual a Aliança 8 de Março teria poder de veto, além de discordarem com a posição do governo com relação ao desarmamento do Hezbollah e a decisão de apoiar o Tribunal Especial da ONU para o Líbano, destinado a investigar o assassinato do ex-primeiro-ministro, Rafik al-Hariri.

O sexto capítulo, “*Systemic explanations of the 2006 war and their influence on Lebanese foreign policy-making*”, analisa como a guerra de 2006 influenciou o sistema regional e modificou a política externa libanesa, ou seja, como a política externa do governo libanês respondeu, foi moldada e subordinada pelos atores regionais. A política externa libanesa precisa ser compreendida dentro do contexto regional e internacional, principalmente com relação à divisão entre as duas alianças. Isso ocorre porque a divisão entre elas conduz a dinâmica do governo libanês através das alianças 8 de Março e 14 de Março, assim como afeta todas as políticas que o governo tenta implementar. Durante a guerra, os atores internacionais e regionais desempenharam uma relevante função na determinação de quando e em que condições a guerra cessaria. Como resultado, Siniora foi pressionado a projetar uma política externa que dependesse do apoio de atores externos.

2.2. Marco Teórico

2.2.1. Robert Keohane e Joseph Nye

A obra de Keohane e Nye (2001), “*Power and the Interdependence*”, será utilizada para compreender a dinâmica das relações entre os Estados e atores não estatais. De acordo com esses autores, a interdependência significaria uma dependência mútua. No entanto, tal teoria necessita de uma análise mais aprofundada, ou seja, para apreender o alcance dessa interdependência, é mister diferenciar duas subáreas: sensibilidade e vulnerabilidade. A primeira está inserida no nível de reações às políticas de determinados atores em um Estado, enquanto que a segunda é percebida pela possibilidade de sofrer os efeitos causados pela mudança de atores.

Levando-se em conta o Hezbollah e suas atitudes, nota-se que o movimento xiita é bastante atuante, ou seja, as ações do grupo produzem mais consequências do que sofrem influência de eventos externos. Vale citar como exemplo a guerra de 2006, na qual as ações do

Hezbollah repercutiram no contexto político, social e econômico do Líbano, visto que o governo libanês é vulnerável ao comportamento do grupo devido à influência que este exerce sobre o país. A discrepância entre as relações de interdependências está fundamentada no poder de influência desempenhado pelos atores e no fato de que as consequências podem ser positivas ou negativas, o que pode acarretar situações que modificam a balança de poder.

2.2.2. Leonhardt van Efferink e Stephen Krasner

Leonhardt van Efferink, em seu artigo “*Lebanon’s sovereignty – The military, social and rise of Hezbollah*”, publicado no website “*Exploring Geopolitics*”, analisa o papel do Hezbollah no cenário político do Líbano, um país considerado fraco com relação ao controle de sua soberania. Para tanto, o autor utilizou os quatro conceitos de soberania de Stephen Krasner. O conceito de Estado soberano tem sido motivo de debates intelectuais durante séculos. Nesses debates, o significado de soberania sofreu uma mudança devido duas questões: onde podemos encontrar a base jurídica da soberania e que tipo de atividades devemos proteger? Embora os conflitos entre os grupos sectários tenham sido eventos comuns no Líbano por décadas, a maioria dos libaneses concordariam com Salem (1998, p.25), quando este afirmou que “o Líbano é um país que não é verdadeiramente independente nem soberano”.

Com o intuito de avaliar a soberania do Líbano, é fundamental lembrar os quatro conceitos de soberania estipulados por Krasner (2001). No primeiro, a soberania doméstica aborda a capacidade do governo central de controlar as atividades no território nacional. No segundo, a soberania de Vestefália advoga o princípio de que os partidos estrangeiros não possuem nenhuma autoridade sobre o território do Estado. O terceiro conceito menciona a soberania da interdependência, a qual se refere à capacidade do governo central de monitorar e influenciar as atividades transfronteiriças. Finalmente, o quarto conceito cita a soberania jurídica internacional centrada no reconhecimento mútuo do direito dos países de celebrar acordos, o que significa que cada estado é independente e igual a outros Estados.

A preferência histórica da elite governante libanesa pela pouca interferência do Estado resultou em muitas instituições nacionais ineficazes, haja vista o fato de que os xiitas ainda possuem um poder político desproporcionalmente pequeno, apesar de se terem tornado o maior grupo sectário no Líbano. Ambos os fatores explicam a evolução gradual do Hezbollah desde a década de 1980. Com relação às questões sobre a soberania, de acordo com a observação de Biersteker e Weber (1996, p.2), “a soberania continua a ser um conceito ambíguo”. Por exemplo, as funções militares, sociais e políticas do Hezbollah evidenciam o fato de que a

organização xiita contribui com os interesses do Irã, da Síria, assim como estimula as violações de Israel a soberania do Líbano.

No entanto, vale indagar algumas questões. As ramificações de algumas atividades do Hezbollah como, por exemplo, seus programas sociais e sua presença militar em certas áreas, podem causar um efeito negativo sobre a soberania doméstica, uma vez que o Estado libanês nunca esteve presente? Neste panorama, não seria mais adequado considerar tais ações como a reflexão de uma soberania doméstica limitada? Ademais, pode-se questionar que o braço militar do Hezbollah faz com que o governo perca o domínio de sua soberania doméstica quando se sabe que o governo nacional aprovou oficialmente a existência e a estratégia deste grupo?

O Hezbollah aproveitou a restrita autoridade do Estado para efetuar atividades que tradicionalmente pertencem ao Estado, como o fornecimento da segurança social e da segurança nacional. Entretanto, os relacionamentos do Hezbollah com o Irã, Síria e Israel tiveram um efeito negativo ao que diz respeito à soberania de Vestefália e à interdependência. As conclusões do autor demonstram a dificuldade de analisar a violação da soberania efetuada pelo Hezbollah. Segundo Hafez (2008), “o Hezbollah não é um estado dentro de um estado, pois o movimento nunca tentou substituir o estado em nenhuma área”. Portanto, ele argumenta que “a ausência do Estado, que remonta a várias décadas antes do surgimento do Hezbollah, foi o elemento que levou esse último a preencher este vazio”.

3. HEZBOLLAH

3.1. Antecedentes

Em 636 d.C., os governantes muçulmanos assumiram o controle das regiões que constituem o Líbano contemporâneo, após séculos de domínio romano-bizantino. Entre os anos de 1516 e 1861, o território atual do Líbano fazia parte da província da Síria, pertencente ao Império Otomano. Em 1861, seis potências europeias² pressionaram o Império Otomano para que este criasse uma região autônoma sob a administração de um governador cristão no Monte Líbano³, o que estabeleceu a base para a área atual do Líbano. A Síria, incluindo a região do Monte Líbano, esteve sob o mandato francês através da Liga das Nações em 1918 (EFFERINK, 2011, s/p).

² Em 1861, representantes do Império Otomano – Inglaterra, França, Áustria, Prússia e Rússia – assinaram em Istambul o regulamento sobre a administração do Monte Líbano. O texto oficial reconhecia a autonomia do Líbano em relação ao Império Otomano e o direito das potências de intervir em seus negócios (GATTAZ, 2012, p. 20).

³ Conjunto montanhoso, localizado a leste de Beirute, caracterizado pela presença dos grupos religiosos, druso e maronita, que ali se refugiaram para livrar-se das ortodoxias islâmica e católica (GATTAZ, 2012p. 17).

Na década de 1920, os franceses edificaram as atuais fronteiras do Líbano com a finalidade de estabelecer um território destinado às comunidades cristãs. Ao lado do Monte Líbano, os franceses adicionaram áreas, predominantemente muçulmanas, incluindo importantes cidades costeiras como Beirute, Trípoli, Tiro, Vale do Bekaa e a região compreendida entre o Monte Líbano e a fronteira com a Palestina, na época sob o mandato britânico. Depois de 1943, ano de sua independência, o Líbano não passou por quaisquer mudanças territoriais (EFFERINK, 2011, s/p).

A sub-representação dos xiitas foi observada no governo libanês. Estudos empíricos sobre a burocracia libanesa durante o período anterior a Segunda Guerra Civil (1975-1990) demonstram que a comunidade xiita carecia de representação política. No entanto, sua sub-representação no serviço civil não era a única reclamação dos xiitas. Durante muito tempo, os xiitas queixaram-se de que foram abandonados pelo Estado diante das operações de retaliação israelenses, inicialmente contra os guerrilheiros palestinos e posteriormente durante a ocupação militar no final dos anos 1980 e 1990. Além de sofrer a sucessiva marginalização política, os xiitas, por muitos anos, compreendiam a comunidade mais desfavorecida do Líbano. A maioria dos xiitas pertencia a grupos sociais desfavorecidos – de camponeses a classe trabalhadora – e habitava em regiões rurais subdesenvolvidas e em subúrbios pobres. Entretanto, foi justamente a mudança demográfica que a comunidade xiita sofreu nas últimas décadas que possibilitou a politização radical da consciência coletiva xiita, a qual os inseriu no centro do cenário político libanês (HAZRAN, 2009, p. 2).

De acordo com o Censo de 1932, os xiitas compreendiam a terceira maior comunidade religiosa do Líbano, seguindo o catolicismo maronita e as comunidades muçulmanas sunitas. Tal desvantagem significava que os xiitas não só perdiam em número, mas também uma representação política no sistema confessional libanês. O segmento xiita queixava-se da posição relativamente fraca do Presidente do Parlamento, o qual possuía pouca influência política. Os xiitas também não tinham um partido político que representasse seus interesses particulares, ao contrário do Partido da Falange Maronita. Os maronitas e os sunitas controlavam o sistema político, a burocracia e a liderança militar do Líbano, mesmo quando as mudanças demográficas fizeram com que os xiitas substituíssem os maronitas como a maior comunidade religiosa do Líbano. Na década de 1960, os xiitas contabilizavam mais de 30% da população libanesa, no entanto, tiveram direito a somente 20% dos assentos do Parlamento. Essa porcentagem mostra a inflexibilidade do sistema confessional (CUNNINGHAM, 2010, p. 9).

Embora não tenha sido feito nenhum levantamento no Líbano desde 1932, acredita-se que os xiitas se tornaram a maior comunidade religiosa do país, pois se contabilizou cerca de 40% da população total – ou 1,6 milhões de uma população de 4 milhões. A justificativa para tal fato reside na taxa de natalidade da comunidade xiita, a mais alta entre todas as comunidades libanesas. Por conseguinte, a comunidade xiita dobrou sua presença demográfica no país ao longo das sete décadas, de 1932 – 19,6% da população total – a 2005 – aproximadamente 40% (HAZRAN, 2009, pp. 2-3).

No Líbano, durante um longo período, os xiitas passaram por graves situações econômicas, careciam de uma real representação na esfera política, fortemente dominada pelos cristãos maronitas, e foram marginalizados pelo Estado. Ao rebelar-se contra sua situação social, agravada pelo conflito palestino-israelense no sul do Líbano, a comunidade xiita radicalizou-se ao tornar-se uma forte defensora da reforma política e social. Nos anos 1970, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) usou o sul do Líbano para executar ataques contra Israel, provocando um êxodo xiita em direção às partes leste e sul de Beirute, o que agravou ainda mais a situação econômica dos xiitas. Tais condições foram um dos fatores que ajudaram a abrir o caminho para a criação de um movimento de resistência (CHAFIK, 2013, p. 3).

A pessoa responsável por transformar tal comunidade carente e inerte a uma classe reivindicante foi o Imã⁴ Moussa Al-Sadr, um iraniano descendente do ulemá xiita que foi convocado, no século XVI, pelos safávidas para converter os persas. Em 1961, Al-Sadr partiu para o Líbano e lá inspirou seus correligionários a defenderem seus interesses, argumentando que “os tiranos que oprimiam os xiitas eram *yazids* modernos, o jihad agrada a Deus se consistir numa batalha contra a injustiça e Deus ajudará a quem ajuda a si mesmo”. A consequência de seus esforços foi a criação do grupo Amal. Porém, a contínua ação dos ativistas xiitas veio de encontro com os palestinos expulsos da Jordânia, os quais usaram o sul do Líbano para agir contra Israel. O resultado concentrou-se em uma série de contra-ataques israelenses (DEMANT, 2006, pp. 123-124).

Ao longo dos anos 1960-70, o Pacto Nacional de 1943, que dividiu o poder entre as comunidades religiosas que formavam a república libanesa, mas que beneficiou os maronitas e

⁴ Para muitos grupos, imã é o nome dado a quem está coordenando a oração. Entre os sunitas, tal missão é conferida aos califas. Entre os xiitas, o Imã é um iluminado que deve guiar todo o mundo islâmico em assuntos religiosos e seculares (LEMOS, 2001, s/p). Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/quais-sao-os-principais-cargos-religiosos-e-politicos-do-mundo-islamico>>

prejudicou os muçulmanos, foi gradualmente minado pelo forte crescimento demográfico dos muçulmanos. Todavia, os maronitas não estavam abertos a uma negociação. Apesar do estopim da guerra civil libanesa ter sido a presença de muitos refugiados palestinos, em sua grande maioria de muçulmanos, alguns incidentes entre milícias em 1975 foram suficientes para iniciar uma sequência de massacres mútuos (DEMANT, 2006, p. 38).

Na década de 1970, a população xiita libanesa sofreu devido à negligência política, pobreza e desvantagens econômicas. Até os anos 1960, os xiitas tinham sido uma comunidade exclusivamente rural (90%), sendo a maioria deles pequenos camponeses, meeiros ou trabalhadores rurais nas regiões agrícolas do Sul e do Vale do Bekaa. Em tais áreas, a renda média era bem menor do que em Beirute, e o número de xiitas entre as camadas da sociedade mais pobres foi significativamente maior do que a de qualquer outra comunidade religiosa. A comunidade xiita também possuía preocupantes indicadores sociais, tais como as taxas de analfabetismo: 30% entre os homens e 70% entre as mulheres. Ademais, a distribuição da propriedade continuou desigual, visto que algumas famílias, proprietárias de terras, controlavam tanto a produção agrícola, através de cartéis de tabaco, quanto à representação política (MALTHANER, 2011, pp. 112-113).

Os xiitas foram atraídos para os partidos esquerdistas e seculares e, por conseguinte, formaram a base do Partido Comunista Libanês. Em 1969, Al-Sadr estabeleceu o Conselho Supremo Xiita com o objetivo de reunir os políticos xiitas, profissionais, clérigos e estudiosos. Esse conselho também separou as questões jurídicas dos xiitas do sistema judicial sunita e conseguiu, pela primeira vez, disputar com os sunitas em pé de igualdade. A chegada da OLP ao sul do Líbano deu início a uma situação de deterioração da segurança nesta área predominantemente xiita e Al-Sadr encontrou dificuldades para estabelecer quaisquer reformas (CUNNINGHAM, 2010, pp. 12-13).

Em março de 1974, Al-Sadr discursou para seus apoiantes em um comício e reprovou o governo libanês por não oferecer serviços básicos a seu povo. Dessa forma, Al-Sadr criou um movimento de justiça social denominado “O Movimento dos Desertores” para fornecer segurança e necessidades sociais aos xiitas mais pobres até que o governo libanês pudesse retomar seus compromissos. Porém, em 1975, com a eclosão da Guerra Civil Libanesa, o Líbano foi dominado por milícias e o exército libanês perdeu a capacidade de proteger seus próprios cidadãos, o que frustrou o clérigo xiita, o qual, diante deste contexto, sentiu-se obrigado a pegar em armas. Então, o movimento inaugurou uma ala militante – o Amal, ou

Destacamentos da Resistência Libanesa, em árabe *Afwaj al-Muqawama al-Lubnaniya* (CUNNINGHAN, 2010, pp. 13-14).

Entre os anos 1976-1978, o Amal permaneceu fraco, política e militarmente, pois Al-Sadr pretendia que sua milícia fosse percebida como uma ala que utilizava as instituições do Estado para a reforma, ou como um “trabalho dentro do sistema”. Conseqüentemente, desejava que o Amal fosse visto como tal. Em 1978, o Movimento Amal começou a perder espaço para a Guerra Civil e o pedido populista de Al-Sadr para que ajudassem os xiitas começou a desaparecer (CUNNINGHAN, 2010, pp. 16-17).

Em março de 1978, Israel, através da Operação Litani, invadiu o sul do Líbano para combater os guerrilheiros da OLP, mas tal invasão teve curta duração devido à pressão da administração Carter e dos Acordos de Camp David⁵. Por outro lado, essa invasão ocasionou a mobilização das forças da ONU para o sul do Líbano e Israel estabeleceu uma “zona de segurança” controlada pela milícia cristã, o Exército do Sul do Líbano, na fronteira Líbano-Israel. Tal acontecimento impactou os xiitas, que ficaram ressentidos com os membros da OLP e com a presença de Israel no sul do Líbano, e o clérigo xiita sentiu a necessidade de ampliar as atividades militantes do Movimento Amal (CUNNINGHAN, 2010, pp. 17).

Todavia, antes que o Amal passasse por qualquer reformulação, Al-Sadr desapareceu após uma visita a Muammar Kadafi⁶, em Trípoli, capital da Líbia, em agosto de 1978. Seu destino até hoje permanece desconhecido. Desde então, Al-Sadr transformou-se numa personalidade ainda mais popular e proeminente entre os xiitas. Após o seu desaparecimento, o Amal passaria por um renascimento, mas este incidente incentivou a militância e o Amal tornou-se uma milícia muito mais sofisticada. Em 1978, Hussein Al-Husseini assumiu o comando do Amal e preservou as políticas feitas por Al-Sadr, as quais beneficiavam a Síria e a participação diplomática na comunidade xiita. Porém, em 1980, Al-Husseini renunciou, pois não queria que o Amal se tornasse em outra milícia concorrente (CUNNINGHAN, 2010, pp. 17-18).

⁵ Os Acordos de Camp David foram assinados pelo presidente egípcio Anwar al-Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin em 17 de setembro de 1978. Os acordos tinham com o objetivo trazer soluções pacíficas para as questões entre o Egito e Israel, além de proporcionar “uma solução justa, abrangente e durável para o conflito no Oriente Médio” ou para outro país árabe vizinho que quisesse chegar a um acordo com Israel (PALESTINE FACTS).

Disponível em: <http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_egypt_campdavid_1978.php>

⁶ Kadafi considerava o petróleo do seu país como patrimônio de todos os muçulmanos e um presente que deveria ser distribuído a grupos anticristãos e antissionistas (DEMANT, 2006, p. 124).

Nabih Berri, um líder secular e ocidentalizado, assumiu o comando do Amal. Berri estava mais interessado no processo de democratização no Líbano, garantindo uma representação proporcional para a sua comunidade, do que na formação de um estado regido por leis islâmicas. Os xiitas fundamentalistas reprovaram tal objetivo e, motivados pela bem-sucedida Revolução Islâmica Iraniana, criaram o Hezbollah, em árabe “Partido de Deus”, tendo como seus fundadores dois xiitas radicais, Muhammad Hussein Fadlallah e Hussein Mussawi. O Hezbollah, assim como os *mujahidiin*⁷ afegãos, foi um dos primeiros movimentos islâmicos conceituado pela luta armada contra uma ocupação estrangeira (DEMANT, 2006, p. 124).

3.2. Fundação do Hezbollah

O Hezbollah é uma organização paramilitar xiita, mas primeiramente surgiu como uma milícia, em 1982, no contexto da Guerra Civil Libanesa, com o intuito de lutar contra a invasão israelense no sul do país. O movimento xiita foi organizado, treinado e armado pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, embora, neste momento, estivesse atuando na Guerra Irã-Iraque. A Síria também teve importância na conformação da organização ao consentir a entrada no Líbano de 2.500 integrantes da Guarda Revolucionária Iraniana, assim como o estabelecimento de campos de instrução entre a população xiita no Vale do Bekaa, região agrícola ao leste do país. Ser treinado pela Guarda Revolucionária Iraniana tornou-se uma exigência prévia para ingressar ao movimento xiita. Em 1985, o Hezbollah enfatizou o motivo pelo qual estreitou relações com o Irã:

Enxergamos o regime iraniano como a vanguarda e o novo núcleo do Estado Islâmico dominante no mundo. Obedecemos às ordens de uma única liderança justa e sábia, representada pelo *wali faqih* [poder do jurisconsulto] e personificada por Khomeini. (LINDEMANN, 2010, p. 66-67).

Os libaneses que formaram seu primeiro quadro eram jovens revolucionários e, alguns deles, não passavam de vinte e poucos anos. Hassan Nasrallah, na época um jovem de 22 anos de idade, já era uma personalidade em ascensão ao representar o grupo Amal em Al-Bazuriya, sua aldeia natal no sul do Líbano. Seu mentor, Abbas Al-Musawi – um homem de trinta anos de idade, natural de Al-Nabi Sheeth, uma aldeia localizada no Vale do Bekaa – levou Nasrallah

⁷ É o plural de *mujahid*, significa “alguém que se engaja no jihad” e geralmente é traduzido como “guerreiro de Deus”. O vocábulo não tem uma relação com a guerra, mas, nos últimos anos, os muçulmanos que se dedicam à defesa armada de terras islâmicas são chamados de *mujahidiin*. Eles não pertencem a um movimento monolítico, mas sim a vários. Eles se consideram pessoas devotas a Deus que estão lutando contra a injustiça, a ocupação estrangeira e a opressão do Estado. Tal expressão tornou-se muito conhecida no Ocidente no início dos anos 1980, quando os *mujahidiin* afegãos lutaram contra a invasão soviética no Afeganistão. Outros Muçulmanos de diversos países têm entrado em combates com esse nome na Albânia, Caxemira, Kosovo, Bósnia e Chechênia (OXFORD ISLAMIC STUDIES ONLINE). Disponível em: <<http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e1593>>

para Najaf⁸, ao sul de Bagdá, em 1982, sob a direção de Baqir Al-Sadr, clérigo xiita, filósofo iraquiano e fundador ideológico do Partido Islâmico Dawa. Raghíb Harb, com trinta anos na época da invasão israelense, nasceu em Jibsheat, um vilarejo do sul do Líbano, e foi um dos primeiros líderes da resistência no sul do país, mas, em 1984, foi assassinado por Israel. Outro membro importante do Hezbollah foi o Sheikh Subhi Al-Tufayli, com trinta anos de idade, o qual assumiu o cargo de primeiro Secretário-Geral do movimento em 1989 (NORTON, 2007, p. 34).

Figura 1 – Fotografia de Hassan Nasrallah



Fonte: ALALAM

Em diversas ocasiões, a liderança do Hezbollah menciona 1982 como o ano em que o grupo foi fundado, mas, somente em fevereiro de 1985, o Hezbollah divulgou formalmente sua ideologia, através de um manifesto, no qual advogava uma nação liderada pelo líder iraniano supremo, o aiatolá Khomeini. A “Carta Aberta” do movimento enfatizou três principais objetivos: expulsar entidades estrangeiras do Líbano; investigar os crimes cometidos pelas falanges, milícia cristã; e fazer com que outros libaneses, principalmente os cristãos, optem pelo islamismo. O Hezbollah ainda definiu a América como um inimigo e declarou que o sistema

⁸ Najaf é uma cidade santa muçulmana xiita, localizada ao sul de Bagdá. Para os xiitas, a Mesquita Imam Ali em Najaf é o terceiro santuário mais sagrado do mundo depois de Meca e Medina (SACRED DESTINATIONS). Disponível em: <<http://www.sacred-destinations.com/iraq/najaf>>

político libanês deveria ser contestado. Já a respeito de Israel, o movimento afirmou que “a resistência apenas acabará quando a entidade sionista for aniquilada” (CHAFIK, 2013, p. 5).

Na verdade, o Hezbollah nasceu como consequência de três acontecimentos: a marginalização dos xiitas no Líbano, a Revolução Islâmica do Irã de 1979 e a invasão israelense no sul do Líbano em 1982. O frágil contexto social, econômico e político dos xiitas libaneses ajudou a fomentar uma mobilização social, pois se sentiam menosprezados pelo governo libanês. Segundo Norton (1985), “os xiitas eram a comunidade mais necessitada no Líbano. Eles eram os mais pobres, os menos educados e os menos propensos a se beneficiar dos serviços oferecidos pelo governo, tais como serviços de saúde ou serviços públicos”. Ademais, os xiitas estavam localizados no sul do Líbano, onde a OLP e Israel travaram uma luta durante os anos de 1970 (BRENNEN, 2009, pp. 11-12).

Os xiitas sentiram-se esperançosos devido à Revolução Islâmica do Irã, visto que estavam cansados das hostilidades em curso no Líbano. Os acontecimentos no Irã serviram de modelo, demonstrando que os xiitas poderiam lutar contra a opressão que viviam. O secretário-geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah, explicou o motivo pelo qual o movimento e seus seguidores tinham um grande sentimento de otimismo:

No Alcorão, Deus promete a vitória aos *mujahidin* se estes fizerem um jihad e direcionarem-se à guerra, e eles estão fazendo exatamente isso. Desde o início da resistência, em 1982, até hoje, contamos com o fato de que Deus nos conceda a vitória se lhe obedecerem. Só Deus pode conceder a paz aos jovens da resistência e, apesar de não termos mísseis ou aviões para bombardear Tel Aviv, os israelenses vivem em constante medo de nossas operações (BRENNEM, 2009, p. 12).

O Irã, com o intuito de exportar os ideais da sua revolução, forneceu os elementos de mobilização essenciais para que o Hezbollah fosse criado. Inicialmente, o Irã enviou 15.000 integrantes da Guarda Revolucionária Iraniana ao Vale do Bekaa com três objetivos: recrutar membros, doutrinação religiosa e treinamento militar. Também abasteceu o grupo, econômica e militarmente, para executar operações beligerantes contra Israel. Ainda ajudou a desenvolver uma rede de serviço social, essencial para difundir sua ideologia e gerar uma ação coletiva. A inserção do Hezbollah na política, a partir da década de 1990, também foi estimulada pelo Irã (BRENNEN, 2009, pp. 13-14).

Além desse aliado financiador, o grupo recebeu um forte apoio da Síria através de financiamento, armas e uma rota de trânsito para que o movimento conseguisse receber o armamento iraniano. A Síria percebeu o apoio ao Hezbollah como uma estratégia de conservar um relacionamento com o Irã, atacar, direta ou indiretamente, Israel e EUA e conter seus aliados

libaneses. Cragin (2005, p. 40) afirmou que “o Hezbollah lucrou com a relação que tinha com os seus estados patrocinadores – o Irã e a Síria – permitindo-lhe crescer mais rápido do que os grupos militantes sem patrocinadores estatais” (BRENNEN, 2009, p. 14).

Apesar da Revolução Islâmica, o verdadeiro estímulo para o surgimento do Hezbollah foi a invasão israelense de 1982. Primeiramente, pelo anseio de ver a OLP fora do sul do Líbano, a população da região, xiita e cristã, parabenizou Israel, já que a chance de reconquistar o comando sobre o Sul veio justamente pela expulsão da OLP. Entretanto, logo Israel fez uma aliança com os cristãos maronitas, o que desagradou e prejudicou o bem-estar dos xiitas, ou seja, novamente marginalizados e arcando com o peso da ocupação israelense, ressentiram-se com Israel. Ehud Barak, ex-primeiro-ministro de Israel, reconheceu que “quando Israel entrou no Líbano, o Hezbollah não existia; foi a nossa presença lá que criou o Hezbollah”. Outro ex-primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, comentou algo similar quando afirmou que “Israel tinha tirado o gênio da garrafa” (BRENNEN, 2009, p. 13).

A invasão israelense ofertou ao Hezbollah a sua grande chance. Ao expulsar a OLP, Israel acabou deixando um vácuo de poder que, em seguida, foi ocupado por grupos hostis. A resistência xiita logo entrou em ação e as “operações de martírio” ficaram no encalço dos Estados Unidos, fora do Líbano, e, gradualmente, pressionaram Israel, que se retirou em 1986. Ainda assim, os xiitas continuaram lutando contra cristãos e palestinos na Guerra dos Campos, na parte ocidental de Beirute. Nessa guerra, foram registrados atos de limpeza étnica em ambos os lados, transformando o Líbano em uma “colcha de retalhos” de territórios (DEMANT, 2006, p. 124).

A história inicial do Hezbollah permanece ambígua, pois é difícil saber ao certo quais operações, políticas ou sociais, o movimento iniciou antes. Entretanto, é possível afirmar que o grupo desenvolveu ambas de forma completa e meticulosa. O Hezbollah acabou estabelecendo uma posição ativa nos setores municipais, parlamentares e governamentais libaneses. Ao tornar-se um relevante ator dentro do sistema político, o movimento faz parte desse governo e, em muitas searas sociais, substituiu-o ou está atuando em seu nome com a finalidade de apoiar a comunidade xiita. Chegou a sugerir-se que o Hezbollah angariou votos em troca da oferta de serviços sociais para a comunidade xiita. Todavia, o que realmente trouxe boa reputação aos atores políticos do Hezbollah foi o fato destes estarem longe da corrupção, fortalecendo o apoio da comunidade em relação a eles (CHAFIK, 2013, p. 9).

O Hezbollah, como o único partido armado, permitiu que ele atraísse novos membros. O significativo apoio financeiro do Irã, o que lhe possibilitou estabelecer instituições de bem-estar social, ajudou a expandir sua popularidade, pois o Hezbollah foi mais eficiente do que o Estado ao que concerne à ajuda aos mais necessitados. Após a operação israelense “Uvas da Ira”, a qual devastou o sul do Líbano em 1996, o Hezbollah declarou ter reconstruído 5.000 casas em 82 aldeias, estradas, infraestrutura, além de compensações ofertadas a 2.300 agricultores, em apenas dois meses. No momento em que o Acordo de Taif foi assinado, o Hezbollah desistiu de clamar por um estado islâmico no Líbano e consentiu com a característica multiconfessional dos acordos estabelecidos. Nasrallah mencionou que “no que diz respeito ao projeto da República Islâmica, posso dizer-lhe que nunca proporemos esta ação no Líbano” e “nunca propusemos a ideia de impor uma República Islâmica no Líbano pela força” (CUNNINGHAM, 2010, p. 41).

Contudo, ele também afirmou que “se o povo libanês fizer a escolha muito improvável de um sistema islâmico, o Hezbollah ficaria feliz em apoiá-lo”, o que demonstrou que Nasrallah ainda acreditava que um sistema islâmico seria perfeitamente capaz de resolver os problemas do Líbano. Ainda mais relevante, vale citar que Nasrallah negou que o Hezbollah fosse um “peão iraniano no Líbano”, ao declarar que “o Hezbollah não é uma comunidade iraniana no Líbano, nossos combatentes e *mujahidiin* não são cidadãos iranianos, e sim filhos de cidades e vilarejos do sul”. Ao ser confrontado sobre a ajuda, o treinamento e as armas recebidas do Irã, ele disse que “o Irã é um amigo que apoia a luta contra Israel; o Irã está sempre disposto a ajudar, mesmo quando outros países árabes não compartilham os ideais do aiatolá Khomeini” (CUNNINGHAM, 2010, p. 41).

Desde então, o Hezbollah tentou reformular-se como um partido essencialmente libanês, dedicado à abolição do sectarismo político, mas garantiu usar apenas meios políticos legítimos para alcançar tal objetivo. Mas, apesar de sua agenda política e da suposta “libanização”, o Hezbollah continua dependente do financiamento e do fornecimento de armas do Irã e da Síria. Alguns aspectos possibilitaram a existência privilegiada do Hezbollah, tais como o poder político, as armas, a popularidade entre os xiitas e o apoio do Irã e da Síria. Ele se desenvolveu de forma mais autônoma das autoridades libanesas, e muitos políticos libaneses continuam a afirmar que “o Hezbollah opera um estado dentro de um estado” (CUNNINGHAM, 2010, pp. 41-42).

O extenso círculo eleitoral do partido advoga novas exigências para manter seu apoio, já que a nova classe média xiita não deseja viver numa República Islâmica, muito menos na

República Islâmica do Líbano. Além da virtude do Hezbollah, ele menciona seu objetivo de ser um sistema político aberto com um lugar na mesa governamental, ao invés de atuar como reivindicante na porta traseira da política. Houve ocasiões em que os líderes do Hezbollah, incluindo Nasrallah e o Secretário-Geral Adjunto, Naim Qassem, afirmaram que “a carta aberta de 1985 é obsoleta e não serve mais como um guia autoritário para as posições do partido”. Portanto, conclui-se que a carta aberta foi elaborada em um determinado momento histórico que não condiz mais com o atual. Funcionários do Hezbollah, em vários locais no Líbano, admitiram tal conclusão (NORTON, 2007, p. 46).

O Hezbollah, como partido político, surgiu após a assinatura dos Acordos de Taif⁹. A fundação do partido aconteceu sob a forte influência da doutrina iraniana. No entanto, atualmente, o partido está mais comprometido com um nacionalismo acentuado e defesa da sua comunidade (DACCACHE, 2009, p. 30). Em outras palavras, o Hezbollah progrediu de um grupo terrorista, influenciado pelo Irã e que se recusava a participar da política libanesa, para um partido com uma importante autonomia e uma habilidade para fazer política e sair vitorioso nas eleições (NORTON, 2007, p. 6). Os discursos feitos pela liderança do Hezbollah e seus aliados demonstram o teor de articulação política. Nas eleições de 2005, o partido conseguiu eleger 14 deputados e, as eleições de 2009, trouxe ao Hezbollah um poder de quase 40% ao que concerne aos processos de tomada de decisão no Parlamento e no governo. Essa ascensão de representatividade não se justifica somente pela quantidade de parlamentares, mas também pela sua importância para a população e o governo. Em agosto de 2008, o governo libanês concedeu ao Hezbollah e a seus aliados o poder de veto com 11 dos 30 gabinetes parlamentares (DACCACHE, 2009, p. 30).

O Hezbollah vem demonstrando um alto nível de sofisticação e criou uma imagem que ultrapassa um mero perfil terrorista, ao atuar como uma “tábua de salvação” para a comunidade libanesa xiita. Ao longo de sua evolução, o grupo usa uma estratégia, que pode ser chamada de “multicamada”, uma vez que está centrada em três áreas – militar, social e política. Além de ser percebido como o representante do Irã e da Síria, faz duras críticas com relação à legitimidade de Israel. A sua agenda nacional faz com que o Hezbollah esteja totalmente inserido nas funções

⁹ Os Acordos de Taif foram realizados na cidade de Taif, Arábia Saudita, em 22 de outubro de 1989, contando com a participação de 62 deputados libaneses, sendo 31 cristãos e 31 muçulmanos. O ex-primeiro-ministro, Rafik Al-Hariri, assassinado em 2005, foi um dos patrocinadores deste encontro, pois além das estreitas relações com a Arábia Saudita, financiou o transporte de todos os congressistas libaneses até a cidade saudita, devido às questões de segurança interna no Líbano (ZAHREDDINE, 2011, p. 10).

políticas do país e ganhe popularidade ao agir como o principal árbitro do bem-estar social no sul do Líbano (CHAFIK, 2013, p. 3).

3.3. Guerra Civil Libanesa e suas Consequências

Desde a década de 1940, o Líbano era considerado “a Suíça Árabe”. No entanto, tal percepção era errônea, uma vez que as comunidades religiosas do Líbano ainda controlavam a vida de seus membros. O Pacto Nacional de 1943 demonstrou o frágil equilíbrio do sistema político libanês, visto que, entre as diversas comunidades religiosas do Líbano, o segmento maronita foi beneficiado. O poder baseado na comunidade foi atenuado por um sistema que distribuía cargos públicos, baseado em um censo há muito obsoleto. A ausência de um único centro de poder era incomum para os modelos árabes e permitiu a liberdade de expressão, fazendo de Beirute o centro intelectual do mundo árabe. Por outro lado, tal fato fomentou uma interferência “fraternal” menos elevada (DEMANT, 2006, p. 38).

Todavia, por trás dessa “fachada do convívio”, as tensões entre as comunidades religiosas estavam em andamento. Neste momento, os muçulmanos já eram mais numerosos do que os cristãos, mas os maronitas se recusaram a compartilhar mais uma fatia de poder. A modernização e a secularização do país logo se expressaram de uma forma extremamente desequilibrada: as consequentes desorganizações e tensões sociais eclodiram com a guerra civil. Os refugiados palestinos, a maior parte de muçulmanos, foram o estopim da guerra civil libanesa. Após 1970, os palestinos que fugiram da Jordânia efetuaram operações contra Israel, através da fronteira libanesa, o que provocou um contra-ataque israelense. O Estado libanês, carente de fortes instituições e de um exército próprio, estava indefeso e desprotegido. Em 1975, os incidentes de milícias desencadearam um ciclo de 15 anos de conflito repleto de atrocidades recíprocas (DEMANT, 2006, p. 38).

Inicialmente, houve um enfrentamento entre o bloco maronita, nominalmente direitista, e a coalizão de esquerdistas de muçulmanos, drusos e palestinos. A Síria apoiou a coalisão esquerdista pró-árabe e Israel apoiou os maronitas. Porém, este simples cenário não conseguiu esclarecer as complexidades que faziam parte da guerra civil. Em diversas ocasiões, as elites sunitas se aliaram aos maronitas, os quais estavam divididos em clãs rivais. Os árabes gregos-ortodoxos, devido à sua precária situação social e financeira, ficaram ao lado dos esquerdistas. Os xiitas – os mais pobres e os mais atrasados – estabeleceram suas milícias independentes. Interessante notar que todos desprezavam os palestinos (DEMANT, 2006, p. 38).

Os países vizinhos intervieram para implementar seus próprios objetivos. A Síria atacou os palestinos em 1976, o que incitou os distúrbios islâmicos domésticos. Israel contra-atacou os palestinos em 1978 e em 1982, quando aniquilou a força militar dos palestinos e levou a OLP ao exílio na Tunísia. A ocupação israelense de 1982 provocou o envio das tropas sírias. Ainda assim, milícias cristãs, apoiadas por Israel, cometeram massacres nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, próximo a Beirute. Os Estados Unidos e a França também intervieram, mas, em vez de estabilizar a situação, só inflamaram a resistência xiita. Em 1983, os primeiros suicidas causaram muitos danos aos soldados ocidentais, os quais recuaram após vários incidentes. Israel se retirou para a sua “zona de segurança” proclamada unilateralmente, mas a guerra civil continuou (DEMANT, 2006, pp. 38-39).

Fiel ao discurso militante da carta aberta, o Hezbollah agiu de forma agressiva, em meados do final da década de 1980, com a finalidade de atacar os ocidentais no Líbano e a influência ocidental. Grupos ligados ao Hezbollah, não controlados diretamente pelo movimento, sequestraram vários estrangeiros e os mantiveram reféns por até sete anos, vale citar como exemplo o caso do jornalista americano Terry Anderson¹⁰. Embora esses grupos que sequestraram estrangeiros, em muitas ocasiões, trabalhassem a favor de suas próprias agendas locais, principalmente pela libertação de libaneses mantidos em prisões do Kuwait e de Israel, os sequestradores também viam com bons olhos os interesses e a influência iraniana. Consequentemente, a libertação de prisioneiros necessitava de sucessivas e complexas negociações, nas quais incluíam questões como a libertação de bens iranianos congelados pelos Estados Unidos, a libertação de prisioneiros libaneses detidos por Israel e um governo iraniano que estivesse disposto a acabar com a crise dos reféns (NORTON, 2007, p. 41).

O Hezbollah, desde seu início, sempre se definiu em contraste com o Amal. O quadro de jovens clérigos que formava a liderança do Hezbollah nos anos 1980 e no início dos anos 1990 ressentiu-se com os membros não religiosos do Amal e com o clientelismo libanês. Diferente dos políticos do Amal, que estavam empenhados a fazer parte da nova burguesia xiita, os líderes do Hezbollah, altamente revolucionários, recusaram-se a participar de um “sistema político corrupto”, como definido pelo Hezbollah nos anos 1980. A maioria dos membros do Hezbollah foi treinada em Najaf, Karbala (cidades iraquianas) e Qom (cidade iraniana), onde foram doutrinados ideologicamente por Muhammad Baqir al-Sadr, Muhsin al-Hakim e

¹⁰ Como principal correspondente do Oriente Médio para a Associated Press, Anderson cobriu a longa guerra civil no Líbano (1975-1990). Em 16 de março de 1985, ele foi sequestrado e levado para os subúrbios ao sul de Beirute, onde ele foi preso em uma masmorra subterrânea durante os próximos seis anos e meio (HISTORY, 1991, s/p). Disponível em: <<http://www.history.com/this-day-in-history/hostage-terry-anderson-freed-in-lebanon>>

Ruhollah al-Musavi Khomeini, porém, nos anos 1990, o fervor religioso cedeu lugar a uma visão mais realista (NORTON, 2007, p. 45).

Embora o Hezbollah e o Amal tenham compartilhado o apoio sírio, uma luta contra Israel no sul do Líbano fomentou as diferenças entre esses grupos em torno da questão dos ataques aos campos de refugiados palestinos. A OLP e seus integrantes foram expulsos do Líbano em 1982, porém, vários militantes palestinos permaneceram nos campos de refugiados que existiam no país desde a criação do Estado de Israel. O Amal desejava acabar com a influência da OLP no Líbano definitivamente, ao tentar dominar o sul do Líbano e a região oeste de Beirute, as duas áreas onde a militância palestina era bastante expressiva. Além disso, o Amal tinha receio de que o Hezbollah tentasse conquistar o controle do sul do Líbano. A Síria apoiou o Amal nessa missão, pois esta milícia necessitava do apoio militar sírio e a Síria temia que os palestinos recuperassem sua força e independência novamente após sua campanha anterior contra a OLP (CUNNINGHAM, 2010, p. 36).

Em 19 de maio de 1985, o Amal atacou, com o apoio sírio, o campo de refugiados de Shatilla em Beirute, o que deu início a “Guerra dos Campos”. Tais ataques aos campos de refugiados aconteceram em várias ocasiões, de 1985 a 1987. Enquanto o Amal e a Síria viram a Guerra dos Campos como uma oportunidade para conquistar o poder na região, o Hezbollah ficou estarecido com essa campanha e resolveu defender os palestinos. A Síria também temia que o Irã ou o Hezbollah pudessem ganhar muita autonomia, o que poderia desafiar sua ocupação no Líbano, pois sabia que o Amal, sob o comando de Berri, nunca apresentaria tal desafio. O apoio do Hezbollah à causa palestina compunha uma das partes importantes de sua ideologia, apesar de a OLP ser uma organização secular e nacionalista, assim como o Amal. O Hezbollah chegou a comparar o ataque aos campos de refugiados palestinos a um ataque à causa árabe e muçulmana, iniciou um suporte humanitário e, em certas ocasiões, ofertou apoio militar aos palestinos. A maioria dos xiitas libaneses reprovou o objetivo do Amal de desarmar os campos de refugiados palestinos, como também reconheceu que uma milícia não deveria ser a única a lidar com o desarmamento, ofertando ao Hezbollah maior atuação nesse conflito (CUNNINGHAM, 2010, p. 36-37).

Talvez o que traduza a complexidade desse período tenha sido o sequestro do voo aéreo 847 da TWA (Trans World Airlines), em 14 de junho de 1985, com destino de Atenas a Roma, Itália. Membros do Hezbollah tomaram o avião e desviaram seu curso para Beirute. A bordo estavam 139 passageiros, 8 tripulantes e vários membros do movimento xiita, os quais exigiram a libertação de presos muçulmanos detidos em prisões israelenses. A “crise dos refêns”, como

ficou conhecido esse episódio, durou 17 dias. O avião desembarcou duas vezes no Aeroporto Internacional de Beirute, duas vezes em Argel e mais uma vez em Beirute (ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES AND TRAINING, 2015, s/p).

Os sequestradores tinham uma lista de exigências, incluindo a libertação dos envolvidos no bombardeio a Embaixada dos EUA em Beirute em 1983. Através das negociações, Mohammed Ali Hammadi e Hassan Izz Al-Din consentiram com a libertação de alguns reféns em troca de combustível e comida durante uma das escalas na Argélia. Depois de aterrar em Beirute pela última vez, os sequestradores mantiveram os reféns remanescentes em uma prisão libanesa onde foram mantidos na maior parte ilesos. Após o término da crise, Israel libertou mais de 700 prisioneiros xiitas nas semanas seguintes, embora tenha declarado que “a libertação dos prisioneiros não tem relação com o sequestro” (ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES AND TRAINING, 2015, s/p).

Até então, havia muita rivalidade entre o Amal e o Hezbollah, que eclodiu em 1988-1989, configurando duas milícias lutando para conquistar o domínio do coração xiita no sul do Líbano, bem como os subúrbios ao sul de Beirute, onde viviam metade dos xiitas. A disputa foi provocada pelo sequestro de William R. Higgins em 17 de fevereiro de 1988, um tenente da marinha norte-americana que estava servindo nas forças da ONU no sul do país. Tal operação foi realizada por um grupo dissidente do Amal – a “Resistência dos Crentes”, um grupo simpatizante do Hezbollah – liderado por Mustafa Dirani, sargento do exército libanês. Em 1994, Dirani foi raptado pelas forças israelenses em sua vila no Vale do Bekaa e libertado em 2004 durante uma troca de prisioneiros (NORTON, 2007, p. 43).

O sequestro de Higgins prejudicou a estratégia do Amal de conservar sua relação de trabalho cooperativo com a UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon), dessa forma, o Amal tentou encontrar Higgins para libertá-lo. No entanto, os sequestradores conseguiram dispersar os membros do Amal, dando início a uma série de confrontos entre o Amal e o Hezbollah, além do brutal assassinato de Higgins. Tal sucessão de eventos permitiu que o Amal conquistasse o domínio do sul do Líbano, mesmo que por algum tempo. Entretanto, no outono de 1988, o conflito entre ambos expandiu para os subúrbios ao sul de Beirute, momento em que o Amal foi derrotado, acarretando a perda de todo o seu ponto de apoio militar na capital. Os esforços do Hezbollah para reverter a influência de Amal no Sul, em 1989, conseguiram prejudicar a posição do Amal nesta região, embora ainda seja popular (NORTON, 2007, pp. 43-44).

Não obstante parecesse que a Guerra dos Campos estivesse terminada em maio de 1988, após a mediação iraniana e o empenho do exército sírio em Beirute, o conflito teria um episódio final em janeiro de 1989. Quando a liderança do Amal responsabilizou o Irã pelo conflito, os jornais iranianos criticaram a Síria por apoiar o Amal contra o Hezbollah e culparam a Síria por dar prosseguimento aos combates. Parecia que o Hezbollah tinha o domínio do conflito, mas, em algumas ocasiões, o Amal conseguiu uma vantagem decisiva, quando a Síria forneceu armamento pesado e a presença das tropas sírias no Líbano desde 1976 impediu os confrontos entre os grupos no oeste de Beirute. Tal conflito demonstrou até que ponto a Síria e o Irã controlavam o Amal e o Hezbollah e de que forma ambos os grupos libaneses poderiam ser manipulados para lutar numa guerra de representação por um Estado patrono (CUNNINGHAM, 2010, pp. 37-38).

Quando o Irã tentou negociar um cessar-fogo imediato para interromper a Guerra dos Campos, a Síria demonstrou sua inflexibilidade ao recusar a iniciativa, então, o Amal e o Hezbollah começaram a lutar. Em uma entrevista em 1986, Nasrallah confirmou um conflito armado entre o Amal e o Hezbollah, entretanto, afirmou que “essa situação foi resolvida com a mediação iraniana” e disse que “falar de futuros confrontos é nada mais do que um sonho fantasioso por parte do inimigo [Israel]”. Apesar de alegar que o Amal objetivava evitar que o Hezbollah atuasse política ou militarmente em determinadas áreas do sul, ele afirmou que essas disputas foram resolvidas de forma cordial. Contudo, o anseio de Nasrallah tornou-se incerto, já que o conflito se intensificou. Em 1987, a Síria confrontou o Hezbollah ao ceder suas forças ao Amal. Essa guerra da OLP, do Irã e do Hezbollah contra o Amal e a Síria marcou a divisão de uma aliança militar de dez anos com o Irã e a Síria (CUNNINGHAM, 2010, p. 37).

Em fevereiro de 1989, os conflitos entre o Amal e o Hezbollah diminuíram e a Síria e o Irã estabeleceram um acordo com o intuito de acabar com a violência intra-xiita. O triunfo da Síria sobre o Irã deu-se devido à ameaça síria de conciliar-se com o Iraque de Saddam Hussein, um grande inimigo do Irã. Tal fato ocasionou a anuência do Irã com relação ao domínio da Síria no Líbano, já que o Irã reconheceu que sua influência no país era de limitada abrangência. O acordo também permitiu que o Hezbollah continuasse operando no sul do Líbano e que as tropas sírias fossem destacadas nas fortalezas do Hezbollah, no sul de Beirute e no Vale do Bekaa. O Hezbollah parecia estar contente com o término do conflito, haja vista a declaração de Nasrallah: “o mero fato de que o derramamento de sangue cessará é uma grande conquista para o xiismo no Líbano”. Ele ainda mencionou que “tanto a Síria quanto o Irã têm uma dívida de sangue para pagar”, pois a Síria apoiou o Amal em seus ataques contra os campos de refugiados

palestinos e o Irã sentiu que tinha uma obrigação moral pan-xiita ao impedir violentos ataques dentro do segmento xiita (CUNNINGHAM, 2010, p. 38).

Apesar do fato de que a Síria poderia ter devastado o Hezbollah através do Amal e do seu próprio exército, ela não desejava prejudicar sua relação com o Irã. A Síria acabou ganhando com esse conflito, visto que conseguiu comprovar sua influência sobre o Líbano e que o Amal não devia ser desafiado. Também abriu caminho para que o presidente sírio, Hafez al-Assad, pudesse enviar mais tropas ao Líbano com apoio internacional sob a justificativa de que seriam usadas para conter o Hezbollah. Porém, na prática, essas tropas foram utilizadas para estabelecer a ocupação síria no Líbano e permaneceram na região até mesmo após a reconciliação da Síria com o Hezbollah (CUNNINGHAM, 2010, pp. 38-39).

Em 3 de junho de 1989, com a morte de Khomeini, esta personalidade carismática da revolução iraniana foi substituída por homens de visões mais modestas que, neste momento, foram obrigados a enfrentar novos e difíceis desafios como, por exemplo, a restauração do Irã. O presidente iraniano Ali Akbar Hashemi Rafsanjani e a nova liderança iraniana do início da década de 1990 objetivaram reedificar sua política, destinada à comunidade xiita e ao Líbano como um todo, distanciando-se das milícias, pelo menos por alguns anos (NORTON, 1990, p. 132). As rivalidades internas entre o Amal e o Hezbollah provocaram uma mudança de atitude em Teerã, onde o derramamento de sangue no Líbano foi visto com desgosto. A luta entre as duas milícias custou muitas vidas civis e Rafsanjani reagiu agudamente ao condenar ambos os lados por suas ações. Mas, o Irã não ficou indignado apenas com os eventos lastimáveis no Líbano, como também com o estabelecimento de uma coalizão internacional contra a invasão do Kuwait pelo Iraque e com a longa duração da guerra civil libanesa. Na verdade, o Irã estava se enquadrando ao novo equilíbrio de poder global, no qual a hegemonia dos EUA não possuía um rival (NORTON, 2007, pp. 44-45).

Em contraste com a radical ideologia da carta aberta de 1985, o Hezbollah iniciou um embate contra o cenário político da política regional, assim como a mudança da política libanesa. O resultado foi seu desenvolvimento para uma organização, mantendo o compromisso de enfrentar a ocupação israelense no sul do Líbano, enquanto resolveu fazer parte da política libanesa confessional, a qual eles criticaram e denunciaram anteriormente. O Hezbollah foi atingido pela mudança no regime iraniano, principalmente após a morte do aiatolá Khomeini em 1989, bem como pelo crescente domínio político e militar da Síria no Líbano. Todavia, há poucas dúvidas de que o Hezbollah consentiu com as ações e aspirações de seu círculo eleitoral doméstico, o qual inclui grande parte da classe média xiita, que se sentiu incrédula com relação

ao movimento Amal e sua corrupção, e chegou a admirar a integridade do Hezbollah (NORTON, 2007, p. 45).

Em outubro de 1989, os políticos libaneses dirigiram-se à Taif, na Arábia Saudita, com a finalidade de assinar um acordo para acabar com a guerra negociada pela Síria. Este acordo, conhecido como o “Acordo de Taif”, especificou a estrutura política do Líbano pós-guerra, pois os muçulmanos reivindicaram uma parte justa da representação política. Por outro lado, os maronitas e os líderes de suas milícias, que tinham a autoridade para preservar o Líbano devastado pela guerra, resistiram ao Acordo de Taif e a maioria dos maronitas boicotou as primeiras eleições do pós-guerra em 1992. O acordo não possuía características definitivas ou revolucionárias, mas, como optou por não acabar com o sistema confessional, concordou por manter um equilíbrio adequado entre sunitas, xiitas, cristãos e drusos. O Acordo de Taif também estabelecia a transformação de milícias em partidos políticos, uma vez que todas as milícias foram obrigadas a desarmar-se com o seu falecimento. Entretanto, uma exceção foi a milícia do Hezbollah (CUNNINGHAM, 2010, p. 39).

A Síria autorizou que o Hezbollah mantivesse seu amplo esconderijo de armas como um movimento de “resistência”, já que, nesse momento, o Hezbollah tornou-se uma complexa força militar com um enorme contingente e estava envolvido em atos de guerrilha contra Israel e o exército no sul do Líbano. A ocupação militar da Síria, contabilizada com 35 mil soldados no Líbano, continuou mesmo após a guerra, e as políticas externa e doméstica do Líbano foram, na maioria das vezes, implementadas em Damasco. Enquanto o Hezbollah saiu vitorioso devido esta ocupação, as facções cristãs e as forças libanesas foram proibidas de se transformarem em partidos políticos em 1993, por causa de seu antagonismo com a Síria durante a guerra. Israel também continuou a ocupar a “zona de segurança” no Sul após 1990 e o Hezbollah usou essa ocupação como justificativa para não ser desarmado. Já Israel afirmou que sua ocupação no período pós-guerra garantiria a segurança de sua fronteira norte contra as mesmas incursões que o levaram para o Líbano (CUNNINGHAM, 2010, pp. 39-40).

A Síria também usou a ocupação israelense para justificar sua própria ocupação e o controle sírio no sul do Líbano através do Hezbollah. Tal estratégia pôde ser percebida como uma “moeda de troca” para discutir com Israel a devolução das Colinas de Golan, território sírio ocupado por Israel desde 1967. Ambos os países, tanto Israel como a Síria, ocupariam o Líbano por interesse próprio, e o Líbano sofreu interferências até muito tempo após a guerra. A ocupação síria do Líbano também significava o domínio sobre a política libanesa, algo que trouxe benefícios à comunidade xiita. Contudo, a Síria almejava transformar o Hezbollah em

uma grande força militar contra Israel e o Amal continuou a ser a melhor opção para a Síria a fim de atuar no campo político (CUNNINGHAM, 2010, p. 40).

Nabih Berri, líder do Amal, ocupou o cargo de Presidente do Parlamento Libanês em 1992. Porém, o Hezbollah não funcionava somente como uma milícia, como também um ator no cenário político no período posterior a guerra. Dessa forma, ele rapidamente intitulou-se como um partido político xiita, afrontou o poder político do Amal e ganhou credibilidade para participar do conflito armado contra a ocupação israelense. Levando-se em conta que a maior parte dos partidos políticos libaneses agia como milícias, recebendo apoio de uma comunidade religiosa específica, as questões públicas, como governança, liberdade de expressão, direitos humanos e política externa, são desvalorizadas pela política libanesa. Diante desse cenário, o partido político do Hezbollah, defensor de uma visão ideologicamente extrema acerca do conflito árabe-israelense, pode ganhar apoio à medida que suas reais políticas domésticas são subestimadas pelo governo libanês (CUNNINGHAM, 2010, p. 40).

Após a restauração da paz no Líbano efetuada pela Síria e a transformação do país em um protetorado sírio, o Hezbollah venceu as eleições durante o período de reconstrução, mas deu prosseguimento à sua guerra contra Israel. Em 1992, um ente querido de Mussawi foi assassinado por Israel e, após alguns meses, o movimento xiita, provavelmente com aprovação do Irã, bombardeou a embaixada israelense em Buenos Aires, causando a morte de vinte e nove pessoas. Ataques continuaram durante um longo tempo. Os militantes xiitas, ainda mais audazes, tornaram-se mais competentes do que qualquer organização palestina. As reações israelenses demonstravam força, mas ineficiência, visto que após uma barragem de foguetes do Hezbollah, em 1996, o contra-ataque de Israel desencadeou a morte de uma centena de civis libaneses e provocou um protesto internacional. Com a ação dos muçulmanos “mártires”, matando cada vez mais israelenses, a desmoralização formalizou-se. Tal consequência serviu de inspiração para a eclosão da segunda intifada palestina, em setembro de 2000, ano em que o governo de Barak tinha executado a retirada de Israel do Líbano, depois de dezoito anos de ocupação. Entretanto, o Hezbollah não interrompeu seus ataques (DEMANT, 2006, pp. 124-125).

4. GUERRA DE 2006

Entre os anos de 2000 e 2006, considerando a ameaça bélica representada por Israel na região, a organização passou o período construindo um sistema de casamatas, no qual posicionou armas, foguetes e depósitos de provisões em regiões rurais e seus arredores. O

Hezbollah também dispôs minas em vias que permitiam alta velocidade com o intuito de atrasar o desempenho das forças israelenses blindadas. Apesar dos indícios que evidenciam que os combatentes do grupo foram treinados pelos aliados iranianos, o Hezbollah usou sua memória institucional acerca do tipo de operação que provocou a retirada das forças israelenses em 2000. O Instituto de Estudos Estratégicos, ao efetuar 36 entrevistas com israelenses que participaram do conflito de 2006, constatou que o elemento mais acentuado no desempenho do Hezbollah baseou-se na junção do combate convencional com o combate irregular, ou seja, foram empregadas táticas assimétricas enquanto executavam os meios de combate tradicionais (LINDEMANN, 2010, p. 69).

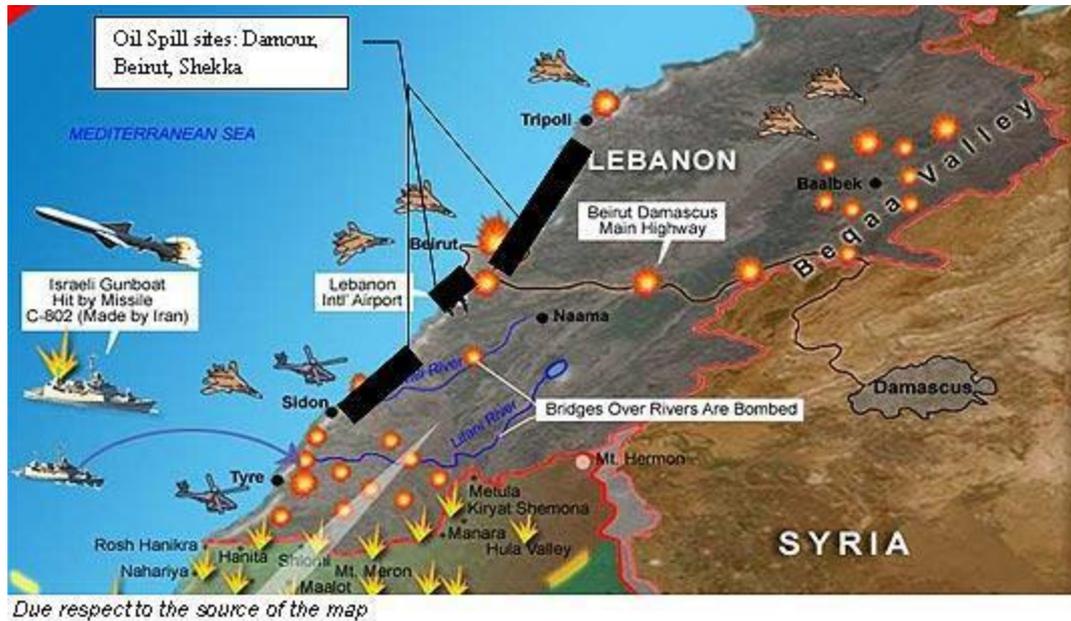
Em 12 de julho de 2006, na fronteira com o norte de Israel, membros do Hezbollah alvejaram uma patrulha das Forças de Defesa Israelense e sequestraram dois soldados, Ehud Goldwasser e Eldad Regev. Tal ato resultou na eclosão da Segunda Guerra do Líbano entre o movimento xiita e Israel. O conflito de 2006 aconteceu seis anos após a retirada das forças israelenses do sul do Líbano e, ao longo desse período, diversos eventos foram observados como importantes, a saber: a Intifada de Al-Aqsa, em outubro de 2000, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a invasão no Iraque em 2003 e a retirada das tropas sírias do Líbano, em abril de 2005. Esses eventos acabaram influenciando o Hezbollah e o Líbano e, dessa forma, o movimento teve que enfrentar pressões internas e externas a favor do seu desarmamento (AZANI, 2011, p. 223).

Embora haja opiniões adversas, os objetivos políticos de Israel, referentes ao conflito de 2006, concentraram-se em restabelecer sua dissuasão na região ao afirmar que não admitiria ataques transfronteiriços contra seus soldados e cidadãos e edificar uma nova realidade no Líbano, na qual o governo exerceria maior soberania sobre seu território, suprimindo o status do Hezbollah como um “Estado dentro do Estado”. Com isso, Israel desejava aumentar a vontade política por parte do governo libanês a fim de reprimir o funcionamento do Hezbollah (BRENNEN, 2009, p. 39).

Já ao que concerne aos objetivos militares de Israel foram percebidos a eliminação dos mísseis estratégicos e foguetes do Hezbollah; criação de uma zona de segurança livre das forças militares do movimento xiita ao longo da fronteira com Israel; e conseguir a libertação dos dois soldados israelenses capturados através de operações militares. Com os dois primeiros objetivos militares, Israel pretendia acelerar a implementação da Resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada em 2004, na qual solicitava o desarmamento do

Hezbollah e o envio de tropas libanesas para a fronteira israelense (BRENNEN, 2009, pp. 39-40).

Mapa 1 – Bombardeios Israelenses



Fonte: INDYMEDIA, BEIRUT

Israel usou a estratégia de “dissuasão pela punição”, que consistia em uma série de ataques contra esconderijos do Hezbollah para alcançar os objetivos mencionados acima. O poder aéreo israelense foi bastante utilizado não somente para dificultar os objetivos do Hezbollah, mas também para criar alvos que pudessem causar prejuízos a população civil com o intuito de desfazer o suporte ao grupo. As forças terrestres demoraram a atuar nas hostilidades, pois, após a ocupação de 18 anos no Líbano, Israel estava apreensivo com relação às baixas militares. Por conseguinte, o governo israelense esperou até a última semana da guerra para mobilizar reservistas e promover uma invasão terrestre. Além da estratégia de dissuasão, Israel lançou uma forte campanha de guerra psicológica com a finalidade de denegrir a imagem do Hezbollah perante o Líbano e a comunidade internacional, o que poderia trazer apoio e cooperação por parte da população libanesa e inibir os combatentes do movimento (BRENNEN, 2009, p. 40).

Primeiramente, Israel publicou em websites mensagens do tipo: “Ajude o Líbano erradicar o mal do Hezbollah e voltar a sua independência, liberdade e prosperidade”. Em seguida, aviões israelenses começaram a jogar folhetos, nos quais constavam avisos aos civis sobre os futuros ataques. Em 13 de julho, milhares de panfletos foram lançados sobre o sul de Beirute com o seguinte conteúdo:

Para os habitantes do Líbano: devido às atividades terroristas levadas a cabo pelo Hezbollah, que destrói o esforço para encontrar um futuro mais brilhante para o Líbano, o exército israelense continuará o seu trabalho dentro do Líbano durante o tempo que considerar oportuno para proteger os cidadãos do Estado de Israel. Para sua própria segurança e porque nós não desejamos causar mais mortes de civis, aconselhamos que evitem todos os locais frequentados pelo Hezbollah. Você deve saber que a continuação das atividades terroristas contra o Estado de Israel será considerada uma espada dupla afiada contra você e o Líbano. O Estado de Israel (BRENNEN, 2009, p.41).

Já outros panfletos que caíram sobre o Líbano narravam o Hezbollah como um representante da Síria e do Irã. Neste folheto, Nasrallah aparece como um fantoche sendo manuseado por duas mãos rotuladas como a Síria e o Irã. O texto tinha o seguinte conteúdo:

Para os cidadãos libaneses: Por quanto tempo? Por quanto tempo vocês serão marionetes nas mãos da Síria e do Irã? Por quanto tempo o Hezbollah continuará a colocar a sua independência e segurança em perigo? O Hezbollah e seu líder estão prejudicando a paz e a prosperidade do Líbano que foi criado depois de um grande esforço. Israel continuará a usar todo o seu poder para atacar o Hezbollah e trazer a paz de volta para a área. O Estado de Israel (BRENNEN, 2009, p. 41).

Israel também enviou mensagens aos telefones móveis e através de linhas de telefone sequestrados, ou seja, os usuários de telefone celular receberam mensagens de texto com o seguinte conteúdo: “Faça sua voz ser ouvida! Você sente que o Hezbollah é o culpado pela violência atual?”. A mensagem pedia para que seus destinatários respondessem ao concordar com a afirmação. Libaneses civis recebiam telefonemas com mensagens gravadas, tais como:

Oh, povo libanês, dizemos a vocês para não seguirem o Hezbollah. Continuaremos a combatê-lo e ninguém trará os seus prisioneiros de volta de Israel, exceto o governo libanês. Hassan, você ainda diz que o exército de Israel não é delicado como uma teia de aranha? É uma rede de aço que estrangulará você! Este é o Estado de Israel. Esta resistência está forçando-o a ficar em casa como ratos. Quem é que está colocando sua vida em perigo? Quem está te usando como escudos humanos? Nós não queremos prejudicá-lo. Estamos bombardeando a infraestrutura para que o Hezbollah não tenha meios para disparar seus foguetes. Nós sabemos que você queria atingir Israel, mas você tem enfrentado uma casa feita de aço. Esta é as Forças de Defesa de Israel (BRENNEN, 2009, p. 43).

Com o objetivo de influenciar a comunidade internacional, Israel forneceu a imprensa estrangeira histórias que retratavam as experiências vividas por seus cidadãos, tais como entrevistas com civis israelenses que foram vítimas de bombardeamentos do Hezbollah. Ao tentar intimidar o movimento xiita, Israel sequestrou o canal de televisão do Hezbollah, Al-Manar, e transmitiu imagens pejorativas de Nasrallah, dos combatentes do Hezbollah mortos e dos bombardeios das instalações do Hezbollah. Por último, em um esforço para diminuir as capacidades de guerra psicológica do Hezbollah, Israel excluiu o conteúdo da maioria dos sites do grupo e fez tentativas infrutíferas para destruir a sua estação de televisão, a Al-Manar (BRENNEN, 2009, p. 43).

Ao longo da guerra, o Hezbollah estipulou novos objetivos, dentre os quais a sua sobrevivência tornou-se o objetivo essencial. Seria o mesmo que dificultar o alcance das metas israelenses, mantendo seu poder e capacidade militar. Um dos objetivos do movimento consistia em provocar um alto número de baixas israelenses, o que poderia causar pressão sobre o governo israelense através da opinião pública. Em 21 de julho, Nasrallah, secretário-geral do Hezbollah, concedeu uma entrevista a Al Jazeera, na qual declarou: “A vitória que estamos a falar é quando a resistência sobrevive. Quando a sua vontade não está quebrada, então esta é a vitória. Quando não estamos derrotados militarmente, então esta é a vitória”. (NAKHLEH, 2007, p. 5).

Até o fim do conflito, o Hezbollah conseguiu demonstrar sua força ao dar continuidade ao lançamento de um considerável número de foguetes, o que impediu o avanço israelense em território libanês até o Rio Litani, embora o Hezbollah estivesse enfrentando um inimigo altamente superior em recursos e capacidades. O movimento xiita conseguiu realizar contra-ataques, causando várias perdas de tropas e tanques para Israel e pressionando-o a recuar. Ademais, o Hezbollah conseguiu preservar o seu sistema de controle de comando e, apesar dos ataques aéreos e algumas limitações, também foi hábil em reabastecer seus foguetes e munições. Comandantes de alta patente das Forças de Defesa de Israel admitiram que a liderança do Hezbollah manteve contato com seus comandantes e estabeleceram uma sofisticada rede de comunicações, apesar da interrupção causada por Israel (NAKHLEH, 2007, pp. 7-8).

O Hezbollah obteve êxito em seus esforços de inteligência. Antes e durante a guerra, em cooperação com a Inteligência Libanesa, prendeu pelo menos 16 espões israelenses e foi capaz de um “feed back” a Israel com informações errôneas sobre seus combatentes e posições, de modo que os israelenses identificaram posições-chave que, na verdade, eram ilusórias. O movimento também conseguiu interceptar as comunicações inter-israelenses e saber com antecedência onde e quando aviões e bombardeiros israelenses atacariam. Gambill (2006) observou:

Na verdade, não houve degradação observável das capacidades militares do Hezbollah durante a guerra. A qualidade e a resistência de seu desempenho militar superaram as expectativas israelenses em praticamente todos os domínios, desde o volume e precisão dos disparos de foguetes contra o norte de Israel até a sofisticação de sua rede de comunicações e de camuflagem astuta de equipamento militar pesado e bunkers. O Hezbollah ainda conseguiu interceptar comunicações do rádio das Forças de Defesa de Israel (NAKHLEH, 2007, p. 8).

Por outro lado, o Hezbollah cometeu alguns erros. Seus braços e mísseis não conseguiram impedir que Israel empreendesse grandes hostilidades contra o Líbano. Vale salientar que, ao romper os compromissos informais, estipulados entre Israel e o Hezbollah durante os seis anos anteriores ao ataque a Israel, além das Fazendas de Shebaa, área disputada entre ambos, o movimento ofertou a Israel um motivo para iniciar um novo conflito. O argumento do Hezbollah de que não contava com um excessivo contra-ataque, o qual comprometeu a infraestrutura libanesa, pareceu ser uma fraca justificativa aos olhos da população libanesa. Porém, em uma entrevista realizada em 27 de agosto, Nasrallah afirmou: “se fosse conhecido em 11 de julho que a operação levaria a uma guerra, eu faria isso? Eu digo não, absolutamente não”. Tal afirmação pode ser considerada uma simples estratégia política a fim de evitar uma reação libanesa negativa e algumas alegações de que o Hezbollah foi o responsável pela guerra e danos causados (NAKHLEH, 2007, p. 9).

Alguns indagam: por que o Hezbollah declarou uma “vitória divina” se a guerra causou uma destruição devastadora a infraestrutura do Líbano? O movimento tinha consciência de que não poderia arcar com o prejuízo total da guerra, material e economicamente, e que o estado libanês, com o apoio de países amigos, promoveria a reconstrução e reabilitação dos setores atingidos. Para aqueles que perderam suas famílias, a guerra significou um imenso sacrifício. No entanto, acidentes e destruição não significam exatamente uma derrota (NAKHLEH, 2007, p. 9).

De fato, o grande número de mortes de civis libaneses, em comparação com o baixo número de combatentes do Hezbollah (cerca de 200), é uma declaração condenatória sobre Israel, ilustrando seu poder de fogo excessivo e segmentação de civis. Israel tomou essas atitudes devido à sua dificuldade de enfrentar os combatentes do Hezbollah, os quais possuem o domínio da arte da guerra. Em contrapartida, pode-se afirmar que o baixo número de mortes de civis israelenses e o alto número de soldados mortos (43 civis, 116 soldados), evidenciam que o alvo do Hezbollah são principalmente os militares. A opinião geral consistia na certeza de que Israel tinha perdido a guerra, ou pelo menos, não conseguiu atingir seus objetivos, que obscureceu suas ações bem-sucedidas. Em guerras anteriores com os árabes, Israel alcançou uma vitória rápida e decisiva. Porém, em 2006, apesar do Hezbollah possuir uma força de guerrilha com aproximadamente 3.000 combatentes a enfrentar cerca de 30.000 soldados israelenses, Israel guerreou o conflito mais longo desde 1948 e não conseguiu alcançar uma vitória definitiva e notória. Parece que “em uma guerra assimétrica, o teste da vitória também é assimétrico” (NAKHLEH, 2007, pp. 9-10).

Em oposição às comemorações da “vitória” do Hezbollah pelo mundo árabe, no Líbano os elogios ao Hezbollah estavam longe da universalidade. Embora a organização tenha se beneficiado por expressões pan-libanesas de solidariedade e do sentimento anti-israelense durante o conflito armado e nas semanas após o cessar-fogo, a solidariedade interconfessional logo desapareceu quando os libaneses iniciaram um questionamento sobre a atitude do Hezbollah em provocar a guerra. Foi difícil celebrar uma “vitória” diante de um projeto de lei que previa um gasto de US\$ 4 bilhões para reconstruir a infraestrutura libanesa, englobando a reparação de cerca de 78 pontes. A guerra foi um desastre econômico para o país e um golpe duro para a temporada turística de 2006, visto que estimativas calcularam um prejuízo de US\$ 2 bilhões em renda, além de poder afugentar turistas para um turismo futuro (NORTON, 2007, p. 152).

Por sua vez, o Hezbollah negou ter culpa por antecipar a guerra de julho de 2006. Nasrallah afirmou que Israel já estava orquestrando um ataque ao Hezbollah meses antes do sequestro dos soldados israelenses em 12 de julho de 2006. Também alegou que “Israel usou o sequestro como um pretexto para lançar sua falha campanha de aniquilação”. Todavia, em uma entrevista, transmitida pela televisão libanesa, em 27 de agosto de 2006, Nasrallah reconheceu que a sua organização errou em sua análise: “se qualquer um de nós [no conselho político-militar de quinze membros] tivesse um 1% da preocupação de que Israel responderia desta forma selvagem não teríamos capturado os soldados”. Ao mesmo tempo, o Hezbollah acusou a coalizão governista de cumplicidade com um complô americano e israelense que objetiva destruir a organização (NORTON, 2007, p. 154).

Durante a guerra de 2006, a região foi dividida entre duas alianças, uma liderada pelos Estados Unidos, e outra liderada pela Síria e Irã, o que tem sido mencionado como uma nova “Guerra Fria Árabe”. A aliança sírio-iraniana era dominada pelos xiitas iranianos em conjunto com grupos sectários, tais como Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmico e Irmandade Muçulmana. Irã e Síria mantêm fortes relações desde 1979, momento em que Saddam Hussein assumiu o poder no Iraque. Como a Guerra do Golfo de 1990-1991 enfraqueceu o Iraque, o Irã sentiu-se à vontade para desenvolver uma função regional que fosse proporcional ao seu tamanho, colocando-o em atrito com Israel, outra grande potência regional. Os objetivos dessa aliança consistiam em mudar o equilíbrio regional de poder a seu favor, reduzir a influência regional dos EUA, Israel e seus aliados e impedi-los de edificar uma nova ordem regional. Mahmoud Ahmadinejad, na época presidente do Irã, acreditava que os EUA eram o único empecilho que impedia o Irã de atingir a sua supremacia regional (WILKINS, 2011, pp. 85-86).

A segunda aliança, liderada pelos EUA, incluía Israel, os Estados árabes “moderados” – Egito, Jordânia e Arábia Saudita – e a maioria dos Estados do Golfo. Tais atores juntaram-se pelo receio das ambições regionais do Irã e da Síria, como também estavam preocupados com suas relações com o Hezbollah, o Hamas e outros atores não estatais regionais. Segundo Hirst (2010, p. 277), “os membros desta aliança são tão diversos que eles estão unidos somente pela sua oposição à aliança sírio-iraniana”. Ele esclareceu que os cidadãos dos Estados árabes “moderados”, não os regimes, não gostavam nem dos EUA nem de Israel, tanto quanto os membros da aliança adversária. Ademais, os membros dessa aliança estavam inquietos devido à questão das armas nucleares do Irã, pois isto ameaçaria o status de Israel como a única potência nuclear na região e aumentaria os receios sobre a proliferação nuclear regional (WILKINS, 2011, p. 86).

5. CONTEXTO POLÍTICO

5.1. Sistema Político Libanês

O Líbano possui um sistema político caracterizado por uma democracia parlamentar, considerada frágil, uma vez que o país frequentemente vivencia períodos de crises políticas. Tais fatos podem ser observados devido às complicadas relações entre as comunidades religiosas, assim como à interferência de atores externos no cenário político libanês. Embora o Líbano tenha emergido como uma democracia, após a sua independência da França em 1943, a guerra civil libanesa interrompeu anos de eleições no país, conforme mencionado anteriormente. As últimas eleições realizadas antes da guerra civil ocorreram em 1972, somente havendo novas eleições em 1992, dois anos após o término do conflito. Porém, foi somente em 2005, com o fim da ocupação síria, que eleições livres e justas retornaram ao Líbano (ORENSTEIN, 2012, pp. 4-5).

O país nasceu com um governo bicameral, ou seja, a Constituição libanesa de 1926 estipulou a formação de um Senado ao lado de uma Câmara de Deputados, sendo o primeiro composto por nove cristãos – cinco maronitas, três gregos ortodoxos e um grego católico –, sete muçulmanos – três sunitas, três xiitas e um druso – e um assento reservado às minorias remanescentes. Após a sua saída do Líbano, depois da adoção da Constituição, o Alto Comissário francês, Henry De Jouvenel, afirmou: “dei-lhes um parlamento porque são naturalmente faladores e porque acreditam que um parlamento é o privilégio da mais alta civilização” (MUHANNA, 2012, p. 4).

Henry De Jouvenel e Michel Chiha¹¹ deram início a uma “política moderna” no Líbano. A elite cristã libanesa aproveitou-se de uma legislatura de duas câmaras e acesso a recursos estatais. Os políticos, que ficaram descontentes com as eleições de 1925 para o Conselho de Representantes, foram nomeados senadores, mas confrontados pela Câmara dos Deputados, uma espécie de continuação do conselho. No entanto, para o novo alto comissário, Henry Ponsot, a constituição libanesa era muito elaborada e o Parlamento parecia ser algo difícil de gerir. Em 1927 e 1929, Ponsot e o Presidente Charles Debbas pressionaram o legislativo a alterar a Constituição. Em 1927, eles forçaram um fortalecimento do cargo presidencial em relação ao primeiro-ministro e ao gabinete, assim como a extinção do Senado através de uma emenda constitucional, transferindo um terço dos senadores para a Câmara dos Deputados. Em 1929, Ponsot e Debbas tiveram o mandato presidencial estendido de três para seis anos e a prerrogativa do presidente de dissolver a casa única do parlamento foi reforçada (HARRIS, 2014, p. 183).

A Constituição – promulgada em 26 de maio de 1926, quando o Líbano ainda estava sob o mandato francês – aprecia a divisão dos poderes em três ramos: legislativo, executivo e judiciário. O artigo 16 investiu o poder legislativo em um parlamento composto por dois órgãos, o Senado e a Câmara dos Deputados. O artigo 22 dispõe que o Senado deve ser constituído por 16 membros, 7 nomeados pelo Presidente da República, em conformidade com os ministros, e os outros 9 preenchidos por eleição. No entanto, uma emenda constitucional, aprovada em 1927, aboliu o Senado e dividiu os membros da Câmara dos Deputados em duas categorias: membros eleitos e membros nomeados pelo presidente através de reunião com o Conselho de Ministros, assegurando uma representação semelhante às comunidades religiosas e distritos eleitorais (SALIBA, 2010, s/p).

O parlamento libanês unicameral, conhecido como “Assembleia Nacional”, contém 128 assentos, dos quais 64 são atribuídos aos representantes muçulmanos e os outros 64 são designados aos representantes cristãos. No segmento muçulmano, os assentos são subdivididos proporcionalmente entre sunitas, xiitas, drusos e alauítas. Já na ala cristã – na qual se encontram maronitas, ortodoxos gregos, católicos gregos, ortodoxos armênios, católicos armênios, protestantes e outros cristãos –, os maronitas ocupam a maior parte com 34 assentos. Os

¹¹ Michel Chiha, empresário, político, pensador, jornalista e poeta, tem sido reconhecido como um dos maiores arquitetos do sistema confessional libanês. Chiha nunca foi rotulado como um defensor fervoroso da identidade fenícia no Líbano da mesma forma que Corm e Sa'id 'Aql, mas seu alto nível na política libanesa e no ambiente da classe alta de Beirute fez suas opiniões sobre a identidade libanesa muito mais influente do que as ideias dos dois últimos (KAUFMAN, 2014, p. 159).

muçulmanos sunitas e xiitas dispõem de 27 assentos e, dessa forma, detêm uma maioria dos assentos muçulmanos (ORENSTEIN, 2012, pp. 10-11).

Os membros do Parlamento Libanês são eleitos pelo sufrágio universal a cada cinco anos em círculos eleitorais. Apesar dos assentos serem distribuídos de acordo com o aspecto confessional, os políticos precisam do apoio de outras comunidades religiosas, a não ser que os representantes de sua comunidade religiosa dominem seu círculo eleitoral. Em cada circunscrição, os candidatos devem obter a maioria dos votos. Este sistema foi criado para motivar a cooperação interconfessional, uma vez que os candidatos procuram apoio externo, ou seja, de outra comunidade religiosa. Todavia, tem havido alegações de fraudes, principalmente ao que concerne aos limites do círculo eleitoral, os quais foram criados para beneficiar alguns grupos religiosos como, por exemplo, a alocação de candidatos cristãos aos círculos eleitorais de maioria muçulmana para que possam representar os interesses muçulmanos (ORENSTEIN, 2012, p. 11).

O parlamento tem o poder de legislar; confirmar ou desaprovar a formação do Gabinete; supervisionar o desempenho do Conselho de Ministros e de seus membros e destitui-los do cargo através de votação caso necessário; eleger o Presidente da República; ratificar determinadas categorias de tratados e acordos internacionais; e aprovar o orçamento anual do Estado. Nenhuma reunião do parlamento será legalmente constituída, a menos que o quórum necessário esteja presente. Nas reuniões convocadas para questões regulares, o quórum deve ser de maioria simples dos seus membros. Já para as reuniões convocadas a fim de discutir propostas de emendas constitucionais, o quórum exigido é de dois terços do número total de parlamentares (SALIBA, 2010, s/p).

A Constituição não foi específica com relação ao quórum necessário para eleger o Presidente da República. Em 2008, houve um intenso debate sobre esta questão quando o mandato do presidente cessante terminou e o parlamento não conseguiu eleger um sucessor, o que será explicado no tópico seguinte. Alguns argumentaram que o quórum eleitoral é constituído quando uma maioria simples dos parlamentares estiver presente; outros defendem que não existe quórum a menos que dois terços dos membros estejam presentes. Tal questão não foi resolvida, mas tornou-se discutível quando os líderes políticos se reuniram em Doha, no Qatar, no final de maio de 2008, e concordaram em eleger para presidente Michel Suleiman, chefe do Exército, apesar de saber que ele não possuía condições elegíveis, pois a Constituição permite que um militar concorra para tal cargo apenas após dois anos ou mais da data em que deixou o exército (SALIBA, 2010, s/p).

Ao que concerne ao poder executivo, o artigo 17 conferiu este poder ao Presidente da República com a assistência dos seus ministros. Os ministros não são membros do parlamento, mas estes podem servir como ministros. O artigo 60 dispõe que não cabe ao Presidente da República qualquer responsabilidade no exercício das suas funções, a menos que este cometa uma alta traição ou viole a Constituição. É justamente por esse motivo que a Constituição exige que o presidente seja assistido pelos ministros no desempenho de suas funções oficiais. O artigo 54 acrescenta que “os ministros interessados acompanham o presidente em todas as decisões presidenciais, exceto aquelas relativas à nomeação e demissão de ministros”. A assistência dos ministros faz-se necessária para proteger o cargo presidencial ou até substituí-lo ao assumir responsabilidades políticas perante o parlamento (SALIBA, 2010, s/p).

O presidente é eleito pelo parlamento para servir um mandato de seis anos, sem direito a reeleição, porém uma exceção a esta norma aconteceu em 2004, quando a presidência de Emile Lahoud foi estendida por mais três anos a pedido da Síria. O presidente pode nomear o primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro, com tanto que consulte o parlamento. Ao primeiro ministro cabe formar o gabinete, após consultar o presidente e o parlamento. Como exemplo, vale lembrar que, em junho de 2009, o presidente Michel Suleiman nomeou Saad Al-Hariri para investir o cargo de primeiro-ministro. Hariri teve que efetuar negociações de gabinete por vários meses até que ele formou um governo de unidade nacional em novembro de 2009 (ORENSTEIN, 2012, p. 11).

O presidente pode ainda presidir as reuniões do Gabinete; fazer nomeações para cargos públicos; negociar e celebrar tratados internacionais; propor nova legislação; promulgar as leis aprovadas pelo parlamento; remeter ao parlamento as leis de reconsideração que este já aprovou; e dissolver o parlamento. As funções do primeiro-ministro e do Gabinete foram brevemente mencionadas na Constituição. Exceto por algumas poucas referências, como nos artigos 53 e 66, a Constituição não se pronunciou sobre esta questão. O artigo 53 estipula que o presidente pode nomear os ministros e um primeiro-ministro. O artigo 66 deu ao primeiro-ministro ou a outro ministro a incumbência de agir em seu nome, ao entregar ao parlamento a declaração ministerial sobre a qual o Gabinete procurou obter um voto de confiança, confirmando sua nomeação (SALIBA, 2010, s/p).

Entretanto, o cargo de primeiro-ministro evoluiu através de práticas consuetudinárias para adquirir um papel constitucional que não foi definido pela Constituição. Dentre as funções que o primeiro-ministro assumiu, podem-se destacar as seguintes: presidir reuniões ministeriais para discutir e rever assuntos de governança; participação na formação do Gabinete juntamente

com o presidente; contrariar todos os outros decretos presidenciais junto com os ministros interessados; representar o Gabinete perante o parlamento; e exercer supervisão sobre o trabalho dos ministérios (SALIBA, 2010, s/p).

Com relação ao poder judiciário, o artigo 20 estipula que este é exercido pelos tribunais de todos os níveis e jurisdições dentro do marco prescrito por lei, devendo fornecer as garantias necessárias tanto para os juízes quanto para os litigantes. Os juízes são independentes no exercício de suas funções e as suas decisões são proferidas em nome do povo libanês. O poder executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, desempenha um importante papel na nomeação, promoção e atribuição de juízes, o que traz a independência do poder judiciário, como um ramo separado do governo. Entretanto, nem o parlamento nem o Gabinete fizeram esforços para estabelecer um tribunal para decidir sobre a constitucionalidade das leis ou proteger os direitos constitucionais (SALIBA, 2010, s/p).

Uma emenda de 1990 estabeleceu um tribunal constitucional com jurisdição limitada e acesso restrito à sua revisão. De acordo com esta alteração, apenas o presidente, o primeiro-ministro e um número mínimo de dez deputados têm o direito de requerer ao tribunal a revisão da constitucionalidade das leis e a resolução das disputas resultantes das eleições presidenciais ou parlamentares. Os chefes das comunidades religiosas reconhecidas também tiveram o direito de apresentar petições ao tribunal, no entanto, somente sobre assuntos relacionados ao status pessoal, à liberdade de crença, ao exercício de ritos religiosos e à liberdade de educação religiosa (SALIBA, 2010, s/p).

O Líbano aderiu ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos em 1972. O Artigo 14 do Pacto estabelece que:

Todas as pessoas serão iguais perante os tribunais. Na determinação de qualquer acusação criminal contra seus direitos e obrigações em uma ação judicial, todos têm direito a uma audiência pública e justa por um tribunal competente, independente e imparcial estabelecido por lei. Qualquer sentença proferida em processo penal ou em ação deve ser tornada pública, exceto quando o interesse de menores exigir ou o processo estiver relacionado a disputas matrimoniais ou a tutela de filhos (MANSOUR; DAOUD, 2010, p. 10).

Porém, vale a pena salientar que o Líbano não ratificou os dois protocolos facultativos do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, especialmente o que admite a apresentação de queixas individuais. Além dos tratados adotados pelas Nações Unidas, algumas convenções regionais de direitos humanos reafirmam os mesmos princípios com relação à independência do judiciário como, por exemplo, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, a Carta Africana Sobre os Direitos Humanos

e dos Povos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. No entanto, estes textos não são aplicáveis no Líbano (MANSOUR; DAOUD, 2010, p. 10).

A Carta Árabe dos Direitos Humanos, adotada pela Liga Árabe em 2004, exige que os países signatários garantam o direito a um recurso efetivo perante os tribunais e o direito à igualdade perante a lei. O artigo 12 da Carta dispõe que: “todas as pessoas são iguais perante os tribunais. Os Estados signatários garantirão a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição o direito de recorrer a tribunais de todos os níveis”. A Carta entrou em vigor em março de 2008, no entanto, o Líbano não a ratificou (MANSOUR; DAOUD, 2010, p. 10).

A principal aliança política no governo libanês, a Aliança 14 de Março, liderada por Saad Al-Hariri, atual primeiro-ministro libanês, é formada por partidos políticos independentes e contrários à influência síria. Hariri também comanda o Movimento Futuro, maior membro da aliança, o qual possui uma forte ligação com a Arábia Saudita. Outros membros da Aliança 14 de Março incluem os Independentes 14 de Março, as Forças Libanesas, o Partido Kataeb e o Partido Hunchak. Nas eleições de 2005 e de 2009, essa coalizão ganhou uma maioria absoluta dos assentos parlamentares, com 72 cadeiras em 2005 e 71 cadeiras em 2009 (ORENSTEIN, 2012, p. 12).

A coalizão da oposição, liderada pelo Hezbollah e conhecida como a Aliança 8 de Março, ganhou 56 assentos em 2005 e 57 em 2009. Essa aliança recebeu o nome do dia em que os partidos pró-Síria deram uma resposta a Revolução do Cedro, ao reconhecer o papel da Síria em trazer um fim à Guerra Civil Libanesa e seu apoio à resistência contra Israel. O Hezbollah, o Movimento Patriótico Livre, o Movimento Amal, o Movimento Marada, o Partido Libanês Democrático e o Partido Socialista Nacional Sírio fazem parte dessa coalizão (ORENSTEIN, 2012, p. 12).

O Hezbollah atua na política libanesa como um partido político denominado “Lealdade ao Bloco de Resistência”. No entanto, antes de formar um partido oficial, após o Acordo de Taif de 1989, o grupo participava do discurso político nacional apenas através dos meios de comunicação. Em 1984 começou a publicar um jornal semanal, Al-Ahad e posteriormente começou a transmitir duas estações de rádio. Em 1989, o movimento xiita criou sua própria estação de televisão, Al-Manar. Esses meios de comunicação publicavam comentários políticos, notícias, programas culturais, programas islâmicos e propagandas associadas à luta da organização contra Israel e forças ocidentais. O grupo se apresentou nas eleições nacionais pela primeira vez em 1992 e conquistou oito assentos nas eleições parlamentares. Desde então,

ele vem ganhando regularmente cerca de 10% dos assentos parlamentares (STANFORD UNIVERSITY, 2016, s/p).

5.2. Histórico Político

Ao longo dos séculos passados, o Líbano fez parte de vários impérios, incluindo o persa, o armênio, o assírio, o romano, o árabe e o otomano. Dessa forma, a composição cultural e religiosa do Líbano deve-se, em parte, ao seu passado variado. Antes do mandato francês, o Líbano pertenceu ao Império Otomano por mais de quatrocentos anos. Inicialmente, sob o domínio francês, o Líbano compreendia uma parte da Síria. A posteriori, a França criou a República Libanesa em 1926, como uma região separada da Síria. O Líbano conquistou sua independência da França em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial (ORENSTEIN, 2012, p. 9).

Os dois líderes políticos, Bechara Al-Khouri, presidente cristão maronita, e Riad Al-Solh, primeiro-ministro muçulmano sunita, concordaram verbalmente em encerrar com o mandato francês. Esse acordo ficou conhecido como “Pacto Nacional”, em árabe “*al mithaq al-watani*”. Para entender a essência do Pacto Nacional, é preciso retornar a 1920, quando uma parte dos territórios ocupados pelo Ocidente no Levante foi cedida à França. Pouco tempo depois, o general Gouraud¹², agindo em nome do governo francês, declarou a criação do atual Estado do Líbano sob o nome de “Estado do Grande Líbano”, o qual abrangia a histórica província otomana do Monte Líbano, habitada principalmente por cristãos e drusos, além de vários distritos de outras províncias povoadas por sunitas e xiitas (SALIBA, 2010, s/p).

Entretanto, a deficiência desse Estado recém-constituído foi a ausência de um consenso entre seus habitantes sobre sua identidade nacional. A maioria dos muçulmanos se identificava como árabes com a aspiração de unir-se à Síria e ao resto das terras árabes. Já a maior parte dos cristãos se considerava como libaneses com o desejo de manter uma relação estreita com o Ocidente e, principalmente, com a França, como seus protetores. Essa identidade desconcertada e confusa significou um grande obstáculo para o desenvolvimento do Estado libanês, dividindo

¹² Após a Primeira Guerra Mundial, entre 1919 e 1923, Gouraud serviu como representante do governo francês no Oriente Médio e comandante do Exército Francês do Levante. Como comandante das forças francesas, durante a guerra franco-turca, ele presidiu a criação dos mandatos franceses na Síria e no Líbano. Após a implementação do Acordo Sykes-Picot de 1916, que dividiu os territórios ocupados pelo Império Otomano entre a França e a Grã-Bretanha, Gouraud foi comandante das forças enviadas para fazer cumprir a divisão francesa do Levante (REVOLVY, s/p). Disponível em: <[https://www.revolvy.com/main/index.php?s=Henri%20Gouraud%20\(French%20Army%20officer\)&item_type=topic](https://www.revolvy.com/main/index.php?s=Henri%20Gouraud%20(French%20Army%20officer)&item_type=topic)>

a política libanesa entre várias questões, incluindo a necessidade de estipular o término do mandato de acordo com aspectos religiosos (SALIBA, 2010, s/p).

Khoury e Solh perceberam a importância de lidar com a crise de identidade nacional de uma maneira harmoniosa tanto para os cristãos quanto para os muçulmanos, caso seus esforços para cessar o mandato francês fossem bem-sucedidos. A solução que eles ofereceram foi reconhecer a identidade árabe do Líbano e aceitar a legitimidade e a independência do Estado libanês como pátria final para todos os seus cidadãos. Em outras palavras, eles ofertaram aos cristãos e aos muçulmanos um compromisso através do qual os cristãos aceitariam sua identidade árabe e renunciariam à dependência do Ocidente, enquanto os muçulmanos aceitariam sua identidade libanesa e renunciariam a sua aspiração de fazer parte de um estado árabe maior (SALIBA, 2010, s/p).

A princípio, os assentos parlamentares foram destinados aos cristãos e aos muçulmanos em uma proporção de 6 para 5, o que favoreceu os cristãos. Tal proporção baseou-se no último censo oficial feito em 1932, o qual determinou que a comunidade cristã possuía mais membros em número do que a comunidade muçulmana. Contudo, um tempo após a independência, este cenário mudou devido a vários fatores, dentre os quais se destacam os mais importantes: a grande taxa de emigração entre os cristãos e a maior taxa de natalidade entre os muçulmanos, tornando estes a maior comunidade religiosa do Líbano. Porém, a proporção legislativa que beneficiou os cristãos permaneceu apesar das reivindicações por uma revisão na alocação dos assentos parlamentares de acordo com a mudança demográfica (ORENSTEIN, 2012, pp. 9-10).

De fato, o Pacto Nacional foi um compromisso político entre as duas principais comunidades religiosas, cristãos e muçulmanos, para obter a independência e continuar a governar o Estado com base na representação religiosa prevista na Constituição. No entanto, após a independência, as práticas costumeiras ampliaram a representação religiosa para incluir a atribuição de determinados cargos administrativos e públicos a certas comunidades, incluindo os altos cargos constitucionais, como presidente, primeiro-ministro e presidente da Câmara. Embora a finalidade do Pacto Nacional tenha sido alcançada, houve uma expansão na distribuição dos cargos públicos e as evidências indicam que tal extensão não fazia parte do acordo entre Khoury e Solh (SALIBA, 2010, s/p).

Caso contrário, seria muito difícil explicar como a Câmara dos Deputados elegeu um cristão ortodoxo, Habib Abu Shahla, como seu orador entre 22 de outubro de 1946 e 7 de abril de 1947, em vez de um muçulmano xiita. Essa atitude estava em desacordo com a declaração

ministerial de Solh, na qual expressou o desejo de trabalhar para eliminar o regime confessional, usado na maioria dos casos para servir interesses privados, o que prejudicou o discurso nacional. Além disso, a representação religiosa na Câmara dos Deputados, com base na proporção de 6 para 5 em favor dos cristãos, não foi resultado do Pacto Nacional, mas de uma decisão do representante do mandato francês em julho de 1943, feito pouco antes da eleição que trouxe Khoury e Solh ao poder (SALIBA, 2010, s/p).

O Pacto Nacional conseguiu determinar o fim do mandato francês, mas não transformou o Líbano num estado de funcionamento coerente. A posição política dos vários grupos continuou dividida, principalmente com relação às linhas religiosas. Era apenas uma questão de tempo até que a divisão política entre cristãos e muçulmanos explodisse em um conflito armado. Em 1975, essa explosão ocorreu com a eclosão de uma guerra civil e, em 1989, os deputados sobreviventes, eleitos em 1972, reuniram-se em Taif, na Arábia Saudita e concordaram com uma modesta reestruturação do regime confessional para interromper os combates. Um conflito menor, porém, semelhante, aconteceu em 1958, durante o qual os fuzileiros navais dos Estados Unidos desembarcaram em Beirute em resposta à crise e conseguiu restaurar a ordem no país (SALIBA, 2010, s/p).

O Acordo de Taif de 1989 estabeleceu que os assentos parlamentares deveriam ser distribuídos entre os cristãos e os muçulmanos em uma relação de 1 para 1, retirou os poderes constitucionais do presidente e deixou-lhe com apenas um instrumento eficaz de governança, como a autoridade para nomear os membros do gabinete, porém, sempre em conformidade com o primeiro-ministro. Segundo o acordo, o presidente era o Comandante Supremo do Exército, entretanto, o exército estava sob a autoridade do Gabinete, no qual o presidente não tinha direito a voto. Os atores patrocinadores desse acordo – Liga Árabe, Arábia Saudita e Síria – estavam contentes por terem sido capazes de pôr fim à guerra civil e trazer a normalidade ao Líbano. Por um lado, o acordo reconheceu a necessidade de acabar com o regime confessional no futuro, mas, por outro lado, redistribuiu o poder executivo numa base confessional, expandindo o poder do primeiro-ministro sunita e do Gabinete à custa do presidente maronita (SALIBA, 2010, s/p).

Em 1991, teve início uma etapa de transição, na qual quarenta assentos do parlamento foram preenchidos. Tal ato foi advogado pela Síria com o intuito de inaugurar um novo parlamento, formado pelos líderes das milícias pró-Damasco, os quais ganharam poder durante a guerra civil. As nomeações vieram de encontro com a aderência da Síria sobre o Líbano, estipulada pelo Tratado de Irmandade, Cooperação e Coordenação, formalizado em maio de

1991, através do qual houve a legitimação da “mão síria” nas áreas de defesa e segurança (NORTON, 2007, pp. 97-98).

Em 1992 foram realizadas as primeiras eleições após a guerra civil e sua votação foi acompanhada por três instituições: Academia Internacional da Paz, Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais e Centro de Estudos Libaneses. Porém, nem Beirute nem Damasco estavam dispostos a consentir com uma supervisão estrangeira. A manipulação síria nessas eleições foi percebida pela sua interferência na composição das listas de candidatos e na elaboração dos distritos eleitorais com a finalidade de isolar a oposição e assegurar a vitória dos seus aliados. A sociedade cristã libanesa, inclusive os maronitas, estava imensamente descontente com a atitude autoritária da Síria, então resolveu boicotar as eleições ao mudar-se para outros distritos. Contudo, graças à ausência de muitos eleitores cristãos nas urnas, os candidatos pró-Síria conquistaram cargos em muitos distritos (NORTON, 2007, p. 98).

Embora o próprio nome defina o Hezbollah como um partido – Partido de Deus –, o movimento xiita não considerou a possibilidade de uma atividade política dentro de um sistema multipartidário, no qual ignorava uma justa distribuição demográfica, além de julgar o estado libanês como um apóstata. Como o Acordo de Taif autorizou que as antigas milícias se tornassem partidos políticos, o Hezbollah mudou sua atitude, participou de cinco eleições parlamentares e três eleições municipais, renunciando sua postura defendida na década de 1980. Nas listas eleitorais das cinco eleições parlamentares incluíam cristãos, muçulmanos sunitas e muçulmanos xiitas, sendo que a maioria destes últimos era civil, e não do clero (GAUB, 2013, p. 6).

As eleições de 1992 significaram uma questão controversa e discutível para o Hezbollah: o partido deveria aderir a sua acusação anterior do sistema eleitoral confessional como corrupto e não competir nas eleições, ou aproveitar o momento e participar? A princípio, a ideia de que o Hezbollah participaria das eleições libanesas tinha sido rejeitada por seus líderes na década de 1980. Entretanto, o Sheikh Muhammad Hussein Fadlallah, o clérigo xiita mais influente no Líbano, advogou uma posição a favor da participação nas eleições, alegando que, “por causa da transição revolucionária para o domínio islâmico e pelo fato da instituição de um estado islâmico ser impossível em uma sociedade diversificada, como a libanesa, uma reforma gradual seria necessária”. Fadlallah ainda mencionou “a necessidade de participar do sistema político libanês, ao executar um *modus vivendi* com o Estado, ao invés de permanecer-se distante do sistema político e julgá-lo como detestável segundo os preceitos islâmicos” (NORTON, 2007, pp. 98-99).

Nas eleições de 1992, o Hezbollah e seus aliados eleitorais não xiitas – frequentemente de Baalbek, onde os xiitas compreendiam cerca de metade da população – conseguiram doze cadeiras no Parlamento Libanês, dentre as quais oito delas foram destinadas aos xiitas. Mesmo com as poucas variações de uma eleição para a outra, o Hezbollah tem conservado a sua posição eleitoral, ganhando aproximadamente 10% de todos os assentos parlamentares. A plataforma eleitoral do partido evidenciou a luta contra a exploração econômica e o subdesenvolvimento, as desigualdades no sistema político, a liberdade pessoal e a segurança. A estratégia eleitoral do Hezbollah não reside unicamente em temas religiosos, embora a liderança do partido, por vezes, tenha usado a doutrina islâmica em cada eleição e, a título de exemplo, vale ressaltar a declaração da liderança de que “os membros do Hezbollah foram legalmente incumbidos por Allah a apoiar o partido” (NORTON, 2007, pp. 101-102).

O Hezbollah tem enfatizado seu papel de resistência em seus slogans de campanha, como, por exemplo, em 1996, quando seus cartazes diziam: “Eles resistem com o seu sangue, resistem com seu voto”. Em 2000, ano da retirada unilateral de Israel do sul do Líbano, o Hezbollah poderia ter conquistado mais quatro ou cinco lugares à custa do movimento Amal, mas o “teto da Síria” tinha o objetivo de definir um limite máximo para a quantidade de candidatos do Hezbollah. O teto revelou o ato de equilíbrio da Síria na política libanesa e, como consequência, uma aliança entre o Amal e o Hezbollah, conhecida como o Bloco de Resistência e Desenvolvimento, ocupando todos os vinte e três assentos disponíveis ao sul do Líbano e mais de um quarto de todos os assentos no parlamento (NORTON, 2007, p. 102).

Embora todos os programas eleitorais do Hezbollah possuam uma característica doméstica – incluindo o apoio à resistência; o estabelecimento da paz civil; a criação do estado de direito e das instituições; o incentivo à participação política; as reformas econômicas, políticas e sociais; as liberdades públicas; e o diálogo entre todos os libaneses –, todos estão relacionados com dimensões regionais e internacionais que ainda dificultam sua completa inserção no sistema político libanês (GAUB, 2013, p. 7).

A retirada das tropas sírias do Líbano em 2005, após o assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafik Al-Hariri, transformou o cenário político e a posição do Hezbollah, além de dividir o país em dois blocos políticos: a Aliança 8 de Março e a Aliança 14 de Março. O Hezbollah aliou-se a Aliança 8 de Março, formada pelos principais grupos xiitas – Amal e Hezbollah – e outras facções cristãs menores, como a Marada. Porém, o real momento de integração no contexto político libanês ocorreu com a sua aliança com o Movimento Patriótico Livre (MPL), liderado pelo ex-chefe do Estado Maior, Michel Aoun. Com 19 assentos do

parlamento em 2009, o MPL é considerado o segundo maior partido no parlamento, perdendo apenas para o Movimento Futuro, o qual obteve 29 assentos e faz parte do bloco rival, a Aliança 14 de março. O Hezbollah e o Amal, ambos os movimentos xiitas, alcançaram o terceiro lugar com 13 assentos para cada um. Desde que o Hezbollah havia consentido com o sistema político libanês, ele tomou consciência de que a influência dentro da política se efetua através da formação de alianças, o que justifica sua aliança com o MPL (GAUB, 2013, p. 6).

Após a saída da Síria, teve início uma crise constitucional entre o gabinete, liderado pelos sunitas, e a oposição, dominada pelos xiitas, o que resultou na retirada de todos os representantes xiitas do gabinete. Uma nova versão da guerra civil de 1975 mostrou seu rosto, quando, em 7 de maio de 2008, o Conselho de Ministros, sem a representação xiita, adotou dois decretos que prejudicariam o Hezbollah, mas foram rejeitados pela maioria da comunidade xiita. Como resultado, combatentes do Hezbollah assumiram o controle da área sunita na parte ocidental de Beirute e forçaram o Gabinete a retirar seus decretos. Tais acontecimentos foram suficientes para que todas as partes envolvidas repensassem suas posições e se reunissem em Doha, em maio de 2008. Concordaram em eleger um candidato para o cargo de presidente que ficou vago alguns meses antes; formar um governo de unidade nacional em que a oposição – Hezbollah e seus aliados – tivesse poder de veto sobre decisões importantes; e realizar uma eleição parlamentar para estabelecer uma representação mais precisa das comunidades religiosas (SALIBA, 2010, s/p).

Com relação ao poder de veto do Hezbollah vale citar que:

[...] era parte de um acordo negociado pela Liga Árabe para conseguir um compromisso entre a maioria parlamentar, apoiada pelos EUA e pelo Ocidente, e a oposição liderada pelo Hezbollah. À oposição foram concedidos 11 dos 30 assentos do gabinete após um acordo mediado pelo Catar, o qual cessou um conflito que poderia ter provocado os piores combates desde a guerra civil de 1975. O novo governo teria um ministro do Hezbollah, além dos dez assentos destinados aos ministros xiitas. A coligação governante teria 16 ministros, enquanto os três restantes seriam escolhidos pelo presidente. As pessoas próximas ao presidente Suleiman receberiam as pastas de defesa e do interior (NBCNEWS, 2008, s/p).

O Acordo de Doha foi uma constatação de que nenhuma decisão importante do governo libanês pode ser eficaz sem o consentimento de todas as principais comunidades religiosas, independentemente da maioria que apoia a ala governista. Contudo, o referido acordo contrariou a constituição escrita, a qual prevê que o governo libanês deve mencionar suas diferenças políticas. Tal acordo, assim como os anteriores, foi um reconhecimento dos líderes políticos libaneses de que o regime constitucional no Líbano está subordinado ao consenso das

principais comunidades religiosas, independentemente do regime democrático, através do qual a minoria parlamentar se submete à maioria (SALIBA, 2010, s/p).

O compromisso de formar um novo governo prometeu o fim de 18 meses de paralisação política, mas destacou a influência do Irã e da Síria, apoiadores do Hezbollah, em uma batalha entre este e a coalizão governamental e seus aliados americanos e sauditas. Os líderes do governo afirmaram que haviam cedido à pressão, pois calcularam que uma alternativa, caso não houvesse um acordo, poderia ser uma guerra. Também disseram que, em troca, ganharam a promessa de que nenhuma facção usaria suas armas internamente, pois as batalhas de rua quase iniciaram uma nova guerra civil em maio de 2008. Walid Jumblatt, representante da comunidade drusa e um dos líderes da coalizão governamental, afirmou: “Evitamos uma nova guerra civil”. Ele ainda acrescentou que o acordo exigia um futuro diálogo sobre o material bélico do Hezbollah (WORTH; BAKRI, 2008, s/p).

Após as eleições de junho de 2009, as tensões entre os líderes das alianças paralisaram o processo de negociação para a criação de um novo governo. Em novembro do mesmo ano, Hariri declarou que um acordo havia sido alcançado e que foi criado um governo de unidade nacional. Uma parte do acordo consistiu na concessão de assentos do gabinete à oposição, algo exigido por esta. O novo gabinete foi formado por representantes da maioria das comunidades religiosas do Líbano. No entanto, houve receios de que, uma vez que demorou tanto tempo para se formar o governo, também poderia levar ainda mais tempo para o governo tomar decisões, devido às tensões entre as principais alianças políticas (ORENSTEIN, 2012, p.13).

O indiciamento de quatro apoiantes do Hezbollah pelo envolvimento no assassinato do ex-primeiro-ministro libanês, Rafik Al-Hariri, pelo Tribunal Especial da ONU para o Líbano¹³, ocasionou a retirada de seus ministros do gabinete em 2011:

O ex-primeiro-ministro Saad al-Hariri, filho de Rafik al-Hariri, teve seu governo derrubado pela retirada do movimento islâmico xiita Hezbollah, que deixou a coalizão em protesto contra a atuação do Tribunal Especial da ONU que investiga a morte de seu pai. Agora, Saad cobra que o novo governo do premier Najib Mikati, apoiado pelo movimento xiita, coopere com o tribunal. De acordo com o jornal local Daily Star, os quatro indiciados são membros do Hezbollah, identificados como Mustafa Badreddine, Salim al-Ayyash, Hassan Aineysseh e Assad Sabra. Eles teriam realizado o ataque que provocou a morte de Hariri (O GLOBO, 2011, s/p).

¹³ O Tribunal Especial para o Líbano (STL, na sigla em inglês), estabelecido a pedido do governo libanês e apoiado pelas Nações Unidas, foi criado para julgar os suspeitos dos assassinatos do ex-primeiro-ministro, Rafik al-Hariri, e de outras 22 pessoas, em fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/onubrasil/tribunal-especial-para-o-libano/>>

Ao todo, dez ministros, entre membros do Hezbollah e aliados do grupo, apresentaram suas renúncias em uma conferência de imprensa convocada por Jubran Bassil, Ministro de Minas e Energia. Bassil afirmou que a decisão de renunciar foi tomada após informações de que o primeiro-ministro Hariri recusou um pedido para que o gabinete fosse reunido para discutir a investigação do Tribunal da ONU. Após a renúncia do bloco da oposição, o Ministro de Estado, Adnan Sayyed Hussein, também anunciou que estava deixando o gabinete de Hariri, composto por 30 ministros (BBC, 2011, s/p). O governo, composto por 30 ministros, foi derrubado, pois, segundo a Constituição libanesa, isso acontece quando um terço de seus ministros se afasta, neste caso, 11 ministros (UOL, 2011, s/p).

Muitas pessoas acreditavam que Damasco estava envolvido no atentado que matou Rafiq Al-Hariri, o que culminou com a Revolução do Cedro, uma onda de manifestações públicas, reivindicando a retirada das tropas sírias do Líbano e um governo livre de influência síria. Um mês após a morte de Hariri, uma grande manifestação em Beirute foi realizada em 15 de março de 2005. As tropas da Síria se retiraram após 30 anos de presença no Líbano. No entanto, a “sombra síria” não desapareceu, a divisão xiita-sunita permaneceu e mais ataques e assassinatos seguiram. Os alvos principais eram qualquer um que tecesse críticas ao presidente Assad da Síria e aos seus aliados do Hezbollah. O julgamento dos supostos assassinos de Hariri trouxe um risco de que fortes tensões poderiam surgir novamente (EURONEWS, 2014, s/p).

Com a derrubada do governo de Hariri, devido à renúncia dos ministros xiitas, Michel Suleiman, na época presidente do Líbano, nomeou Najib Mikati para liderar o governo do país. Essa nomeação foi vista pelos apoiantes do Movimento Futuro, liderado por Hariri e apoiado pelo Ocidente, como uma tomada do poder pelo movimento xiita, apoiado pelo Irã. Mikati disse à CNN que ele “não é o homem do Hezbollah” e sugeriu que um ano seria um período razoável para julgar sua liderança. A nomeação de Mikati ocorreu no mesmo dia em que os defensores de Hariri pediram o “Dia da Raiva”. Hariri solicitou moderação e calma aos manifestantes, quando os protestos brotaram através do Líbano em meio ao futuro incerto do país. Falando aos seus apoiantes em um discurso televisionado, Hariri lamentou a violência durante os protestos (CNN, 2011, s/p). Os muçulmanos sunitas, que viram Mikati como um candidato escolhido pelos xiitas para o posto reservado para sua comunidade, responderam com protestos furiosos e às vezes violentos (AL JAZEERA, 2011, s/p).

Porém, em 22 de março de 2013, Mikati anunciou sua renúncia depois que o parlamento não concordou com as suas regras destinadas às próximas eleições parlamentares. Seus conselheiros disseram que sua renúncia também foi um protesto contra a recusa do gabinete de

estender o mandato do chefe da polícia nacional, General Ashraf Rifi, visto por muitos sunitas como seu único protetor nas forças de segurança. Os adversários do Hezbollah culpavam-no pela saída de Mikati e acusaram-no de manobras diplomáticas de bastidores. Houve rumores de que, temendo a queda do governo sírio, o Hezbollah estava trabalhando para instalar seus próprios apoiantes no governo libanês com o intuito de fortalecer seu controle (NYTIMES, 2013, s/p).

Com a renúncia de Mikati, Tammam Salam, descendente de uma proeminente família política, foi oficialmente nomeado o novo primeiro-ministro do Líbano em abril de 2013, depois de receber uma série de endossos dos partidos. Salam, aos 68 anos, foi nomeado para o cargo após obter 124 dos 128 votos no parlamento. Um sunita, cujo pai, Saeb Salam, serviu seis vezes como primeiro-ministro entre 1952 e 1973, Salam chefiou um novo governo com esperanças de superar um delicado impasse político que levou à renúncia de seu antecessor. Ansioso para apresentar sua postura de imparcialidade, Salam enfatizou que não se curvaria à pressão de nenhum grupo e que pretendia estabelecer um governo de unidade nacional formado por tecnocratas. Salam parecia otimista ao afirmar: “o consenso em torno de minha nomeação é a maior prova da intenção das forças políticas de salvar o país” (NYTIMES, 2013, s/p).

Em um movimento altamente conciliatório, a Aliança 8 de Março, liderada pelo Hezbollah, amenizou sua oposição contra Salam, um homem muitas vezes descrito por ativistas sírios como simpatizante do levante sírio. Tendo alcançado o endosso tanto dos partidos contrários à Assad quanto dos aliados deste em todo o cenário político, Salam começou a enfrentar a difícil função de formar um gabinete em um ambiente político frágil, onde os blocos políticos rivais não conseguiam chegar a um acordo sobre questões controversas (NYTIMES, 2013, s/p). Dez meses após a sua nomeação, Salam anunciou que o novo governo tinha sido estabelecido, incluindo quase todos os partidos políticos do país, com exceção das Forças Libanesas de Samir Geagea, o qual faz parte da Aliança 14 de Março. Esse governo, composto por 24 ministros – 8 da Aliança 14 de Março, 8 da Aliança 8 de Março e 8 para o Bloco do Centro, incluindo representantes do Presidente Michel Suleiman, do primeiro-ministro Tammam Salam e do líder druso Walid Jumblatt – foi esperado para servir até o término do mandato do Presidente Suleiman, em 25 de maio de 2014 (MEMRI, 2014b, s/p).

O que possibilitou a criação do novo governo foram as concessões das alianças rivais, pois abdicaram das condições estabelecidas desde a nomeação de Salam. A Aliança 14 de Março, com exceção de Geagea, deixou de exigir que o Hezbollah removesse seus combatentes da Síria e o Hezbollah desistiu da sua reivindicação de receber mais de um terço dos assentos

do governo, o que lhe dava poder de veto em algumas decisões governamentais. Ao mesmo tempo, as partes concordaram em discutir os princípios fundamentais do governo após a sua criação e apresentá-los ao parlamento para aprovação, de acordo com a Constituição, embora a Aliança 14 de Março tenha exigido tais princípios antes da formação do governo (MEMRI, 2014b, s/p).

Em maio de 2014, após seis anos de mandato presidencial, Suleiman partiu do palácio presidencial, deixando um vácuo político causado pelo fracasso dos poderes políticos do país em concordar a eleger um sucessor. A vacância no gabinete do presidente foi outra crise no frágil sistema político do Líbano, que depende de acordos entre a miríade de partidos políticos e comunidades religiosas e, em várias ocasiões de apoiadores estrangeiros, para funcionar. Alcançar tais acordos tornou-se mais difícil nos últimos anos, uma vez que os políticos se alinharam em lados opostos sobre questões da Guerra Civil da Síria, uns apoiam o presidente Assad e outros apoiam os rebeldes que tentam derrubá-lo. Novas divergências se espalharam sobre a decisão do Hezbollah de enviar combatentes para apoiar Assad e proteger a fronteira entre os dois países. Seus adversários políticos disseram que “isso aumenta as tensões sectárias e poderia pôr em perigo a estabilidade interna do Líbano”. Suleiman fez menção a essa questão em um discurso televisivo, no qual sugeriu uma série de reformas políticas e exortou os libaneses a manterem-se unidos e a permanecerem fora dos problemas de outros países (NYTIMES, 2014, s/p).

Após 29 meses de vazio presidencial, o Parlamento Libanês elegeu para o cargo de presidente Michel Aoun, ex-comandante do exército libanês, como parte de um acordo político que estipulou que o líder sunita, Saad Al-Hariri, deveria exercer o cargo de primeiro-ministro. Aoun, um cristão maronita, prometeu proteger o Líbano dos “incêndios regionais”, uma referência ao conflito na Síria. O presidente tem o apoio do Hezbollah. A princípio, a sua candidatura foi bloqueada pelo seu rival sunita, Hariri, até que um acordo possibilitou a eleição. Aoun, de 81 anos, conseguiu 83 votos dos 128 parlamentares, quando estes se reuniram para a 46ª tentativa de escolher um chefe de Estado. O Líbano ficou sem presidente desde que Suleiman encerrou o seu mandato em maio de 2014. Vale lembrar que o complexo sistema de compartilhamento de poder do país estipula que o presidente deve ser um maronita, a maior denominação cristã do Líbano, o primeiro-ministro um muçulmano sunita e o presidente do parlamento um muçulmano xiita (BBC, 2016b, s/p).

5.3. Sistema Regional

O sistema regional do Oriente Médio desenvolveu-se em torno de duas linhas centrais de confronto: a disputa interna pela hegemonia do mundo árabe e o conflito árabe-israelense. A criação do Estado de Israel, em maio de 1948, no coração do mundo muçulmano fomentou a concepção da identidade pan-arabista e pan-islâmica, como também originou um denominador comum para os jogadores do sistema regional: o ressentimento com relação a Israel por considerá-lo uma entidade estrangeira que, na opinião de alguns atores regionais, deveria ser retirada para assegurar a identidade árabe de toda a região. Dentro desse sistema regional existem dois importantes subsistemas. O primeiro, nomeado como “frente regional árabe”, é formado pela Síria, Líbano e Hezbollah, este último um ator não estatal. O Irã, e embora não seja um país árabe, deve ser inserido neste subsistema devido ao seu estreito relacionamento com o movimento xiita. Vale ressaltar que o objetivo comum desses atores se fundamenta na luta contra Israel. O segundo subsistema gira em torno do próprio Estado de Israel, do conflito árabe-israelense e das suas consequências, o que fomenta a formação de alianças (AZANI, 2011, p. 175).

A partir de 2000, as relações entre os atores do sistema regional do Oriente Médio foram influenciadas por eventos regionais e internacionais, dentre os quais vale citar os mais importantes: a morte do presidente sírio Hafez Al-Assad em junho de 2000, o início da Intifada Al-Aqsa em outubro de 2000, os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e consequente invasão ao Afeganistão, a invasão do Iraque a partir de 2003 e a retirada das tropas sírias do Líbano em abril de 2005. A morte de Assad e a ascensão ao poder de seu filho, Bashar al-Assad, foram benéficas para o Hezbollah, pois, ao contrário de seu pai, Bashar manteve relações pessoais e amigáveis com Nasrallah e reconheceu o movimento xiita como um parceiro estratégico, não somente como um instrumento para alcançar os objetivos sírios. Para tanto, a Síria iniciou o fornecimento de material bélico avançado para o Hezbollah, incluindo foguetes de 220 mm e 302 mm e sofisticados mísseis antitanques. Além disso, Bashar também consentiu com a continuidade das ações do movimento na área das Fazendas de Shebaa¹⁴ (AZANI, 2011, pp. 232-233).

¹⁴ As Fazendas de Shebaa são formadas por 14 propriedades agrícolas e tornaram-se o principal campo de batalha entre o Hezbollah e Israel. De acordo com a posição oficial israelense, a área é parte integrante das Colinas de Golan e deve ser negociada com a Síria, se e quando as negociações de paz forem retomadas. No entanto, o Líbano, apoiado pela Síria, afirma que a área é parte integrante do sul do Líbano e que deveria ter sido incluída quando Israel se retirou do Líbano em 2000. Israel vê esta disputa como um pretexto do Hezbollah para continuar sua luta armada contra Israel (KAUFMAN, 2004, s/p).

Mapa 2 – Fazendas de Shebaa



Fonte: INMINDS

Todavia, após os ataques terroristas de 11 de setembro, a invasão do Iraque pelos EUA e a inserção da Síria na lista dos países do “eixo do mal”, esta começou a perder sua influência sobre o Líbano gradativamente. O inexperiente Bashar não obteve sucesso ao enfrentar a pressão regional e internacional para que a Síria efetuassem a sua retirada do Líbano, algo estipulado pelo Acordo Taif. Em abril de 2005, após o assassinato de Hariri, um dos líderes da oposição quanto à política síria no Líbano, houve uma grande manifestação popular sem precedentes no Líbano, então o presidente sírio, sentindo-se altamente pressionado, ordenou a retirada das forças sírias do país (AZANI, 2011, p. 233).

Desde então, a influência síria sobre o sistema político libanês através dos mecanismos sírios de inteligência e dos seus aliados no Líbano – Amal, Hezbollah e organizações pró-sírias – sofreu uma derrocada. Diante desse cenário, a Síria resolveu recorrer à política de homicídios políticos, assassinando diversos membros que se opunham à presença síria no Líbano durante esse período, incluindo parlamentares, jornalistas, ministros e altos funcionários do sistema político libanês. A Síria ainda incentivou e apoiou as atividades das organizações jihadistas no Líbano como, por exemplo, o Fatah Al-Islam, com o intuito de exacerbar a insegurança no país. Até mesmo as crises políticas entre o Amal e o Hezbollah serviram ao interesse sírio de manter a instabilidade política no Líbano e inviabilizar a expansão das relações do governo libanês com o sistema internacional. Por outro lado, a vulnerabilidade da Síria no sistema internacional e a retirada de suas forças do Líbano ofertaram mais liberdade de operação ao Hezbollah na arena libanesa, assim como minguaram a capacidade da Síria de impor sua vontade ao

movimento sempre quando as ações deste contradissem os interesses sírios (AZANI, 2011, p. 233).

O relacionamento Hezbollah-Irã foi influenciado por três fatores: a formação das relações de poder no sistema político iraniano, a imagem do presidente iraniano e a relação entre o Irã e a Síria. O presidente iraniano Muhammad Khatami (1997-2005) insinuou que o movimento estava mais propenso a investir na arena política, partindo do pressuposto de que a manutenção e o desenvolvimento das habilidades militares da resistência se tornariam menos importantes no futuro. Seu sucessor, Mahmoud Ahmadinejad, defendeu uma política de radicalização e ofertou armamento ao Hezbollah, um investimento cujos resultados foram muito evidentes durante e após a Segunda Guerra do Líbano, em 2006. A retirada síria do Líbano, em 2005, fez com que o Irã se tornasse o único país com presença militar em território libanês (AZANI, 2011, p. 235).

A ausência das forças sírias no Líbano concedeu ao Hezbollah e aos iranianos um espaço de manobra mais abrangente para fortalecer a força militar e a capacidade do Hezbollah e transformá-lo na força militar mais atuante e expressiva no Líbano. As relações entre a Síria e o Irã, a partir do mandato de Bashar al-Assad, e a aliança estratégica sírio-iraniana, juntamente com a mudança estratégica da Síria com relação ao Hezbollah, trouxeram maior facilidade para os iranianos que estavam se esforçando para atualizar as atividades militares do Hezbollah no contexto de uma divisão iraniana (AZANI, 2011, p. 235).

A “Força Al-Quds” da Guarda Revolucionária Iraniana auxiliou na construção do novo arsenal militar do Hezbollah. Essa força atuou no Líbano como um braço iraniano para implementar a política iraniana acerca da luta contra Israel através de uma sede regional, denominada “Corpo Libanês”, e para preservar suas relações com a Síria. O Irã transferiu grandes quantidades de meios de guerra para o Hezbollah através da rota síria. Os militantes do Hezbollah passaram por treinamentos e iniciaram práticas militares nos campos de treinamento da Força Al-Quds no Líbano e no Irã. No sul do Líbano, uma linha de defesa foi estabelecida sob a supervisão iraniana com as características de uma divisão iraniana. A Força Al-Quds teve um desempenho ativo na Segunda Guerra do Líbano, juntamente com o Hezbollah, e integrou-se aos comandantes do movimento, como também trabalhou na restauração do movimento no período pós-guerra (AZANI, 2011, pp. 235-236).

O artigo do Dr. Shaker Al-Nabulsi¹⁵, publicado em agosto de 2007 pelo jornal iraniano Al-Sharq, advertiu sobre o estabelecimento de uma república islâmica sob a liderança do Hezbollah no Líbano ao citar partes de uma entrevista com Ali Akbar Mohtashamipur, ex-ministro do Interior iraniano. Mohtashamipur, visto como um dos fundadores do Hezbollah durante a década de 1980, sintetizou a natureza da conexão entre o Hezbollah e o Irã no âmbito da Segunda Guerra do Líbano em três frases:

O Hezbollah é parte do regime no Irã; o Hezbollah é um fator elementar para a segurança e o estabelecimento militar iraniano; e a conexão entre o Hezbollah e o Irã é muito maior do que a conexão de um regime revolucionário com um partido ou uma organização revolucionária fora das fronteiras de seu país (AZANI, 2011, p. 236).

O Hezbollah sempre foi um componente de suma importância para a estratégia iraniana e, principalmente, para o seu mapa de interesses no Oriente Médio. Forneceu ao movimento xiita “um braço” para o cumprimento dos objetivos iranianos, quais sejam: enfrentar Israel e servir como um exemplo de sucesso da política de exportação da revolução. Em virtude desse fato, os iranianos continuaram a investir milhões de dólares para o estabelecimento do movimento e sua restauração após a Segunda Guerra do Líbano. Depois da retirada israelense do Líbano, em 2000, o Hezbollah, incentivado pelo Irã, abriu um novo canal de guerra contra Israel através das organizações palestinas, do Líbano para a Cisjordânia e para a Faixa de Gaza (AZANI, 2011, p. 236).

O Hezbollah aprofundou seu vínculo com as organizações palestinas como um movimento complementar, objetivando a libertação de Jerusalém, e como um instrumento de pressão sobre Israel, ao dificultar os acordos e os entendimentos entre a Autoridade Palestina e Israel. A Intifada Al-Aqsa¹⁶ trouxe uma grande oportunidade para que o Hezbollah e o Irã expandissem sua influência na região. Em junho de 2000, Nasrallah declarou que continuaria a contestar qualquer iniciativa com a finalidade de normalizar as relações com Israel e incentivar o desenvolvimento da resistência entre os palestinos. O amplo apoio aos palestinos foi declarado ao longo do período, desde os altos escalões do movimento. O apoio do Irã e do

¹⁵ Foi um professor universitário liberal, autor de mais de 40 livros e um corajoso defensor da liberdade e da reforma no mundo árabe e muçulmano. Também discutiu o apoio contínuo ao terrorismo como, por exemplo, as fatwas, e ainda sugeriu que fosse criado um tribunal de terrorismo (MEMRI, 2014, s/p). Disponível em: <<http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/7807.htm>>

¹⁶ A Intifada Al-Aqsa, ou Segunda Intifada, eclodiu em setembro de 2000 e recebeu o nome da mesquita de Jerusalém, pois foi onde a violência começou. As frustrações com relação à negociação, a qual não conseguiu fundar um Estado Palestino, foram intensificadas devido ao colapso da cúpula de Camp David, em julho de 2000. A visita de Ariel Sharon a Jerusalém Oriental, conhecida pelos muçulmanos como Haram Al-Sharif e pelos judeus como o Monte do Templo, que abriga a mesquita de Al-Aqsa, foi interpretada pelos palestinos como uma provocação de deu início a uma revolta popular (BBC NEWS, 2004, s/p). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3677206.stm>

Hezbollah aos palestinos abrangia o financiamento para a execução de atentados terroristas, o treinamento e a orientação de ativistas para a realização de ataques terroristas, a transferência de conhecimento operacional, o suporte jornalístico através dos meios de comunicação do movimento e o contrabando de meios de guerra para os territórios da Faixa de Gaza por vias terrestres e marítimas (AZANI, 2011, p. 236).

Os ataques terroristas de 11 de setembro instigaram uma reanálise da ameaça terrorista no sistema internacional. No Oriente Médio, uma nova posição estratégica foi elaborada após dois acontecimentos: a inclusão da Síria na lista dos países pertencentes ao “eixo do mal” e a invasão do Iraque pelos EUA. A posição contra a Síria objetivava pressioná-la para a cessação do apoio aos movimentos islâmicos, considerados terroristas, e para a retirada das suas forças do Líbano. Atividades diplomáticas, exercidas pelos Estados Unidos, juntamente com a França, após o assassinato de Hariri, primeiro-ministro libanês, resultou na resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU, de 2 de setembro de 2004, na qual solicitava a retirada das tropas sírias do Líbano e o desarmamento das milícias, incluindo o Hezbollah (AZANI, 2011, p. 237).

Em abril de 2005, as forças sírias retiraram-se do Líbano. O Hezbollah rejeitou a decisão, pois a considerou irrelevante. Definir o Hezbollah como uma organização terrorista foi uma discussão renovada na arena internacional após os ataques terroristas de 11 de setembro. No entanto, mesmo após os esforços diplomáticos dos Estados Unidos e de Israel para incluir o movimento xiita na lista das organizações terroristas, tal esforço não alcançou o resultado desejado. A Grã-Bretanha, por exemplo, decidiu inserir somente o braço militar do movimento na lista das organizações terroristas. A não inclusão do Hezbollah nessa lista pelo sistema internacional, principalmente pela União Europeia, permitiu que o movimento enfrentasse com mais facilidade as resoluções da ONU e as pressões dos Estados Unidos e de Israel, os quais levantaram a questão do desarmamento do Hezbollah, com base nas resoluções da ONU, estabelecidas antes e depois da Segunda Guerra do Líbano. Em setembro de 2002, Richard Lee Armitage, subsecretário de Estado estadunidense, afirmou que, “no âmbito da campanha estadunidense contra o terrorismo, esta também atuará contra o Hezbollah quando for o momento certo. O Hezbollah pode ser a equipe A do terrorismo e a Al-Qaeda a equipe B” (AZANI, 2011, p. 238).

Os Estados Unidos proibiram que empresas, fundos e institutos financiassem o movimento, congelaram seus ativos e trabalharam para diminuir seu leque de atividades na arena internacional. O Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana também foi inserido pelos Estados Unidos na lista de entidades terroristas. A deflagração de algumas ações das redes do

Hezbollah na área tríplice fronteira da América do Sul e no oeste da África e os resultados de uma investigação dos ataques terroristas em Buenos Aires, Argentina, em 1994, revelaram o escopo da infraestrutura de financiamento ao movimento e o seu grau de importância para o grupo de resistência. O empenho israelense-americano para insular o movimento, desarmá-lo e diminuir seus recursos financeiros foi parcialmente bem-sucedido. O Hezbollah tinha plena consciência da pressão que o esperava após os atentados de 11 de setembro, mas também estava preparado para enfrentar as ações norte-americanas e israelenses nos cenários europeu e libanês (AZANI, 2011, p. 238).

O envolvimento internacional através da ONU nos eventos ocorridos no Líbano foi paulatinamente expandido após a retirada israelense do Líbano e o assassinato de Hariri. O retorno dos casos de homicídio de políticos libaneses e as crises que surgiram inseriram o Líbano, sua incapacidade de lidar com a violência interna e os grupos armados no centro das atenções do cenário internacional. A ONU convocou mediadores para estudar possíveis soluções de acordo com as investigações que estavam em andamento para descobrir os assassinos de Hariri. Tal envolvimento teve prosseguimento durante e após a Segunda Guerra do Líbano, haja vista a resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU, a qual estipulou o cessar-fogo, o envio de forças multinacionais ao sul do Líbano e o desarmamento do Hezbollah (AZANI, 2011, p. 239).

A Guerra de 2006 significou um grande divisor de águas no Oriente Médio, pois redefiniu os interesses dos estados de toda a região. Até este momento, vigorou a argumentação de que os conflitos territoriais ao longo das fronteiras israelenses eram uma das principais causas de instabilidade no Oriente Médio. Como consequência, os decisores políticos ocidentais, principalmente os europeus, sublinharam o caráter de urgência da questão palestina, enquanto minimizaram a necessidade de enfrentar, mesmo diplomaticamente, a expansão iraniana. Também existem círculos importantes na América que sugeriram a adoção dessa linha de pensamento. A título de exemplo vale citar uma das conclusões do relatório Baker-Hamilton de dezembro de 2006, no qual afirmou que “os Estados Unidos não poderão alcançar seus objetivos no Oriente Médio, a menos que esse país lide diretamente com o conflito árabe-israelense”. Ao mesmo tempo em que o relatório relata prováveis concessões israelenses, propôs que os EUA e seus aliados deveriam inserir o Irã neste contexto (GOLD, 2007, p. 7).

A Segunda Guerra do Líbano – assim como sua frente sul na Faixa de Gaza – eclodiu exatamente nos territórios que Israel se retirou unilateralmente, no Líbano em 2000 e na Faixa de Gaza em 2005. Poder-se-ia afirmar que a reivindicação territorial dos palestinos não foi

totalmente resolvida com a retirada israelense de Gaza, já que a Cisjordânia ainda estava sob o controle israelense. Se a questão territorial realmente fosse a principal preocupação da liderança do Hamas, então poderia se esperar que o conflito fosse transferido para a Cisjordânia. Na verdade, o que estimulou o Hezbollah e o Hamas não foram os objetivos locais isolados, mas sim as ambições estratégicas do Irã, o principal patrocinador do Hezbollah. Devido ao contínuo aumento das receitas iranianas de petróleo – de US\$ 32 bilhões em 2004 para US\$ 45,6 bilhões em 2005 – e as expectativas para 2006 de US\$ 60 bilhões, o Irã resolveu lutar pela conquista da hegemonia regional no Oriente Médio (GOLD, 2007, p. 7).

Conforme o exposto acima pode-se dizer que as motivações da Segunda Guerra do Líbano foram muito além de Israel e seus vizinhos. Segundo Gold (2007):

A guerra provavelmente foi mal nomeada e deveria ser chamada de Primeira Guerra Israelense-Iraniana. Como tal, foi apenas um pequeno subconjunto de um esforço muito maior por parte do regime iraniano para buscar a dominação regional através das comunidades xiitas árabes que esperava penetrar e incitar, através de grupos como o Hezbollah e a própria Guarda Revolucionária de Teerã (GOLD, 2007, pp. 7-8).

5.4. Consequências da Guerra de 2006

A guerra de 2006 agravou as divisões políticas entre as duas alianças: 8 de Março e 14 de Março. Em novembro do mesmo ano, o cenário político complicou-se ainda mais depois da renúncia de seis ministros da Aliança 8 de Março, dentre os quais cinco eram xiitas, pois queriam que Siniora formasse um governo de unidade nacional no qual a Aliança 8 de Março teria poder de veto. Eles afirmaram que “o governo de Siniora não representa o povo” e discordaram com a sua posição com relação ao desarmamento do Hezbollah e a decisão de apoiar o Tribunal Especial da ONU para o Líbano, destinado a investigar o assassinato do ex-primeiro-ministro, Rafik Al-Hariri. Tais renúncias tornaram ilegítimo o governo de Siniora, devido à ausência de representantes xiitas no corpo político, como também violaram o princípio do sistema confessional, o qual defende que o governo libanês deve ser composto por representantes de cada grupo étnico (WILKINS, 2011, p. 107).

O conflito também modificou a posição interna do Hezbollah, pois conseguiu transformar sua força demográfica e militar em poder político dentro do sistema político libanês, considerado inflexível e antiquado, já que divide os cargos de acordo com uma relação confessional. Nesse processo, o Hezbollah solicitou uma mudança do sistema eleitoral, assim como uma minoria com poder de veto para si e para seus aliados no governo após a guerra. Em outro impasse entre o governo e a oposição, o Hezbollah cercou o parlamento e confrontou seus adversários políticos ao buscar seus interesses através de seus apoiantes, resultando em mais

um ano de paralização política. Todavia, o uso da violência, utilizado pelo Hezbollah, dificultou sua afirmação de que “o movimento xiita era a única milícia libanesa que nunca usou suas armas contra o companheiro libanês”. Como consequência, a ala política do Hezbollah saiu derrotada nas eleições seguintes e abdicou reivindicar o poder de veto para a sua minoria (GAUB, 2013, pp. 6-7).

Ademais, observou-se que o conflito de 2006 salientou a batalha entre a aliança iraniano-síria e a aliança liderada pelos EUA, além das discordâncias entre elas. Ambas as alianças desejam controlar o Líbano através de seus “procuradores libaneses”, os quais desistiram de suas propostas opostas durante a guerra. Tal cenário enfraqueceu o governo libanês e sua capacidade na tomada de decisão de política externa, pois seus membros tiveram que competir com a agenda dos atores externos aliados e com seus representantes internos. O ataque a soldados israelenses, efetuado pelo Hezbollah, em 12 de julho de 2006, culminou com o início de um conflito que deve ser entendido dentro de um contexto regional mais amplo, pois o Hezbollah somente existe devido à sua atuação regional. Mesmo que o Hezbollah estivesse agindo em nome de seus próprios interesses internos e existisse de forma independente, não seria um importante ator regional, caso não tivesse o apoio militar, político e financeiro do Irã, desde a sua formação na década de 1980 (WILKINS, 2011, p. 112).

Membros da aliança liderada pelos EUA¹⁷ argumentaram que o Irã induziu o Hezbollah a iniciar a guerra, porque pretendia desviar a atenção do seu programa nuclear, que seria uma pauta importante na agenda do G8 na Rússia, a partir de 15 de julho de 2006. Entretanto, tais acusações foram rejeitadas. Deeb (2006, p. 117) advogou que o Hezbollah age de acordo com as necessidades dos seus constituintes no Líbano e que, apesar de seu forte relacionamento com o Irã, não significa que este diga ao Hezbollah o que fazer ou quais políticas e decisões devem ser tomadas. Goksel (2009, p. 2) declarou que “os iranianos são muito diplomáticos; eles são muito cuidadosos e nunca interferem diretamente”. Mroueh (2009, p. 2) também sustentou que “embora o Hezbollah não tome uma decisão que esteja completamente em desacordo com o Irã, possui liberdade para tomar suas próprias decisões”. Ainda afirmou que:

Seria improvável que o Irã desejasse que o Hezbollah atacasse Israel, já que não gostaria de mobilizar seu aliado regional mais importante antes que fosse realmente necessário como, por exemplo, no caso de um ataque norte-americano ou israelense contra suas instalações nucleares (citado em WILKINS, 2011, pp. 112-113).

¹⁷ Desde a retirada da Síria em 2005, os principais atores externos envolvidos no Líbano foram os EUA e a Arábia Saudita, os quais apoiam a Aliança de 14 de março, enquanto que o Irã e a Síria apoiam a Aliança de 8 de março, na qual o Hezbollah faz parte (WILKINS, 2011, p. 61).

EUA e Israel acusaram o Irã não somente de apoiar o Hezbollah durante o conflito de 2006, como também de trabalhar com o movimento e de ter financiado e armado o grupo xiita através da Síria no período anterior à guerra. Um relatório, publicado em 28 de abril de 2006 pelo escritório americano da Coordenadoria de Contraterrorismo, mencionou que “o Irã forneceu ao Hezbollah e a grupos terroristas palestinos um amplo financiamento, treinamento e armas; neste caso, o Hezbollah apenas foi capaz de assumir uma guerra contra Israel devido ao contínuo apoio do Irã e da Síria”. O Hezbollah também foi acusado de ter seguido os comandos iranianos e sírios durante a guerra. O representante israelense afirmou em uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 14 de julho que “o Hezbollah está agindo como o dedo sangrento sobre a mão do braço de longo alcance do Irã” (WILKINS, 2011, p. 112).

Segundo Hirst (2010, p. 331), o Hezbollah explicou que deveria reagir a gravidade dos ataques israelenses a Gaza durante a Operação Chuvas de Verão¹⁸, iniciada em 28 de junho de 2006 e finalizada em 26 de novembro de 2006. Israel atacou Gaza como retaliação ao sequestro de Gilad Shalit, em 25 de junho de 2006, orquestrado pelas forças palestinas. Além de ter causado um número significativo de vítimas palestinas (402 mortes), Israel também capturou vários membros do Hamas, incluindo altos funcionários, ministros e legisladores. Hirst ainda argumentou que:

Se o Hezbollah não tivesse respondido a estes ataques, imaginariam que o grupo deixou de apoiar a causa palestina, um fator principal no seu jihad. Isso significa que ele poderia perder sua credibilidade entre os seus apoiantes, tornando-se semelhante aos regimes árabes que tinham feito pouco para apoiar os palestinos de Gaza (HIRST, 2010, p. 331).

Durante a guerra, recentes acontecimentos regionais criaram um ambiente de insegurança em Israel. O ataque do Hezbollah, em 12 de julho, ocorreu apenas duas semanas após o sequestro de Gilad Shalit em Gaza. Esse sequestro, combinado com as ações do Hezbollah na região fronteiriça, causou um sentimento de pânico em Israel trazendo preocupações, já que o país estava sendo atacado simultaneamente pelo Hezbollah e pelos combatentes palestinos. Hersh (2006) chegou a afirmar que “o Hamas e o Hezbollah estão trabalhando em conjunto contra Israel”. Ele também citou o comentário de um consultor do governo estadunidense, com estreito relacionamento com Israel: “a guerra tornou-se inevitável depois que o exército israelense aproveitou as comunicações entre o Hamas e o Hezbollah no

¹⁸ A Operação Chuvas de Verão foi uma artilharia israelense e um ataque aéreo a Faixa de Gaza, com o objetivo de missão primária de resgatar Gilad Shalit, um soldado da Força de Defesa Israelense (IDF). Contudo, os palestinos e as equipes de monitoramento internacionais afirmaram que tal operação foi um pretexto para interromper as comunicações entre as forças insurgentes em Gaza (THE GUARDIAN, 2006, s/p).

final da primavera de 2006, nas quais o Hamas pediu para que o Hezbollah aqueça a região norte” (WILKINS, 2011, p. 116).

O duplo sequestro demonstrou que Israel estava sendo atacado em dois territórios, dos quais tinha se retirado recentemente, do Líbano em 2000 e de Gaza em 2005. Tal fato enfraqueceu a decisão de ter se retirado dessas regiões e fez com que Israel parecesse frágil. Por conseguinte, Israel atacou o Líbano com o intuito de afirmar seu poder militar na região e mostrar ao Hezbollah e ao Hamas que eles não poderiam atacar Israel sempre que quisessem. Em 14 de agosto de 2006, ao final da guerra, Ehud Olmert, na ocasião primeiro-ministro israelense, declarou que:

A decisão do governo de Israel de não ignorar a situação esclareceu a todos os povos e às nações que o Estado de Israel não absorveria mais ataques contra sua soberania, que responderia com força a qualquer ato de terror, do norte ou do sul, do leste ou do mar, de qualquer lugar (WILKINS, 2011, pp. 116-117).

A resposta israelense ao ataque do Hezbollah na fronteira entre o norte de Israel e o sul do Líbano, em 12 de julho, também necessita de uma interpretação focada no contexto regional, visto que, de outra forma, seria percebida somente como uma reação exagerada a uma violação de fronteira e muito mais extrema se comparada com a sua reação a anteriores conflitos transfronteiriços. No caso do conflito de 2006, Israel agiu de tal forma porque interpretou as ações do Hezbollah como uma tentativa de modificar o equilíbrio regional de poder que beneficiasse a aliança iraniano-síria. Em uma conferência de imprensa, em 19 de julho, Tzipi Livni, na época ministra das Relações Exteriores de Israel, mencionou que “faz-se necessário combater a ameaça regional representada pelo Irã”. Ela também defendeu Israel contra as acusações de que seus ataques ao Líbano eram extremos, argumentando que “eles foram proporcionais, uma vez que seu objetivo se baseia em defender Israel de uma ameaça regional mais ampla, e não de uma situação territorial” (WILKINS, 2011, p. 113).

Concluindo, o conflito de 2006 enfraqueceu o Líbano, econômica, social e politicamente, além de ter causado enormes danos à infraestrutura libanesa, ao sul do Líbano e aos subúrbios no sul de Beirute. O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – avaliou um prejuízo de US\$ 5 bilhões para a economia libanesa e os setores industriais e turísticos sofreram as maiores perdas, ocasionando estagnação e inflação na economia libanesa. O Hezbollah assumiu a liderança nos esforços de reconstrução do país e, dessa maneira, preencheu um vazio deixado pelo Estado, o qual foi criticado por sua ineficiência durante o período do pós-guerra. A fraca atuação do Estado colocou em evidência suas fraquezas, as divisões na sociedade libanesa, a natureza clientelista da política libanesa e

a influência de atores externos na política libanesa (WILKINS, 2011, pp. 105-106). Fattouh e Kolb (2006) mencionaram que:

Um esforço de reconstrução transparente é necessário e deve estar separado da manobra política e de disputas internas. No entanto, o governo não conseguiu, porque ainda depende de doadores internacionais e doações pessoais, devido aos custos financeiros da reconstrução após a guerra civil 1975-1990 (FATTOUH & KOLB, 2006, p. 110).

5.5. Alianças Regionais

A divisão entre as duas alianças regionais – aliança iraniano-síria e aliança liderada pelos EUA – tornou-se nítida e perceptível, principalmente na ocasião de suas reações a determinados eventos no início da guerra. Irã e Síria, assim como o público árabe, apoiaram o Hezbollah, o que garantiu a este edificar uma significativa frente contra Israel e modificar a posição do governo libanês como o principal ator a formular sua política externa. Ademais, o insucesso dos membros da aliança liderada pelos Estados Unidos ao exigir um cessar-fogo imediato contribuiu para a continuação dos bombardeios israelenses e enfraqueceu o governo libanês e sua capacidade na tomada de decisões sobre política externa. Entretanto, o contexto da guerra mudou quando os governos dos estados árabes moderados mudaram de posição devido à pressão da opinião pública árabe e começaram a apoiar os objetivos do governo libanês, ao dispenderem esforços diplomáticos internacionais para garantir um cessar-fogo imediato (WILKINS, 2011, p. 117).

No entanto, as posições antagônicas dos países árabes foram demonstradas na Liga Árabe durante a guerra. Uma reunião no Cairo, em 15 de julho de 2006, para discutir o conflito, não conseguiu chegar a um consenso em consequência das diferentes declarações dos chanceleres árabes sobre a guerra. George Jabour, um membro do parlamento sírio, argumentou que a guerra tinha acontecido e o Líbano tinha sido alvo por causa da falta de unidade no mundo árabe, o que deixou os Estados individuais vulneráveis a ataques. Ele ainda argumentou que essas divisões eram aparentes, haja vista a incapacidade dos Estados árabes em discutir uma resolução final na reunião (WILKINS, 2011, p. 117).

5.5.1. Aliança Iraniano-Síria

Durante o conflito, Irã e Síria apoiaram política e militarmente o Hezbollah por diferentes motivos. Tal apoio ofertou ao movimento xiita uma linha de frente na guerra árabe-israelense e uma função de liderança ao unir sunitas e xiitas na região. Já com relação ao apoio sírio, este permitiu que o Hezbollah tivesse maior controle sobre o Líbano e uma atuação mais determinante nas negociações para a devolução das Colinas de Golan, territórios sírios

ocupados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias em 1967. O suporte iraniano-sírio durante a guerra de 2006 fomentou uma política externa fracionada no Líbano, pois permitiu que o Hezbollah seguisse com a sua própria agenda de política externa. Além disso, ao apoiar o Hezbollah, o Irã conseguiu atuar na linha de frente na guerra árabe-israelense, uma das principais questões que unem xiitas e sunitas na região. Durante o conflito de 2006, alguns grupos sunitas se aliaram ao grupo xiita Hezbollah no confronto contra Israel. A Irmandade Muçulmana do Egito, por exemplo, solicitou dez mil *mujahidiin* egípcios para participarem na frente xiita no Líbano (WILKINS, 2011, pp. 117-118).

O apoio político iraniano ofertado ao Hezbollah foi percebido durante todo o conflito. Em 16 de julho, no Congresso Internacional Socialista, realizado na Grécia, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Manuchehr Mottaki, condenou as ações israelenses e argumentou que “eles são contrários à todas as normas internacionais, haja vista a continuação de crimes hediondos ao regime e em toda a Palestina”. Ele ainda criticou as organizações internacionais, principalmente a ONU, ao mencionar que:

O Conselho de Segurança reagiu com declarações unilaterais de apoio ao regime sionista ou com declarações neutras e ineficazes. O objetivo do Irã fundamenta-se em reduzir a intensidade da crise e evitar uma maior desestabilização e insegurança na região (WILKINS, 2011, p. 118).

A Síria também possuía seus próprios objetivos regionais e esperava alcança-los através da sua aliança com o Irã e do apoio ao Hezbollah. O governo sírio ansiava recuperar o controle do Líbano e adquirir maior poder de negociação com os EUA e Israel, especialmente com relação à devolução das Colinas de Golan. A Síria calculou que a guerra de 2006 paralisaria ou colapsaria o governo de Siniora, defensor da posição anti-Síria, o que possibilitaria reforçar a sua influência sobre o Líbano. O estreito relacionamento entre a Síria e a Aliança 8 de Março foi demonstrado por Nabih Berri, em 28 de julho, quando este afirmou que “a Síria não é apenas um país amigo, mas sim um país irmão” (WILKINS, 2011, p. 119).

O suporte militar iraniano-sírio ao Hezbollah durante a guerra aconteceu através de aviões iranianos, os quais descarregaram armas nos aeroportos sírios que foram então enviados ao Líbano pelo Vale do Bekaa e pela fronteira norte do Líbano, utilizando caminhões sírios. Também foi divulgado que em 2006 o Hezbollah lançou mísseis de combustível líquido contra Israel que tinham sido desenvolvidos pelo Irã. Algumas armas usadas pelo Hezbollah eram russas, incluindo mísseis antitanques e granadas lançadas por foguetes que tinham sido vendidos à Síria e, logo, comprados com recursos iranianos e enviados para o Hezbollah (SPYER, 2008, p. 3; EXUM, 2006, p. 5). Yossi Kuperwasser, funcionário de alta patente do

exército israelense, declarou durante a guerra: “o que estamos enfrentando é uma divisão de infantaria com material bélico sofisticado; eles possuem alguns dos mísseis antitanques mais avançados do mundo” (BLANFORD, 2006, p. 71). O Irã admitiu publicamente seu apoio ao Hezbollah e, em 2009, Ali Larijani, na época presidente do Parlamento Iraniano, declarou que “a República Islâmica do Irã apoia o Hezbollah e o Hamas porque eles estão defendendo seus territórios” (PRESS TV, 2009, s/p).

Ainda se comentou que o Irã treinou os combatentes do Hezbollah e que os iranianos estavam lutando ao lado do movimento xiita durante a guerra (SAMII, 2008, p. 32; YNET NEWS, 2006a, s/p). Em 1 de agosto, Riyadh Qahwaji, diretor do Instituto de Análises Militares para o Próximo Oriente e Golfo (INEGMA – Institute for Near East and Gulf Military Analysis), argumentou que “todos os combatentes do Hezbollah receberam treinamento e armamento do Irã” (WILKINS, 2011, p. 120). Porém, Exum (2006, p. 7) sustentou que, embora eles recebam apoio sofisticado do Irã, os combatentes do Hezbollah possuem maior experiência de guerra e, na verdade, podem estar treinando os iranianos. Embora seja altamente provável que ambos estejam trocando habilidades e conhecimentos, o Irã está mais capacitado a fornecer melhores campos e condições de treinamento do que o Hezbollah, especialmente com relação ao uso de armas pesadas.

5.5.2. Aliança liderada pelos EUA

No início do conflito, a aliança liderada pelos Estados Unidos apoiou a posição de Israel, mas tal cenário mudou com o progresso da guerra e os membros desta aliança, com exceção dos EUA, começaram a reivindicar um cessar-fogo imediato. Seu insucesso ao convocar um cessar-fogo imediato e o suporte inicial a Israel prolongou os bombardeios e enfraqueceu a capacidade de tomada de decisão de política externa do governo libanês. Israel interpretou a incapacidade de pedir um cessar-fogo imediato no início da guerra como um indício de que a comunidade internacional acolhia suas ações, o que estimulou a continuação dos ataques contra o Hezbollah (HAREL e ISSACHAROFF, 2008, p. 106). Já, no Líbano, foi interpretado que os EUA aprovaram os ataques israelenses. Goksel (2009, s/p) argumentou que:

As pessoas estão chocadas e furiosas porque os EUA permitiram a destruição de seu país, eles estão chocados por pensar que seus amigos – EUA, França e Arábia Saudita – estão coniventes com as ações de Israel acerca da destruição do Líbano (citado em SULTAN, 2008, p. 34).

Em 26 de julho, na Conferência Internacional em Roma, os principais intervenientes internacionais traçaram suas posições acerca da situação no Líbano. De acordo com a ONU, os objetivos de tal conferência estavam fundamentados em enviar uma força reforçada da ONU

para o Líbano e controlar as Fazendas de Shebaa. A União Europeia e os EUA desejavam um cessar-fogo, desde que os ataques contra Israel não continuassem e este recebesse o monopólio do poder e as armas em todo o seu território (WILKINS, 2011, p. 120-121). A declaração final da conferência apelou para um urgente cessar-fogo, mas não imediato (REUTERS, 2007, s/p). Dessa forma, Israel entendeu esse contexto como um consentimento da comunidade internacional para o prosseguimento dos seus ataques contra o Líbano, haja vista a declaração do ministro da justiça de Israel, Haim Ramon, em 27 de julho: “Recebemos ontem na Conferência de Roma a permissão para continuar a operação” (BBC NEWS, 2006, s/p).

No entanto, durante a conferência, divergências surgiram entre a França e os EUA sobre a natureza de um cessar-fogo. A França queria primeiramente um cessar-fogo para que uma força internacional pudesse ser implantada na região e “desbloquear a situação política”, enquanto que os EUA desejavam uma solução política antes de um cessar-fogo para que houvesse uma solução global. Os EUA esperavam que o conflito tolhesse as capacidades militares do Hezbollah. Por outro lado, a França considerou tal objetivo muito ambicioso e prejudicial para o Líbano. Na verdade, ambos os países estavam protegendo seus interesses e de seus aliados regionais. A França estava defendendo os interesses dos cristãos libaneses e, conseqüentemente, da Aliança 14 de Março, enquanto os EUA advogavam os interesses israelenses (WILKINS, 2011, p. 121).

À medida que a guerra prosseguia, a maioria dos membros desta aliança, com exceção dos EUA e de Israel, iniciou esforços para uma solução diplomática e uma resolução da ONU que acabasse com a guerra. Essa modificação deveu-se aos enormes danos que infligiram o sul do Líbano, aumentando o número de vítimas libanesas, principalmente após o ataque aéreo a Qana. Percebeu-se que extensos ataques israelenses também atingiram regiões onde não havia a presença do Hezbollah, quando ficou evidente que Israel não alcançaria uma nítida vitória sobre o movimento xiita (WILKINS, 2011, p. 121). Segundo Kenneth Roth, diretor executivo da Human Rights Watch:

A responsabilidade pelos ataques aéreos israelenses que mataram pelo menos 54 civis, dos quais mais da metade eram crianças, que se abrigavam em uma casa na vila libanesa de Qana deve-se inteiramente ao exército israelense. É o mais recente produto de uma campanha de bombardeio indiscriminado que as Forças de Defesa de Israel (IDF) travaram no Líbano nos últimos 18 dias, deixando cerca de 750 mortos, a maioria deles civis. O ataque a Qana sugere que o exército israelense está tratando o sul do Líbano como uma zona de fogo livre (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006, s/p).

5.5.3. Posição dos Estados Árabes

Ao longo do conflito, os denominados “estados árabes moderados” apoiaram o governo libanês, liderado por Siniora, e responsabilizaram o Hezbollah pelo início do conflito, mas não conseguiram solicitar um cessar-fogo imediato. Pela primeira vez, os estados árabes criticaram abertamente as ações de um ator árabe contra Israel. Provavelmente os países árabes moderados, assim como os EUA, desejavam estender a guerra na esperança de que Israel eliminasse o Hezbollah, porém, a real consequência foi percebida com o enfraquecimento do estado libanês. No início da guerra, eles criticaram tanto o sequestro quanto a resposta israelense. Todavia, como já mencionado anteriormente, a ausência do pedido por um cessar-fogo imediato fez com que Israel prosseguisse com seus ataques. Olmert mencionou o “apoio árabe a Israel”, ao afirmar: “Vejam por si mesmos quantos países árabes e muçulmanos se distanciaram do Hezbollah e juntaram-se a maioria das nações, que denunciam essa organização terrorista e justificam o direito de Israel à autodefesa” (WILKINS, 2011, pp. 130-131).

Entretanto, em 14 de julho, a Jordânia e o Egito criticaram a resposta israelense, apoiaram o governo libanês e continuaram a condenar o Hezbollah ao declararem: “Nós condenamos a escalada de atos irresponsáveis com potencial de liderar a região em uma situação perigosa” (HAREL e ISSACHAROFF, 2008, p. 103). Em 15 de julho, a Arábia Saudita também fez duras críticas com relação ao comportamento do Hezbollah e os sábios religiosos sauditas desprezaram o movimento xiita como o “partido de Satã” e não como o “partido de Deus” (YNET NEWS, 2006b, s/p). Egito, Jordânia, Kuwait, Iraque, Autoridade Palestina, Emirados Árabes e Bahrein publicaram um comunicado afirmando que “o Hezbollah se envolveu em atos inesperados, inapropriados e irresponsáveis” (ASSOCIATED PRESS, 2006, s/p).

Em uma reunião da Liga Árabe no Cairo, em 15 de julho, o Hezbollah respondeu as críticas ao afirmar que “um plano árabe e internacional está em andamento, juntamente com as forças libanesas, para nos liquidar” (HAREL e ISSACHAROFF, 2008, p. 103). Após a guerra, referindo-se às elites dos estados árabes moderados, Nasrallah afirmou que “sempre que eles se encontram divididos entre duas opções – de um lado, entre Jerusalém, seu povo e a dignidade da sua terra natal; de outro lado, os seus tronos – sempre escolhem seus tronos” (HIRST, 2010, p. 377).

Os estados árabes moderados, apesar de não terem solicitado um cessar-fogo imediato, expressaram apoio ao governo de Siniora. Em 18 de julho, o príncipe Saud Al-Faisal, ministro saudita das Relações Exteriores, ressaltou que “a Arábia Saudita apoia as autoridades legítimas

libanesas, o governo libanês e seus objetivos, os quais pretendem preservar os interesses do Líbano, quais sejam: manter sua independência e sua autoridade sobre a totalidade do Líbano” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2006, s/p). Em 27 de julho, o rei jordaniano Abdullah manifestou sua preocupação de que a guerra de 2006 tenha sido uma tentativa por parte de Israel para enfraquecer e destruir o Estado libanês e, por sua vez, que este pudesse ser controlado pelos aliados da Síria (WILKINS, 2011, p. 132).

Alguns países árabes, principalmente a Arábia Saudita e a Jordânia, ofertaram suporte financeiro ao governo libanês durante e após o conflito. No início da guerra, o rei Abdullah doou cinquenta milhões de dólares para o Líbano. A Arábia Saudita auxiliou na reconstrução pós-guerra e concedeu quinhentos milhões de dólares para que fosse criado um fundo árabe e internacional com o intuito de reconstruir o país. Tal ajuda financeira fortaleceu a posição do governo de Siniora e sua agenda de política externa, como também ajudou a equilibrar o poder e a influência do Irã e da Síria no Líbano, especialmente no período pós-guerra (WILKINS, 2011, p. 132).

Todavia, ao decorrer do conflito, os estados árabes moderados modificaram sua posição e iniciaram o pedido de um cessar-fogo devido à pressão da opinião pública árabe, a qual reivindicou esforços diplomáticos internacionais para garantir o término da guerra. Em 27 de julho, o governo egípcio elogiou o movimento xiita e clamou para o fim da guerra. O Grande *Mufti* saudita, juriconsulto supremo e intérprete do Alcorão, retirou uma *fatwa* que tinha emitido contra o Hezbollah e o governo saudita acolheu os clamores para um cessar-fogo e as tentativas para encontrar uma extensa solução para a crise. Os intelectuais da Jordânia e do Kuwait teceram elogios ao Hezbollah e declararam que a guerra havia retirado a imagem de invencibilidade de Israel (WILKINS, 2011, pp. 132-133).

O público árabe revoltou-se com o alto número de civis mortos no Líbano, especialmente depois dos trágicos episódios de Qana, em 30 de julho, os quais fizeram com que as elites dos estados árabes moderados mudassem de opinião com relação à guerra. O príncipe saudita, Saud Al-Faisal, disse a Condoleezza Rice, na época Secretária de Estado dos EUA, que “se este é o novo Oriente Médio, nós preferimos voltar ao velho”. O rei jordaniano também ficou indignado com o episódio de Qana ao afirmar: “Esta agressão criminosa constitui uma violação flagrante da lei e de todas as convenções internacionais” (THE WALL STREET JOURNAL, 2006, s/p). A mudança de opinião dos estados árabes moderados acabou por enfraquecer a posição israelense, forçando-o a encarar um ambiente regional desagradável e, conseqüentemente, foi pressionado a aceitar uma solução diplomática. Tal cenário auxiliou o

governo libanês a prosseguir com sua agenda de política externa e garantir um acordo que acabasse com a guerra.

6. CENÁRIO PÓS-GUERRA

O Líbano e sua população pagaram um alto preço com a guerra de 2006. Devido ao fato de o conflito ter acontecido em terreno libanês, é compreensível que o país sofra com as perdas mais severas. Não obstante alguns ganhos diplomáticos e militares, o Líbano foi obrigado a enfrentar problemas econômicos, sociais e políticos. As perdas econômicas foram exorbitantes – cerca de US\$ 7 bilhões –, principalmente para um país pequeno com uma dívida que ultrapassa a US\$ 40 bilhões. Grande parte da infraestrutura foi destruída – estimou-se um prejuízo de US\$ 3,9 bilhões –, a maioria das principais pontes (80 pontes), instalações de eletricidade e áreas residenciais (15.000 casas foram destruídas pelos bombardeios israelenses). Os principais danos atingiram os setores de turismo, indústria e serviços (NAKHLEH, 2007, p. 12).

A nível social, o número de pessoas que se deslocaram durante a guerra corresponde a 970 mil pessoas, o que causou vários problemas e ilustrou a fragilidade do governo libanês. O governo pouco fez para evacuar ou ajudar os deslocados do sul do Líbano nos primeiros dias da guerra. O esforço de socorro do governo incluía o envio de suprimentos para grupos cívicos locais, os quais poderiam fornecer às vítimas, mas mesmo uma simples tarefa como esta não foi possível devido à inexperiência e corrupção. Desconfia-se de que alguns funcionários e partidos tentaram usar esta situação caótica para exacerbar o sofrimento no Sul e nos subúrbios mais pobres de Beirute, onde vive a maioria de população xiita, e fazer com que a popularidade do Hezbollah diminua entre a comunidade xiita (NAKHLEH, 2007, p. 12).

No âmbito político, a guerra agravou a disputa entre os partidos políticos libaneses, em diversas questões como, por exemplo, a necessidade de um novo governo de unidade, o desarmamento do Hezbollah e o Tribunal Especial da ONU para o Líbano com o intuito de investigar o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq al-Hariri. Caso tais disputas políticas continuassem, poderiam prejudicar a unidade nacional. Ademais, a conflito de 2006 evidenciou que o Líbano não deveria esperar por uma intervenção internacional na política interna. As alianças do Líbano com os Estados Unidos, a França e os países árabes não evitaram que Israel empreendesse um extenso bombardeio, o que prejudicou a vantagem política da Aliança 14 de Março, demonstrou sua singela colocação nas prioridades americanas, além de ter exposto a falta de planejamento do governo para tais eventos (NAKHLEH, 2007, p. 12).

Mesmo após a guerra, outro problema continua a ameaçar os cidadãos libaneses: bombas de fragmentação¹⁹ não detonadas por Israel. Tais bombas feriram ou mataram mais de 218 pessoas no sul do Líbano desde o cessar-fogo em agosto de 2006. Esse tipo de bomba é proibido pelo direito internacional. Diplomáticamente, a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU poderia ser considerada um benefício para o Líbano. O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, “Solução Pacífica de Controvérsias”, foi emitido, ao invés do Capítulo VII, “Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão”. Ademais, o Conselho de Segurança pode investigar um conflito e recomendar medidas apropriadas para resolver uma crise, no entanto, não possui autoridade para decidir quais procedimentos devem ser implementados e as Forças da ONU não estão autorizadas a fazer uso da força, exceto em caso de legítima defesa. Se o Capítulo VII tivesse sido escolhido, o Conselho de Segurança poderia utilizar as forças aéreas, marítimas ou terrestres, caso necessário, para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. Israel teria preferido a utilização do Capítulo VII, pois, neste caso, a UNIFIL teria autoridade para desarmar o Hezbollah e impedir que este voltasse a se armar (NAKHLEH, 2007, pp. 12-13).

A resolução respeitou o plano de sete pontos, proposto por Fuad Siniora, e apoiou o estado libanês para que este exercesse sua autoridade sobre todo o seu território (NAKHLEH, p. 13). O plano de Siniora, que também recebeu o apoio dos 56 Estados-membros da Organização da Conferência Islâmica, incluía: [1] a libertação de prisioneiros libaneses e israelenses através do Comité Internacional da Cruz Vermelha; [2] a retirada do exército israelense da “linha azul²⁰”; [3] o compromisso do Conselho de Segurança das ONU de colocar as Fazendas de Shebaa e Kfar Shouba sob a administração dos EUA até que a delimitação das fronteiras e a soberania libanesa fossem totalmente restauradas; [4] a extensão da autoridade do governo libanês sobre seu território através de suas forças armadas legítimas, como estipulado pelo Acordo de Taif; [5] a suplementação da força internacional da ONU que atua no sul do Líbano e seu aumento de contingente, equipamento, mandato e escopo de operação, conforme necessário, com a finalidade de efetuar urgentes trabalhos humanitários, assim como garantir a

¹⁹ As bombas de fragmentação dividem-se em outras bombas menores e se espalham por uma larga área. Cada bomba possui em seu interior 202 explosivos e cada explosivo é capaz de perfurar 125 mm de carcaça em veículos blindados (FOLHA ON LINE, 2001, s/p). Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/2001-terrorismo_nos_eua-info-bomba_de_fragmentacao.shtml>

²⁰ Essa linha é o limite negociado pela ONU para a fronteira entre Israel e Líbano com o "objetivo prático de confirmar a retirada de Israel" da zona meridional do Líbano em maio de 2000, após 22 anos de ocupação (TERRA, 2010, s/p). Disponível em:

<<https://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/linha-azul-ainda-gera-divergencias-entre-libano-e-israel,d9cb78c65940b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>

estabilidade e a segurança na região sul para que aqueles que fugiram de suas casas possam retornar; [6] a atuação da ONU acerca das medidas necessárias para pôr em prática o acordo de armistício de 1949, assinado pelo Líbano e Israel, além de assegurar a observância das suas disposições, bem como analisar possíveis alterações, caso necessário; [7] o compromisso da comunidade internacional de apoiar o Líbano em todos os níveis, incluindo as necessidades de ajuda humanitária, reconstrução e desenvolvimento. Além dos setes pontos, Sinióra enfatizou que Israel deveria entregar todos os mapas das minas terrestres restantes no sul do Líbano para a ONU (THE WASHINGTON POST, 2006, s/p).

Além dos pontos de Sinióra apresentados acima, também constava a decisão de implantar 15.000 tropas do exército libanês apoiadas pelas 15.000 tropas da ONU, reforçar o governo libanês e sublinhar a importância da estabilidade no país. O Hezbollah concordou com as decisões do governo e facilitou a missão do exército libanês e da UNIFIL. Vale lembrar que foi a primeira vez em décadas que o exército libanês executou uma grande operação na fronteira sul. Antes de sua retirada em 2000, Israel havia se recusado e impedido qualquer atividade desta natureza. Concomitantemente, o exército, implantado na fronteira libanês-síria, atuou para controlar a área e impedir a entrada de armas. Além das consequências diretas, a guerra de 2006 teve muitos resultados, a curto e a longo prazo, nacional, regional e internacional, e nas searas política, econômica e militar (NAKHLEH, 2007, p. 13).

As consequências da guerra para o Líbano poderiam ter sido mais desastrosas do que a própria guerra. As divisões políticas foram agravadas bruscamente, à medida que cada grupo ou aliança tentava beneficiar-se com a guerra para obter capital político. Devido à insistente recusa de ambas as partes em fazer concessões, esses ganhos políticos aconteceram à custa do Líbano, da sua unidade, da estabilidade e da prosperidade. O apoio dos EUA ao governo libanês, através da Aliança 14 de Março, não trouxe benefícios ao país. O que aconteceu foi justamente o contrário, transformou o governo e seu gabinete ainda mais recusável para o Hezbollah e os xiitas como um todo, pois os EUA são um aliado muito próximo de Israel. Ao enfrentar limitações significativas em sua capacidade de efetuar operações militares e tomar decisões, e receando o aumento da pressão interna e internacional para desarmá-lo, o Hezbollah direcionou suas atenções à política, buscando fortalecer seus ganhos políticos. O movimento xiita lucrou com os erros políticos do governo, ao conseguir como aliado outros partidos, particularmente o líder cristão mais proeminente, o General Michel Aoun (NAKHLEH, 2007, pp. 13-14).

Mapa 3 – Linha Azul



Fonte: WIKIMEDIA

Aoun, o Hezbollah e os xiitas, além de outros, formaram uma forte oposição, a qual objetivou uma participação mais efetiva na política e solicitou emendas e mudanças dentro do governo. Como eles eram o maior grupo fora do governo, eles reivindicaram mais um terço, ou seja, mais um cargo de ministro no gabinete, a fim de impedir que o gabinete aprovasse decisões importantes – como, por exemplo, o desarmamento do Hezbollah e o Tribunal Especial da ONU para o Líbano – que, para tanto, precisam da aprovação de dois terços de seus membros, sem a anuência da oposição. Como o governo rejeitou um novo acordo com a oposição, esta solicitou eleições parlamentares precoces, no entanto, a coalizão governamental continuou a barrar as demandas da oposição (NAKHLEH, 2007, p. 14).

O resultado foi a renúncia dos únicos cinco ministros xiitas do gabinete e um ministro cristão, o que deslegitimou o gabinete perante um grande grupo de libaneses. A partir desse momento, a oposição recorreu a manifestações e protestos no centro de Beirute, perto do palácio governamental e da Câmara dos Deputados. Dessa forma, a divisão interna aumentou e o governo encontrou-se em uma situação delicada. O insucesso de muitas medidas propostas, principalmente as da Liga Árabe, para concluir um compromisso admissível fomentou maior

atuação da oposição. Tal fato resultou em confrontos nas ruas, trazendo a possibilidade de mais uma guerra civil. A participação do Hezbollah neste conflito interno e sectário afetou sua posição e reduziu sua popularidade no Líbano e no mundo árabe e tornou a questão do seu desarmamento uma prioridade da agenda de seus adversários (NAKHLEH, 2007, p. 14).

É certo que o povo libanês e árabe defendeu o Hezbollah, mas a maioria deles não apoiaria as ações do movimento xiita contra o governo de Siniora, o qual tem o suporte dos países árabes e ocidentais, principalmente levando-se em conta o argumento de que o objetivo do Hezbollah baseia-se em fortalecer o governo iraniano-sírio no Líbano, num momento em que o programa nuclear iraniano estava na agenda da ONU e dos EUA. Apesar da tentativa do Hezbollah de fazer da sua oposição uma característica nacional, através de amplas alianças e da nomeação do General Aoun como líder da oposição, muitos ainda percebem que o Hezbollah e os xiitas são o principal incentivo do debate político e eles seriam o maior desfrutador de benefícios. Deve-se indagar: caso a oposição consiga impor suas condições, o Hezbollah aceitaria compartilhar os ganhos com seus aliados? Nasrallah chegou a afirmar que cederia sua parte dos assentos do gabinete da oposição a seus aliados. Ademais, a luta pelo poder e a incapacidade de cada parte de encontrar soluções constitucionais e legais, salientou a enorme necessidade de executar reformas e emendas para alcançar uma “vitória real” para a nação. Tal fato evitaria questões complicadas no futuro, como explica Hart (1991, p. 366): “Se você se concentrar exclusivamente na vitória, sem pensar no efeito posterior, você pode estar exausto demais para aproveitar a paz, enquanto é quase certo que a paz será ruim, contendo os germes de outra guerra” (citado em NAKHLEH, 2007, pp. 14-15).

No âmbito econômico, mesmo com a ajuda financeira, o país necessitou de um longo período para superar as grandes perdas econômicas. Diversos esforços nacionais e internacionais foram feitos, a mais significativa foi a Terceira Conferência de Paris, a qual liberou ao Líbano US\$ 7,6 bilhões. Mas, devido à ausência de reformas econômicas para assegurar a utilização dos fundos de forma adequada e à falta de estabilidade política e de segurança, tais montantes podem parar nos bolsos dos funcionários e serem gastos somente em Beirute. Esse cenário poderia levar ao aumento da dívida pública para US\$ 50 bilhões (NAKHLEH, 2007, p. 15).

Na área militar, foi demonstrado que as forças armadas executaram um papel crítico, mas também eficaz, ao controlar a região sul e as fronteiras com a Síria e Israel, assim como ao manter a segurança interna. O comando do exército, graças à sua compreensão do contexto interno libanês, conseguiu estabelecer um exército nacional em todo o território libanês e para

todos os libaneses sem discriminação. Os libaneses ficaram divididos e cada partido tentou atrair o exército para o seu lado, porém, o exército, ao agir com imparcialidade, preservou a sua confiança perante o povo libanês. O militar deve ser o guardião da constituição, das instituições e do povo libanês, bem como o principal garantidor da unidade e da sobrevivência do país, embora seu tamanho e equipamento ainda sejam insuficientes. De acordo com Nakhleh, “o Hezbollah falhou porque não conseguiu impedir que Israel iniciasse a guerra, mas, ao mesmo tempo, provou que a guerra com o Líbano não é um piquenique” (NAKHLEH, 2007, p. 15).

Certamente, a guerra de 2006 pegou o Hezbollah de surpresa. Nasrallah chegou a reconhecer que falhou por não ter calculado acertadamente a intensidade da resposta de Israel devido ao sequestro dos dois soldados das IDF. Como já mencionado, o conflito prejudicou a infraestrutura operacional do movimento e sua posição no cenário político libanês. A estratégia de dissuasão do Hezbollah, antes um motivo de orgulho, tinha fracassado. O motivo da existência da resistência, com o intuito de “defender o Líbano” ao lado do Exército libanês, voltou a ser questionado tanto na mesa política libanesa quanto nos círculos internacionais. Novamente, o governo libanês sentiu-se pressionado a desarmar as milícias, o que, logicamente, incluía o Hezbollah (AZANI, 2011, p. 250).

Diversas atividades do Hezbollah foram interrompidas devido à guerra, a qual forçou seus líderes a agirem rapidamente para restituir sua imagem, primeiramente entre os membros do movimento e entre os xiitas, posteriormente na arena interna libanesa. Algumas das questões que compunham a agenda do Hezbollah após a guerra incluíram a reconstrução das infraestruturas civis e organizacionais danificadas, a atividade contínua da resistência e sua liberdade de ação, inclusive nas regiões onde o Exército libanês e as Forças Multinacionais foram redobradas. O primeiro passo, a fim de reabilitar a imagem do movimento, consistiu numa campanha de relações públicas com o objetivo de incutir a ideia de que “o Hezbollah conquistou ‘uma vitória divina’ na guerra, alcançada pela bravura de seus lutadores, apesar da superioridade numérica e tecnológica de Israel”. O apoio iraniano-sírio nessa campanha, juntamente com a crítica da opinião pública em Israel sobre o modo como as operações militares e políticas foram geridas durante a guerra, ajudaram o movimento a estabelecer o mito da “vitória divina” entre os seus cidadãos (AZANI, 2011, p. 251).

No âmbito civil, o movimento ajudou as vítimas de guerra, limpando as ruínas e reconstruindo os edifícios e as infraestruturas danificadas em Beirute e no sul do Líbano. No ano seguinte à guerra, o Hezbollah investiu, com apoio iraniano, centenas de milhões de dólares na reconstrução da infraestrutura civil do Líbano. O Hezbollah documentou e publicou suas

ações através de redes de mídia com o intuito de reconquistar o apoio do público libanês em geral e principalmente dos xiitas. Politicamente, o movimento teve que enfrentar um desgaste relacionado à sua posição, como também temia que o governo libanês tentasse impor limites às suas atividades ou, até mesmo, desarmá-lo devido à crítica pública, ao resultado da guerra e à pressão externa. Então, Nasrallah exigiu o estabelecimento de um governo de unidade nacional e ameaçou derrubar o governo, caso sua reivindicação não fosse aceita. Ademais, ele salientou que “o movimento não usará a força para alcançar objetivos políticos, prefere operar dentro de um quadro democrático, trazendo seus apoiantes para as ruas” (AZANI, 2011, p. 251).

Em novembro de 2007, momento de intensos exercícios das IDF no norte de Israel, o Hezbollah afirmou que o movimento tinha realizado um exercício de três dias com muitos participantes no sul do Líbano. Esse treinamento foi realizado sob a supervisão de Nasrallah, numa linha defensiva simulando um ataque das IDF ao Líbano. A decisão do Hezbollah de revelar seus exercícios estava destinada a enviar uma mensagem a Israel e àqueles que se opunham ao movimento no Líbano, demonstrando como o movimento havia reconstruído suas capacidades e sua prontidão, caso haja um novo enfrentamento com Israel. Em abril de 2010, houve o relato sobre a chegada de mísseis sírios SCUD ao Hezbollah. Com tais mísseis, o Hezbollah adquiriu capacidade suficiente para atacar o coração israelense. Portanto, conclui-se que, nos anos posteriores à guerra de 2006, o movimento modernizou o seu arsenal de armas, tanto em quantidade como em qualidade (AZANI, 2011, p. 252).

Em julho de 2008, Siniora declarou o estabelecimento de um governo de unidade nacional, baseado nos princípios do Acordo de Doha²¹, e seu apoio à resistência. Em agosto de 2008, o parlamento ratificou o estabelecimento do governo e sua plataforma, sublinhando o término de 22 meses de crise política que teve início com a renúncia dos cinco ministros xiitas em novembro de 2006. O Hezbollah, que havia deixado o governo de Siniora, retornou como o grande vencedor do Acordo de Doha em julho de 2008. O Acordo de Doha chegou a ser considerado um exemplo da incapacidade ou falta de vontade do governo libanês para lidar com o Hezbollah ou, até mesmo, um indício de que o uso da força pode ser usado para alcançar objetivos políticos. O Líbano, que permaneceu em um estado de “guerra civil fria” por vários anos, vivencia períodos de violência de tempos em tempos, além de assassinatos políticos,

²¹ O acordo, assinado em maio de 2008, estabeleceu a aprovação de novas leis eleitorais para 2009 e a formação de um novo governo de unidade nacional com poderes de veto para a oposição, liderada pelo movimento xiita Hezbollah (BBC BRASIL, 2008, s/p).

Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080521_libanoacordo_ts_mp.shtml>

detonações de explosivos e manifestações em massa. Esse cenário abre caminho para intervenções de atores regionais como, por exemplo, Síria, Irã e Israel (AZANI, 2011, p. 253).

Em julho de 2009, foram realizadas as eleições para o parlamento libanês com o Hezbollah e seus aliados esperando por uma transformação do governo libanês. Na realidade, a Aliança 14 de Março, encabeçada por Saad Al-Hariri, manteve seu poder e ganhou as eleições parlamentares ao conquistar a maioria dos assentos, 71 assentos contra 57 assentos para a oposição. No entanto, Hariri teve dificuldade de formar um governo e teve de se contentar com o modelo de um governo de unidade nacional em conjunto com a oposição. Em novembro de 2009, após meses de discussões, o novo governo de Hariri foi apresentado ao parlamento. Nesse governo, equivalente ao governo de Siniora, o Hezbollah utilizou seu poder militar e político como uma ferramenta destinada a alcançar seus objetivos. Consequentemente, a composição do governo de Hariri incluía 30 ministros: 15 ministros da Aliança 14 de Março, 10 pertencentes à oposição, liderada pelo Hezbollah, dos quais três eram membros do movimento, e 5 ministros de partidos independentes, nomeados pelo presidente Michel Sulaiman (pró-sírio), ou seja, uma combinação que permitiu ao Hezbollah vetar as resoluções do governo, quando lhe conviesse. Outro triunfo para o movimento foi a declaração do governo na qual confirmava seu apoio contínuo à resistência e sua decisão de não desarmar o Hezbollah (AZANI, 2011, p. 254).

Desde que o mandato de Michel Suleiman terminou, em 25 de maio de 2014, os libaneses não conseguiram eleger um novo chefe de Estado. O Parlamento Libanês tentou por 23 vezes reunir o quórum necessário de dois terços dos 128 deputados para a votação, porém, sem sucesso. Não foi a primeira vez que o país passou por um vazio presidencial. Após a saída de Emile Lahoud, em 2007, o país ficou 184 dias sem presidente. Ao final do mandato de Amine Gemayel, em 1988, foram necessários 408 dias para designar um novo chefe de Estado. Com mais de um milhão de refugiados sírios em seu território, devido à Guerra Civil da Síria, o Líbano viu-se envolvido em uma crise que parecia estar aniquilando a Síria, onde o Hezbollah esteve em exercício, combatendo ao lado das forças do presidente Bashar Al-Assad. A Aliança 14 de Março – liderada pelo ex-primeiro-ministro sunita Saad Hariri e apoiada pelos EUA e pela Arábia Saudita – defendeu a candidatura de Samir Geagea, cristão e líder das Forças Libanesas. Já a Aliança 8 de Março – conduzida pelo Hezbollah e seus aliados de Damasco e de Teerã – apoiou Michel Aoun, líder do Movimento Patriótico Livre, coalizão de maioria cristã (UOL NOTÍCIAS, 2015, s/p).

Finalmente, em 31 de outubro de 2016, o Parlamento Libanês conseguiu eleger o seu presidente, Michel Aoun, um comandante reformado do exército e aliado do Hezbollah. O

Líbano ficou mais de dois anos com o cargo mais alto do país vazio. A eleição de Aoun, que recebeu 83 votos dos 127 parlamentares presentes, sinalizou uma vitória clara do eixo pró-iraniano, o que impulsionou o Hezbollah, apoiante do presidente sírio Bashar Al-Assad (G1, 2016, s/p). Na verdade, Aoun tornou-se o novo presidente libanês depois de receber um endosso do seu rival e ex-primeiro-ministro, Saad Al-Hariri. Tal endosso preparou o caminho para o líder cristão maronita ocupar o cargo que ficou vago desde maio de 2014. Hariri declarou sua decisão ao proferir as seguintes palavras:

Anuncio hoje, diante de vocês, minha decisão de endossar a candidatura do General Michel Aoun para a presidência da república. Descrevo minha decisão como necessária para proteger o Líbano, proteger o sistema político, proteger o Estado e proteger o povo libanês (ALJAZEERA, 2016, s/p).

7. CONCLUSÕES

Essa pesquisa utilizou a obra de Keohane e Nye (2001), “*Power and the Interdependence*”, para entender a dinâmica das relações entre os Estados e os atores não estatais. Segundo essa teoria, interdependência significa uma dependência mútua. Ao que concerne às ações do Hezbollah, foi percebido que o movimento xiita é bastante atuante, ou seja, suas atitudes produzem mais consequências do que sofrem influência de eventos externos como, por exemplo, a guerra de 2006. As ações do Hezbollah repercutiram no contexto político, social e econômico do Líbano, visto que o governo libanês é vulnerável ao comportamento do grupo xiita devido à influência que este exerce sobre o país.

Efferink (2011) analisou a dinâmica do Hezbollah na política libanesa, em um país considerado fraco no cumprimento do controle de sua soberania. Para tanto, o autor utilizou os quatro conceitos de soberania de Stephen Krasner, dentre os quais um deles menciona a soberania da interdependência. No passado, a elite governante demonstrou preferência pela pouca interferência estatal, o que resultou na criação de diversas instituições nacionais ineficazes, haja vista o fato de que a comunidade xiita ainda possui um poder político desproporcionalmente pequeno, apesar de ter se transformado no maior grupo sectário libanês. Os relacionamentos do Hezbollah com Irã, Síria e Israel causam um efeito negativo ao que diz respeito à soberania e à interdependência. Segundo Hafez (2008):

O Hezbollah não é um estado dentro de um estado, pois o movimento nunca tentou substituir o estado em nenhuma área, no entanto, a ausência do Estado, que advém de várias décadas, antes do surgimento do Hezbollah, foi o elemento que levou este último a preencher este vazio.

O trabalho conseguiu responder as duas hipóteses. A primeira indagação consistiu na hipótese de que a guerra de 2006 fortaleceu o grupo xiita, haja vista a sua demonstração de

resistência e a sua atuação no cenário político libanês. Já a segunda hipótese baseou-se na possibilidade de o Hezbollah perder uma parcela da sua popularidade, devido às consequências da guerra, quais sejam: os enormes danos causados pelos bombardeios israelenses e o agravamento da divisão na sociedade libanesa, o que, logicamente, repercutiu no cenário político.

De fato, o Hezbollah conseguiu demonstrar a sua resistência ao lançar um surpreendente número de foguetes de menor alcance contra Israel até o último dia da guerra, quando o grupo xiita disparou 250 foguetes para o norte de Israel, antes do cessar-fogo, assinado em 14 de agosto de 2006 (CORDESMAN, 2007, p. 100). Recorrendo à munição e ao treinamento iraniano, o Hezbollah manteve uma barragem constante de fogo indireto contra Israel. No início da guerra, reconheceu-se uma significativa remessa de mísseis e foguetes iranianos, assim como a presença de operadores iranianos, familiarizados com esses sistemas de armas, auxiliando, por exemplo, no lançamento do complexo sistema de mísseis C-80230, guiados por radar. Equipes treinadas pelos iranianos lançaram uma grande quantidade de foguetes para o norte de Israel, o que significa dizer que uma invasão israelense não cessaria os bombardeios do Hezbollah (LINDEMANN, 2010, p. 70).

Com relação à atuação política do movimento, conclui-se que o conflito de 2006, considerado como “a vitória divina” pelo Hezbollah, transformou a posição interna do grupo xiita, visto que sua força demográfica e militar lhe ofertou um poder político dentro do sistema político libanês, o qual divide os cargos públicos de acordo com uma relação confessional, porém desatualizada. Após a guerra, o Hezbollah solicitou a implementação de mudanças no sistema eleitoral, reivindicando o poder de veto para a sua minoria e para seus aliados no governo. Um confronto entre o governo e a oposição foi iniciado com o Hezbollah reforçando suas exigências através dos seus aliados. Consequentemente, o Líbano ficou paralisado politicamente por mais de um ano (GAUB, 2013, pp. 6-7).

Nas eleições parlamentares, em julho de 2009, a Aliança 14 de Março, liderada por Saad AL-Hariri, manteve seu poder ao sair vitorioso nessas eleições. No entanto, Hariri teve dificuldade de formar um governo e teve de se contentar com o modelo de um governo de unidade nacional em conjunto com a oposição, liderada pela Aliança 8 de Março, na qual o Hezbollah está inserido. Levando-se em conta que o presidente Michel Suleiman tinha uma posição favorável com relação à Síria, tal fato permitiu que o Hezbollah vetasse as resoluções do governo, quando lhe conviesse. Como já mencionado anteriormente, outro triunfo para o

movimento foi a declaração do governo, na qual confirmava seu apoio contínuo à resistência e sua decisão de não desarmar o Hezbollah (AZANI, 2011, p. 254).

A hipótese de que o Hezbollah poderia perder parte da sua popularidade reside no fato de que o movimento xiita realmente recebeu aplausos dos cidadãos libaneses pelo combate contra Israel e por suas atividades de reconstrução após a guerra, porém, tais aplausos tiveram pouca duração, principalmente depois que a organização renovou seus esforços para dominar a cena política nacional. Vale lembrar que cinco ministros xiitas – dois do Hezbollah, dois do Amal e o ministro das Relações Exteriores, Fawzi Sallukh, um apoiante do Hezbollah – renunciaram porque o legislativo tentou diminuir o poder da oposição pró-Síria. Saad Hariri, líder da maioria parlamentar e filho do primeiro-ministro assassinado Rafiq Al-Hariri, afirmou haver “um plano sírio-iraniano para derrubar o governo legítimo no Líbano e colocar este país de volta ao antigo mandato [sírio]”. Nos meses seguintes, iniciaram-se manifestações lideradas pelo Hezbollah e, dessa forma, a violência sunita-xiita ocorreu, o que quase inaugurou uma nova guerra civil (SAMII, 2008, p. 51).

A paralização política não foi logo resolvida, já que o governo e a oposição, liderada pelo Hezbollah, não conseguiram chegar a um consenso sobre o sucessor do presidente Lahud²². O Hezbollah não se limitou apenas às atividades políticas ou à reconstrução do país neste período. Oficiais libaneses e membros do Hezbollah receberam ajuda iraniano-síria, o que fomentou o rearmamento da organização, assim como o treinamento militar renovado no Irã e no Vale do Bekaa. Com a presença no sul das forças da UNIFIL e das Forças Armadas Libanesas, a ala militar do Hezbollah retornou para o norte do país (SAMII, 2008, p. 51).

Os desdobramentos do conflito de 2006 ecoaram no sistema regional. Ao decorrer do conflito, os “estados árabes moderados” – Arábia Saudita, Jordânia e Egito – apoiaram o governo libanês, liderado por Siniora no momento da guerra, e responsabilizaram o Hezbollah pelo início da guerra. Entretanto, o público árabe revoltou-se devido aos trágicos episódios de Qana, em 30 de julho, os quais fizeram com que as elites dos estados árabes moderados mudassem de opinião com relação à guerra (THE WALL STREET JOURNAL, 2006, s/p). Como resultado, a mudança de opinião dos estados árabes moderados acabou por enfraquecer

²² Comandante militar libanês que ocupou o cargo presidencial do Líbano entre os anos 1998 e 2007. Nascido em uma família cristã maronita, Émile Lahoud era filho do general militar e político pró-independência Jamil Lahoud, o qual estabeleceu o exército libanês. Disponível em: <<https://global.britannica.com/biography/Emile-Lahoud>>

a posição israelense, forçando-o a encarar um ambiente regional desagradável e, conseqüentemente, foi pressionado a aceitar uma solução diplomática.

Ao que concerne aos objetivos do Hezbollah durante a guerra, a sua sobrevivência tornou-se o objetivo essencial. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que dificultar o alcance das metas israelenses conseguiu manter seu poder e capacidade militar. Um dos objetivos do movimento consistia em provocar um alto número de baixas israelenses, o que poderia causar pressão sobre o governo israelense através da opinião pública (NAKHLEH, 2007, p. 5).

Concluiu-se, portanto, que, até o fim do conflito, o Hezbollah conseguiu demonstrar sua força ao dar continuidade ao lançamento de um considerável número de foguetes impedindo o avanço israelense em território libanês até o Rio Litani, embora o Hezbollah estivesse enfrentando um inimigo altamente superior em recursos e capacidades. O movimento xiita conseguiu realizar contra-ataques, causando várias perdas de tropas e tanques para Israel, e pressionando-o a recuar. Ademais, o Hezbollah conseguiu preservar o seu sistema de controle de comando e, apesar dos ataques aéreos e algumas limitações, também foi hábil em reabastecer seus foguetes e munições, algo confirmado pelos comandantes de alta patente das Forças de Defesa de Israel (NAKHLEH, 2007, pp. 7-8).

Embora a Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitasse o rápido estabelecimento das forças da UNIFIL e do Exército libanês no sul do Líbano, ambas as forças não conseguiram expulsar ou desarmar o Hezbollah. O próprio governo libanês já tinha declarado que não desarmaria forçosamente o Hezbollah, porque o exército, contendo cerca de 40% de xiitas, não podia cortar relações com um grupo com o qual eles têm vários vínculos – religiosos, locais ou familiares. Além disso, de acordo com Waxman (2006, p. 34), “as forças da UNIFIL provavelmente não teriam arriscado a instigar um confronto com o Hezbollah ao tentar desarmá-lo” (BRENNEN, 2009, p. 78).

Dez anos após a Segunda Guerra do Líbano, constata-se que o Hezbollah não apenas fortaleceu-se como não pode mais ser descrito como uma organização terrorista, pois evoluiu para um exército organizado e hierárquico. Atualmente, o movimento xiita possui cerca de 120.000 foguetes e mísseis, dezenas de projéteis de longo alcance e centenas de drones, usados nos combates contra os rebeldes sunitas na guerra civil síria (THE JERUSALEM POST, 2016, s/p). O aprofundamento do Hezbollah na Síria em 2013 e 2014 é um dos fatores mais relevantes do conflito sírio. Desde o início de 2013, os combatentes do Hezbollah operaram abertamente e em número significativo através da fronteira sírio-libanesa ao lado de seus homólogos da Síria

e do Iraque. Eles permitiram ao regime sírio recuperar o controle das áreas mantidas pelos rebeldes na parte central da Síria e melhoraram a eficácia das forças pró-regime (SULLIVAN, 2014, p. 9).

No século XX, as forças militares sírias foram estacionadas no Líbano, projetando o poder de Damasco sobre seu vizinho libanês. Hoje, a situação mudou, uma vez que são as forças libanesas do Hezbollah que estão moldando os acontecimentos da Síria, um indício da nova função do Hezbollah como um poder xiita regional. Nasrallah está tentando alcançar três objetivos: manter a estabilidade do Líbano, lutar numa guerra sectária e custosa na Síria e garantir que seu exército de guerrilha híbrido esteja preparado para a próxima guerra contra as Forças de Defesa de Israel. A maior parte do orçamento anual do Hezbollah (70%) vem do Irã. Esse financiamento tem sido utilizado para construir o comando, o controle e os lançadores de foguete em todas as aldeias e cidades no sul do Líbano, além de investir na infraestrutura militar no norte do Líbano, espalhando seu poder de fogo por todo o país (THE JERUSALEM POST, 2016, s/p).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALALAM. **Nasrallah visits Tehran, meets with Leader**. April 21, 2013. Disponível em: <<http://en.alalam.ir/news/1466697>> Acesso em: 27/11/2016.

AL JAZEERA. **Profile: Lebanon's Najib Mikati**. January 25, 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/2011125142425108102.html>> Acesso em: 16/01/2017.

ALJAZEERA. **Hariri backs Michel Aoun as Lebanon's next president**. October 20, 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/10/hariri-backs-michel-aoun-lebanon-president-161020152612344.html>> Acesso em: 24/11/2016.

APPRIQUAL, Antoine. **Lebanon's Political Stalemate: The Failure of the Sectarian Regime**. Pomeas Policy Brief. Project on the Middle East and the Arab Spring (POMEAS). February 11, 2016.

ASSOCIATED PRESS. **Israel batters Lebanese seaports, roads; Lebanese leader hints at anti-Hezbollah move**. July 14, 2006. Disponível em: <http://rapidcityjournal.com/news/new-israel-batters-lebanese-seaports-roads-lebanese-leader-hints-at/article_961944b7-2e15-5a6d-94db-95a2f7a68f2e.html> Acesso em: 08/11/2016.

AZANI, Eitan. **Hezbollah, The Story of the Party of God – from revolution to institutionalization**. Palgrave Macmillan. New York, United States of America. 2009, 2011.

ASSOCIATION FOR DIPLOMATIC STUDIES AND TRAINING. **Terror in the Sky – Hezbollah Seizes TWA Flight 847**. June 2015.

Disponível em: <<http://adst.org/2015/06/terror-in-the-sky-hezbollah-terrorists-seize-twa-flight-847/>> Acesso em: 20/11/2016.

BBC BRASIL. **Governo do Líbano e Hezbollah fecham acordo de paz**. 21 de maio de 2008. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080521_libanoacordo_ts_mp.shtml> Acesso em: 24/11/2016.

BBC NEWS. **Ten years on, is Hezbollah prepared for another war with Israel?** July 12, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/36559373>> Acesso em: 12/11/2016.

BBC (2016b). **Lebanon: Michel Aoun elected president, ending two-year stalemate**. October 31, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-37821597>> Acesso em: 16/01/2017.

BBC NEWS. **Israel says world backs offensive**. July 27, 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/5219360.stm> Acesso em: 08/11/2016.

BBC NEWS. **Al-Aqsa Intifada timeline**. September 29, 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3677206.stm> Acesso em 20/11/2016.

BBC. **Governo no Líbano entra em colapso após saída de ministros do Hezbollah**. 12 de janeiro de 2011.

Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110112_libano_hezbollah_ts.shtml> Acesso em: 16/01/2017.

BLANFORD, Nicholas. **Killing Mr. Lebanon: The Assassination of Rafik Hariri and Its Impact on the Middle East**. I.B. Tauris & Co Ltd. August 24, 2006.

BRENNEN, Lisa. **Hezbollah: Psychological Warfare Against Israel**. Naval Postgraduate School. Monterey, California. March, 2009.

CHAFIK, Nadine. **Hezbollah – The Paradoxo f Influence**. Salus Journal, Issue 1, Number 1, 2013.

CNN. **In Lebanon, protests erupt as prime minister is named**. January 26, 2011. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/01/25/lebanon.protests/>> Acesso em: 16/01/2017.

CORDESMAN, Anthony H. **Lessons of the 2006 Israeli-Hezbollah War**. Center for Strategic and International Studies, Washington, D.C., 2007.

CUNNINGHAM, Darren. **God and Hope: Shia Islam and the Lebanese Civil War**. University Honors in History, 2010.

DACCACHE, Bernard. **O crescimento do Hezbollah no processo de tomada de decisão libanês no período entre 1992 a junho de 2009**. Monografia, PUC/Brasília, 2009.

DEEB, Lara. The Sixth War, Israel's Invasion of Lebanon. In: **Deconstructing a Hezbollah Stronghold**, 2006, pp. 115-125.

DEMANT, Peter R. **Islam vs. Islamism, The Dilemma of the Muslim World**. Praeger, Westport, Connecticut, United States of America, 2006.

EFFERINK, Leonhardt van. **Lebanon's sovereignty – The military, social and political rise of Hezbollah**. Exploring Geopolitics, Geoeconomics and Geostrategy. December 2011. Disponível em: <http://www.exploringgeopolitics.org/publication_efferink_van_leonhardt_lebanon_hezbollah_military_social_political_rise_roles_shias_islamic_rule_iranian_revolution_syrian_influence_israel_amal_musa_al_sadr/> Acesso em: 25/11/2016.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Émile Lahoud, President of Lebanon**. December 7, 2011. Disponível em: <<https://global.britannica.com/biography/Emile-Lahoud>> Acesso em: 27/11/2016.

EURONEWS. **Hariri trial a potential blowtorch or 'boost' for Lebanon**. January 16, 2014. Disponível em: <<http://www.euronews.com/2014/01/16/hariri-trial-a-potential-blowtorch-or-boost-for-lebanon>> Acesso em 16/01/2017.

EXUM, Andrew. **Hizbollah at War: A Military Assessment**. The Washington Institute of Near East Policy, December 2006.

FATTOUH, Bassam; KOLB, Joachim. The Sixth War, Israel's Invasion of Lebanon. In: **The outlook for economic reconstruction in Lebanon after the 2006 war**, 2006, pp. 96-114. FOLHA ONLINE. **A bomba de fragmentação**. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/2001-terrorismo_nos_eua-info-bomba_de_fragmentacao.shtml> Acesso em: 25/11/2016.

GAUB, Florence. **The Role of Hezbollah in Post-Conflict Lebanon**. Directorate-General for External Policies, Policy Department, 2013.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. Editora Pontocom, Salvador, Bahia, Brasil. 2ª Edição, 2012. Disponível em: <<http://www.editorapontocom.com.br/livro/9/9-gattaz-libano.pdf>> Acesso em: 20/11/2016.

GOLD, Dore. Iran, Hizbollah, Hamas, and the global jihad. In: **Introduction**. Jerusalem Center for Public Affairs, 2007.

G1. **Dan Halutz renuncia ao comando do Estado-Maior Israelense**. 16 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1423256-5602,00-DAN+HALUTZ+RENUNCIA+AO+COMANDO+DO+ESTADOMAIOR+ISRAELENSE.html>> Acesso em: 23/11/2016.

G1. **Michel Aoun, aliado do Hezbollah, é eleito presidente do Líbano**. 31 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/michel-aoun-aliado-do-hezbollah-e-eleito-presidente-do-libano.html>> Acesso em: 24/11/2016.

HAREL, Amos; ISSACHAROFF, Avi. **34 Days, Israel, Hezbollah, and the War in Lebanon**. Palgrave Macmillan, 2008.

HARRIS, William. **Lebanon: A History, 600 – 2011**. Oxford University Press. December 1, 2014.

HAZRAN, Yusri. **The Shiite Community in Lebanon: From Marginalization to Ascendancy**. Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, Massachusetts, USA. June 2009.

HERSH, Seymour M. **Watching Lebanon, Washington's interests in Israel's war**. The New Yorker. August 21, 2006.

Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2006/08/21/watching-lebanon>>
Acesso em: 08/11/2016.

HIRST, David. **Beware of Small States: Lebanon, Battleground of the Middle East**. London, Faber and Faber Ltd. 2010.

HISTORY. **Hostage Terry Anderson freed in Lebanon**. 1991. Disponível em: <<http://www.history.com/this-day-in-history/hostage-terry-anderson-freed-in-lebanon>>
Acesso em: 25/11/2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Israel/Lebanon: Israel Responsible for Qana Attack, Indiscriminate Bombing in Lebanon a War Crime**. July 29, 2006. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2006/07/29/israel/lebanon-israel-responsible-qana-attack>>
Acesso em: 07/11/2016.

IG. **Saiba o que é a sharia, o código de leis do islamismo**. 24 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/11desetembro/saiba-o-que-e-a-sharia-o-codigo-de-leis-do-islamismo/n1597176119103.html>> Acesso em: 24/11/2016.

INDYMEDIA BEIRUT. **Lebanon: Spill of 10,000 tons of fuel oil into the Mediterranean Sea**. July 7, 2006. Disponível em: <<http://beirut.indymedia.org/fr/2006/07/4803.shtml>> Acesso em: 26/11/2016.

INMINDS. **UN to deem Sheba Farms Lebanese**. July 11, 2007. Disponível em: <<http://www.inminds.com/article.php?id=10166>> Acesso em: 27/11/2016.

KAUFMAN, Asher. **Understanding the Shebaa Farms Dispute: Roots of the Anomaly and Prospects for Resolution**. PALESTINE-ISRAEL JOURNAL, 2004. Disponível em: <<http://www.pij.org/details.php?id=9>> Acesso em: 25/11/2016.

KAUFMAN, Asher. **Reviving Phoenicia, the search for identity in Lebanon**. I.B.TAURIS. New York, 2004, 2014.

LEMOS, José Augusto. **Quais são os principais cargos religiosos e políticos do mundo islâmico?** SUPER INTERESSANTE, 30 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/quais-sao-os-principais-cargos-religiosos-e-politicos-do-mundo-islamico/>> Acesso em: 25/11/2016.

LINDEMANN, Marc. **Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a Evolução das Táticas Terrestres Iranianas**. Military Review, Setembro-Outubro, 2010.

MALTHANER, Stefan. **Mobilizing the Faithful, Militant Islamist Groups and their Constituencies**. Campus Verlag GmbH, Frankfurt/New York, 2011.

MANSOUR, Maya W.; DAOUD, Carlos Y. **Lebanon, The Independence and Impartiality of the Judiciary**. EURO-MEDITERRANEAN HUMAN RIGHTS NETWORK. February 2010. Disponível em: <http://www.constitutionnet.org/sites/default/files/the_independence_and_impartiality_of_the_judiciary_in_lebanon.pdf> Acesso em: 19/01/2017.

MEMRI. **MEMRI Mourns The Passing of Prolific Reformist Dr. Shaker al-Nabulsi**. February 3, 2014. Disponível em: <<http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/7807.htm>> Acesso em: 10/11/2016.

MEMRI (2014b). **Lebanese Prime Minister Tammam Salam's New Government: A Compromise Between Rival Factions**. February 19, 2014. Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/lebanese-prime-minister-tammam-salams-new-government-compromise-between-rival-factions>> Acesso em: 16/01/2017.

MUHANNA, Elias I. **Establishing a Lebanese Senate: Bicameralism and the Third Republic**. Brown University. August 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2042165/Establishing_a_Lebanese_Senate_Bicameralism_and_the_Third_Republic> Acesso em: 15/01/2017.

NAKHLEH, Hany T. **The 2006 Israeli War on Lebanon: Analysis and Strategic Implications**. U.S. Army War College, Philadelphia, United States of America. March, 2007. NBCNEWS. **Lebanon unity deal gives Hezbollah veto power**. November 7, 2008. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/25637594/ns/world_news-mideast_n_africa/t/lebanon-unity-deal-gives-hezbollah-veto-power/#.WH4cSRsrLIU> Acesso em: 17/01/2017.

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah, A Short History**. Princeton University Press. Princeton and Oxford. Princeton, New Jersey, United States of America; Oxford, United Kingdom, 2007.

NYTIMES. **Sunni Leader is named prime minister in Lebanon**. April 6, 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/04/07/world/middleeast/tamam-salam-asked-to-form-a-government-in-lebanon.html>> Acesso em: 16/01/2017.

NYTIMES. **Lebanon's Political Standoff Leaves Leadership Vacancy**. May 24, 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/05/25/world/middleeast/lebanons-political-standoff-leaves-leadership-vacancy.html>> Acesso em: 16/01/2017.

O GLOBO. **Tribunal Especial da ONU para o Líbano indicia quatro do Hezbollah por morte de Hariri**. 30 de junho de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/tribunal-especial-da-onu-para-libano-indicia-quatro-do-hezbollah-por-morte-de-hariri-2756113>> Acesso em: 17/01/2017.

ORENSTEIN, Mitchell A. **Lebanon Comparative National Systems**. July 2012. Disponível em: <<http://www.mitchellorenstein.com/wp-content/uploads/2012/07/Lebanon.pdf>> Acesso em: 09/01/2016.

OXFORD ISLAMIC STUDIES ONLINE. **Mujahidin**. The Oxford Dictionary of Islam. Disponível em: <<http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e1593>> Acesso em: 24/01/2018.

PALESTINE FACTS. **1978 Camp David Peace Accords**. Disponível em: <http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_egypt_campdavid_1978.php> Acesso em: 25/11/2016.

PRESS TV. **Larijani: Iran supports Hezbollah, Hamas**. December 4, 2009. Disponível em: <<http://edition.presstv.ir/detail/112804.html>> Acesso em: 08/11/2016.

REUTERS. **Factbox-War in Lebanon, one year ago**. July 8, 2007. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-lebanon-war-idUSL0811899220070708>> Acesso em: 08/11/2016.

REVOLVY. **Henri Gouraud (French Army officer)**. Disponível em: <[https://www.revolvy.com/main/index.php?s=Henri%20Gouraud%20\(French%20Army%20officer\)&item_type=topic](https://www.revolvy.com/main/index.php?s=Henri%20Gouraud%20(French%20Army%20officer)&item_type=topic)> Acesso em: 16/01/2017.

SACRED DESTINATIONS. **Shrine of Iman Ali, Najaf** (s/p). Disponível em: <<http://www.sacred-destinations.com/iraq/najaf>> Acesso em: 25/11/2016.

SALIBA, Issam. **Lebanon: Constitutional Law and the Political Rights of Religious Communities**. Library of Congress. December 2010. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/lebanon-constitutional-law.php>> Acesso em: 12/01/2017.

SAMII, Abbas William. **A Stable Structure on Shifting Sands: Assessing the Hizbollah-Iran-Syria Relationship**. Middle East Institute, 2008.

SPYER, Jonathan. **Lebanon on 2006: Unfinished War**. Middle East Review of International Affairs. 2008.

STANFORD UNIVERSITY. **Hezbollah**. August 5, 2016. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/81?highlight=hezbollah>> Acesso em: 12/01/2017.

SULLIVAN, Marisa. **Hezbollah in Syria**. Institute for the Study of War (ISW). Middle East Security Report 19. Washington D.C., USA. April 2014.

SULTAN, Cathy. **Tragedy in South Lebanon: The Israeli-Hezbollah War of 2006**. Minneapolis, Scarletta Press, 2008.

TERRA. **Linha Azul ainda gera divergências entre Líbano e Israel**. 3 de Agosto de 2010. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/linha-azul-ainda-gera-divergencias-entre-libano-e-israel,d9cb78c65940b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>> Acesso em: 23/11/2016.

THE GUARDIAN. **Palestinian children pay price of Israel's Summer Rain offensive**. September 7, 2006. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2006/sep/07/israel>> Acesso em: 11/11/2016.

THE JERUSALEM POST. **Analysis: Tem years after war Hezbollah powerful but more stretched than ever.** June 16, 2016. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/Analysis-Hezbollah-powerful-but-more-stretched-than-ever-457035>> Acesso em: 19/01/2017.

THE WALL STREET JOURNAL. **Week 3: Diplomatic Struggles.** July 30, 2006. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB115436753607522417>> Acesso em: 09/11/2016.

THE WASHINGTON POST. **Ten years after last Lebanon war, Israel warns next one will be far worse.** July 23, 2016.

Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/ten-years-after-last-lebanon-war-israel-warns-next-one-will-be-far-worse/2016/07/23/58d7a6ca-4388-11e6-a76d-3550dba926ac_story.html> Acesso em: 12/11/2016.

THE WASHINGTON POST. **End this tragedy now.** August 9, 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/08/08/AR2006080800990.html>> Acesso em: 23/11/2016.

UNIC RIO DE JANEIRO (Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro). **Ban Ki-moon espera cooperação do Líbano com Tribunal Especial.** 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/onubrasil/tribunal-especial-para-o-libano/>> Acesso em: 25/11/2016.

UNRWA. **Áreas de atuação, Líbano.** Disponível em: <http://unrwa.org.br/sobre_a_unrwa/areas_de_operacao/libano/> Acesso em: 12/01/2017.

UOL. **Demissão de ministros do Hezbollah e aliados derruba governo libanês.** 12 de janeiro de 2011.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/12/demissao-de-ministros-do-hezbollah-e-aliados-derruba-governo-libanes.jhtm>> Acesso em: 16/01/2017.

UOL NOTÍCIAS. **Líbano está sem presidente há um ano, e população fica no desinteresse.** 26 de maio de 2015.

Disponível em: <<http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2015/05/26/libano-esta-sem-presidente-ha-um-ano-e-populacao-fica-no-desinteresse.htm>> Acesso em: 25/11/2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Remarks with Saudi Arabian Foreign Minister Saud al-Faisal.** Secretary Condoleezza Rice, October 3, 2006. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2006/73472.htm>> Acesso em: 09/11/2016.

VEJA. **Como funciona o sistema político libanês e qual futuro aguarda o Líbano em meio à crise que se instalou no país.** 25 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/como-funciona-o-sistema-politico-libanes-e-qual-futuro-aguarda-o-libano-em-meio-a-crise-que-se-instalou-no-pais/>> Acesso em: 13/11/2016.

WIKIMEDIA. **Blue Line.** November 16, 2010. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BlueLine.jpg>> Acesso em: 26/11/2016.

WILKINS, Henrietta Charlotte. **The making of Lebanese foreign policy: the case of the 2006 Hizbollah-Israeli war.** Durham E-Theses. School of Government and International Affairs, University of Durham, January, 2011.

WORTH, Robert F.; BAKRI, Nada. **Deal for Lebanese Factions Leaves Hezbollah Stronger**. NYTIMES/MIDDLE EAST. May 22, 2008.

Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/05/22/world/middleeast/22lebanon.html>>
Acesso em: 12/01/2017.

YNET NEWS (2006a). **Report: Iranian soldiers join Hizbollah in fighting**. July 24, 2006.

Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3280446,00.html>> Acesso em: 08/11/2016.

YNET NEWS (2006b). **Senior Saudi sheikh: Hizbollah – party of Satan**. August 5, 2006.

Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3286696,00.html>> Acesso em: 08/11/2016.

ZAHREDDINE, Danny. **Os Círculos Concêntricos da Política Libanesa e suas Repercussões para o Oriente Médio**. 2011.